ORIENTE MÉDIO

HISTÓRIA, CULTURA E GEOPOLÍTICA

Alexandre de Araújo Lamattina
Carlos Eduardo Paulino

Editora MultiAtual

ORIENTE MÉDIO

HISTÓRIA, CULTURA E GEOPOLÍTICA

Alexandre de Araújo Lamattina
Carlos Eduardo Paulino

Editora
MultiAtual

© 2024 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com

Autores
Alexandre de Araújo Lamattina
Carlos Eduardo Paulino

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira
Editoração: Os autores / Resiane Paula da Silveira
Capa e Arte: Os autores
Revisão: Os autores

Conselho Editorial
Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG
Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT
Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG
Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC
Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR
Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA
Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lamattina, Alexandre de Araújo

L217o Oriente Médio: História, Cultura e Geopolítica / Alexandre de Araújo Lamattina; Carlos Eduardo Paulino. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2024. 140 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-6009-119-1
DOI: 10.5281/zenodo.14430433

1. Oriente Médio. 2. História, Cultura e Geopolítica. I. Paulino, Carlos Eduardo. II. Título.

CDD: 915.6
CDU: 299.5

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.
Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: https://editoras.grupomultiatual.com.br/

Acesse a obra originalmente publicada em:
https://www.editoramultiatual.com.br/2024/12/oriente-medio-historia-cultura-e.html

ORIENTE MÉDIO

HISTÓRIA, CULTURA E GEOPOLÍTICA

Alexandre de Araújo Lamattina
Carlos Eduardo Paulino

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa geopolítico do Oriente Médio e arredores.....5

Figura 2. Estreito de Hormuz.....11

Figura 3. Rio Eufrates (Turquia, Rumkale).....14

Figura 4. Ruínas do Palácio de Ctesifonte, também conhecido como Taq-e Kasra.....17

Figura 5. O Império Otomano no auge de sua expansão sob o governo de Solimão, o Magnífico (1520-1566).....19

Figura 6. Fiel cumprindo o segundo pilar da fé islâmica (Salat). 23

Figura 7. Celebração de Ashura.....27

Figura 8. Família druza.....40

Figura 9. Mírzá Husayn-'Alí (Bahá'u'lláh).....45

Figura 10. Nakba, o êxodo dos palestinos expulsos pelas forças israelenses. 55

Figura 11. Guerra dos Seis Dias. 60

Figura 12. Guerra de Yom Kippur.....61

Figura 13, O presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin durante os Acordos de Camp David (1978).64

Figura 14. Guerra Irã-Iraque.....71

Figura 15. Guerra do Golfo. 73

Figura 16. Rua devastada em Aleppo durante a guerra civil.....76

Figura 17. Anglo-Persian Oil Company no Irã (1908).....84

Figura 18. Usina solar Noor Abu Dhabi.....98

Figura 19. Protesto massivo, na Praça Tahrir, no Cairo, exigindo a renúncia de Hosni Mubarak (2011)..... 115

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **1**

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO AO ORIENTE MÉDIO **4**

1.1 Definição e Limites Geográficos 4
1.2 Diversidade Cultural e Étnica 7
1.3 Importância Estratégica e Geopolítica 9

CAPÍTULO 2. HISTÓRIA DO ORIENTE MÉDIO **13**

2.1. Antiguidade 13
2.2 O Período Clássico e a Chegada do Islã 16
2.3 O Império Otomano 18

CAPÍTULO 3. RELIGIÃO E IDENTIDADE **22**

3.1 O Islã e suas Divisões 22
3.1.1 Os Pilares do Islã 22
3.1.2 Divisão entre Sunitas e Xiitas 24
3.2 Judaísmo 30
3.3 Cristianismo 33
3.3.1 Cristianismo no Oriente Médio Hoje 35
3.4 Yazidismo 38
3.4.1 Perseguições e Genocídio 38
3.4.2 Deslocamento e Desafios Contemporâneos 39
3.3 Druzos 39
3.3.1 Estrutura e Práticas Religiosas 41
3.3.2 Contexto Histórico e Social 41
3.3.3 Desafios Contemporâneos 42
3.4 Zoroastrismo 43
3.4.1 Influência Histórica e Cultural 43
3.4.2 Práticas e Crenças 44
3.4.3 Desafios Contemporâneos 44
3.5 Bahá'í 45
3.5.1 Princípios Fundamentais 46
3.5.2 Perseguições no Irã 46
3.5.3 Comunidade Global 47

CAPÍTULO 4. GEOPOLÍTICA E CONFLITOS **48**

4.1 Descolonização e Criação de Estados Modernos 48

4.1.1 O Sistema de Mandatos 48
4.1.2 Consequências Coloniais e Fragmentação Social 50
4.1.3 Fragmentação Social e Legados Contemporâneos 51
4.1.4 A Luta pela Independência 52
4.2 O Conflito Árabe-Israelense 54
4.2.1 A Origem do Conflito 54
4.2.2 Interesses Geopolíticos e Regionais 57
4.3 Guerras e Acordos 59
4.3.1 Consequências da Guerra dos Seis Dias 59
4.3.2 A Guerra de Yom Kippur 61
4.3.3 A Paz Incompleta e o Impasse Palestino 62
4.3.4 Reflexos Contemporâneos 63
4.4 Conflitos Regionais e Potências Locais 70
4.4.1 A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) 70
4.4.2 A Guerra do Golfo (1990-1991) 72
4.4.3 Guerra Civil Síria e o Estado Islâmico 76
4.4.4 A Rivalidade entre Arábia Saudita e Irã 79

CAPÍTULO 5. ECONOMIA E RECURSOS NATURAIS 83

5.1 A Economia do Petróleo 83
5.1.1 A História da Exploração do Petróleo 83
5.1.2 Impacto Global e Relevância Contemporânea 88
5.1.3 Volatilidade e Dependência 90
5.2 Desafios Econômicos 92
5.2.1 Diversificação Econômica 92
5.2.2 Desemprego e Desigualdade Social 93
5.3 O Papel dos Recursos Naturais na Geopolítica 95
5.3.1 Geopolítica do Petróleo 95
5.3.2 O Futuro das Energias Renováveis 97

CAPÍTULO 6. CULTURA E SOCIEDADE 100

6.1 A Vida Cotidiana no Oriente Médio 100
6.1.1 A Estrutura Familiar 100
6.2 Educação e Ciência 105
6.2.1 A Era Dourada do Islã 105
6.2.2 Educação Moderna e Desafios 108
6.3 Mídia e Cultura Pop 110
6.3.1 Televisão e Cinema 110
6.3.2 Redes Sociais e Mudanças Sociais 111

6.3.3 Censura 112

CAPÍTULO 7. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS 114

7.1 Reformas Políticas e Movimentos Democráticos 114
7.1.1 A Primavera Árabe: Um Estopim para Mudanças 114
7.2 Mudanças Climáticas e Sustentabilidade 118
7.3 O Futuro das Relações Internacionais 123
7.3.1 Estados Unidos e o Recuo Estratégico 123
7.3.2 O Crescimento da Influência da China e da Rússia 123
7.3.3 Conflitos Regionais e Rivalidades Locais 125

REFERÊNCIAS.....131

APRESENTAÇÃO

A presente obra tem como objetivo fornecer uma visão panorâmica sobre o Oriente Médio, uma das regiões mais complexas e dinâmicas do cenário global. Escrita por dois educadores com vasta experiência no ensino de geografia e história, Carlos Eduardo Paulino e Alexandre de Araujo Lamattina, o livro busca equilibrar rigor acadêmico com uma abordagem acessível e didática, tornando-se uma ferramenta valiosa tanto para estudantes quanto para leitores interessados em compreender as nuances históricas, culturais e geopolíticas que moldam essa região.

Carlos Eduardo Paulino, com mais de 30 anos de experiência como professor de geografia nos níveis fundamental e secundário, traz uma sólida base pedagógica ao texto. Sua prática docente ao longo de décadas permitiu-lhe desenvolver uma didática eficaz para abordar temas complexos de maneira clara e envolvente. A geopolítica, os conflitos regionais, a distribuição de recursos naturais e as influências culturais do Oriente Médio são tratados com profundidade, mas sempre com o intuito de facilitar o entendimento do leitor iniciante. Ao longo de sua carreira, Paulino se dedicou a ajudar os alunos a traçar conexões entre os temas regionais e as dinâmicas globais, um enfoque que permeia o conteúdo do livro.

Por outro lado, Alexandre de Araujo Lamattina, professor do curso técnico de administração no Centro Paula Souza, traz sua paixão por história e geografia aliada a uma perspectiva prática, fruto de sua experiência no ensino técnico. A contribuição de Lamattina reflete uma compreensão das dinâmicas econômicas e políticas que envolvem o Oriente Médio no contexto da globalização contemporânea. Sua abordagem destaca o papel do

Oriente Médio nas cadeias globais de produção, particularmente no que tange aos recursos energéticos e ao comércio internacional, ressaltando como esses fatores impactam a economia global e a estabilidade política.

O livro, portanto, se propõe a traçar um panorama abrangente da região, que vai além de sua relevância geopolítica contemporânea, oferecendo ao leitor uma imersão em sua rica tapeçaria histórica, cultural e religiosa. Para tanto, a obra explora temas centrais como o surgimento das primeiras civilizações na Mesopotâmia, as influências do Islã, a ascensão e queda de impérios como o Otomano e o impacto do colonialismo europeu no século XX. Cada um desses tópicos é abordado de maneira a conectar os processos históricos com os desafios atuais, como os conflitos entre sunitas e xiitas, a questão palestina e a luta pelo controle de recursos naturais como o petróleo e a água.

Além disso, o livro sublinha o papel das potências globais no Oriente Médio ao longo do último século, especialmente no contexto da Guerra Fria, quando os Estados Unidos e a União Soviética usaram a região como um campo de disputa ideológica e estratégica. A interseção desses fatores — históricos, políticos, religiosos e econômicos — é o que confere ao Oriente Médio seu caráter único e centralidade no cenário internacional. Como enfatiza Hourani (1991), a região é um ponto de convergência de civilizações e interesses globais, o que torna o estudo de sua história e dinâmica crucial para a compreensão das tensões contemporâneas.

O objetivo central do livro é justamente fornecer uma visão panorâmica que permita ao leitor ter uma compreensão ampla e bem estruturada do Oriente Médio, abordando os elementos essenciais de sua formação histórica e das forças que continuam a moldar sua realidade. A ideia não é

esgotar os temas, mas proporcionar uma base sólida para que o leitor possa, a partir desta introdução, explorar de maneira mais aprofundada os aspectos que lhe parecerem mais relevantes, seja no campo da geopolítica, da cultura ou da história.

Em resumo, esta obra busca oferecer uma abordagem holística e acessível do Oriente Médio, conciliando profundidade acadêmica com uma linguagem clara e didática, de modo a servir tanto como uma introdução para novos interessados quanto como um referencial para debates mais avançados.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO AO ORIENTE MÉDIO

"A geografia molda a história."

— Fernand Braudel

1.1 Definição e Limites Geográficos

O Oriente Médio, uma região de notável complexidade geopolítica e diversidade cultural, desempenha um papel fundamental nas dinâmicas internacionais. Essa centralidade é amplamente atribuída à sua localização estratégica entre três continentes — Ásia, Europa e África — e à riqueza em recursos naturais, notadamente o petróleo e o gás natural. Historicamente, a região foi um ponto de convergência de rotas comerciais e culturais que moldaram civilizações antigas e modernas (Obrecht et al., 2022). A importância geoestratégica do Oriente Médio também está associada a pontos de estrangulamento vitais, como o Estreito de Hormuz e o Canal de Suez, por onde transitam grandes volumes de petróleo e gás, elementos cruciais para a economia global contemporânea (Yergin, 1991).

O termo "Oriente Médio" foi introduzido pelo estrategista naval norte-americano Alfred Thayer Mahan no século XIX, inicialmente para descrever a área entre o Oriente Próximo (que incluía partes do Mediterrâneo Oriental) e o Extremo Oriente (Ásia Oriental). Embora amplamente adotado, o conceito é criticado por ser uma construção eurocêntrica, refletindo uma visão ocidental sobre a região, ao invés de uma categorização consensual local (Byczkowski, 2022). Por essa razão, suas fronteiras são frequentemente objeto de debate, especialmente quando tentamos delinear as áreas geográficas que o termo engloba. Em abordagens mais amplas, há até

a inclusão de países como o Afeganistão e o Paquistão, devido a preocupações geopolíticas contemporâneas (Liu e Shu, 2023).

Figura 1. Mapa geopolítico do Oriente Médio e arredores.

Fonte: Worldatlas. (n.d.). Map of the Middle East.

A definição contemporânea do Oriente Médio inclui 18 países, como Arábia Saudita, Irã, Egito, Turquia e os Emirados Árabes Unidos. Cada um desses países apresenta histórias, culturas e sistemas políticos únicos, que por sua vez complicam as dinâmicas regionais, tanto no que diz respeito à cooperação quanto aos conflitos. Embora essas nações compartilhem elementos religiosos e culturais, os interesses políticos e econômicos frequentemente divergem, refletindo um mosaico geopolítico complexo e volátil.

Geograficamente, a região é marcada por uma diversidade impressionante de paisagens. A Península Arábica é dominada por vastos desertos, como o Rub' al-Khali, o que condiciona a economia e o estilo de vida de muitos dos seus habitantes. Por outro lado, o Crescente Fértil, que inclui partes do Iraque e do Levante, é uma das áreas historicamente mais férteis do mundo, tendo sido o berço de civilizações como os sumérios e os acádios. Essa diversidade geográfica não apenas define os recursos e as capacidades econômicas dos países da região, mas também molda suas políticas externas e as interações com potências globais e regionais (Obrecht et al., 2022).

Outro aspecto que merece destaque é a posição histórica do Oriente Médio como um centro de intercâmbio cultural e religioso. Além de ser o local de origem de grandes religiões monoteístas — o judaísmo, o cristianismo e o islamismo —, a região continua a ser um campo de disputas teológicas e políticas. As revoluções da Primavera Árabe (2010-2011) foram um exemplo recente do impacto que movimentos populares podem ter em desestabilizar regimes autoritários e alterar drasticamente a geopolítica regional (Igbaria, 2020). No entanto, essas revoluções também reacenderam debates sobre a compatibilidade entre valores islâmicos e democráticos, uma questão que continua a ser explorada por estudiosos e políticos (Bunce, 2009).

Por fim, a complexidade do Oriente Médio não pode ser compreendida plenamente sem uma análise das influências históricas, como o legado do Império Otomano, que governou grande parte da região por séculos até o início do século XX (Baram e Carroll, 2002). As estruturas administrativas, os sistemas de governo e até as fronteiras modernas da região são, em muitos aspectos, heranças desse período, sobre as quais potências coloniais europeias exerceram forte influência após a Primeira Guerra Mundial.

1.2 Diversidade Cultural e Étnica

A diversidade cultural do Oriente Médio é uma característica marcante e fundamental para a compreensão da complexidade social e política da região. Ao longo dos séculos, o Oriente Médio tem sido um verdadeiro caldeirão de culturas, etnias e religiões, onde a predominância da cultura árabe coexiste com uma vasta variedade de grupos étnicos e linguísticos, incluindo persas, curdos, turcos, judeus, entre outros. Essa pluralidade contribuiu para a riqueza e a diversidade das tradições culturais, religiosas e históricas presentes na região, moldando tanto sua identidade quanto sua política (Rørbæk, 2019).

Os árabes constituem a maior parte da população em países como Arábia Saudita, Síria, Egito, Jordânia e Iraque. O árabe é a língua mais falada, e a cultura árabe tem desempenhado um papel central no desenvolvimento cultural e religioso do Oriente Médio. Desde a expansão do islamismo no século VII, a língua árabe e a religião islâmica tornaram-se elementos centrais de identidade na maior parte da região, influenciando desde a literatura até as práticas políticas e jurídicas. A tradição literária árabe, que remonta à poesia pré-islâmica e se estende até os grandes escritores contemporâneos, é um reflexo da profundidade cultural e histórica da civilização árabe (Hourani, 1991).

Além dos árabes, o povo persa, predominante no Irã, é outro importante grupo étnico do Oriente Médio. Os persas têm uma rica herança cultural e histórica que se reflete na língua farsi (persa) e em sua tradição literária, filosófica e artística. O Império Aquemênida e o Império Sassânida, que dominaram a Pérsia antes da chegada do islamismo, deixaram um legado duradouro na história da região, contribuindo com avanços em

administração, arquitetura e literatura. A identidade persa, profundamente enraizada em suas tradições culturais, continua a ser celebrada em festivais como o *Nowruz*, o Ano Novo persa, que simboliza a continuidade de uma civilização milenar (Yazdani, 2019).

Os curdos, por sua vez, constituem um dos maiores povos sem Estado no mundo, vivendo em áreas montanhosas do Iraque, Irã, Síria e Turquia. A luta dos curdos por autonomia política tem sido uma questão recorrente nas relações regionais, frequentemente marcada por conflitos e repressão. Apesar desses desafios, os curdos mantêm uma cultura vibrante, rica em tradições linguísticas, musicais e folclóricas. Sua língua, o curdo, é um dos principais marcadores de identidade, e as celebrações culturais, como o *Newroz*, desempenham um papel crucial na preservação de sua herança cultural em meio a pressões políticas e militares (Misiągiewicz, 2013).

Os turcos, o principal grupo étnico da Turquia, possuem uma herança cultural fortemente influenciada pelo legado do Império Otomano, que governou grande parte do Oriente Médio por mais de seis séculos. A língua turca e as tradições culturais da Turquia contemporânea são um reflexo dessa história imperial, que também moldou as interações entre diferentes grupos étnicos e religiosos sob o sistema *millet*, que permitia certo grau de autonomia para comunidades não muçulmanas durante o período otomano (Barkey, 2008). Além de árabes, persas e curdos, o Oriente Médio também abriga comunidades menores, mas culturalmente ricas, como armênios, assírios e beduínos, que mantêm vivas suas próprias tradições e práticas culturais.

A pluralidade linguística é outra característica significativa da região. Embora o árabe seja amplamente falado, outras línguas, como o farsi, o curdo, o turco e o hebraico, desempenham papéis igualmente importantes em diversos contextos. A convivência de múltiplas línguas e etnias no

Oriente Médio reflete a história de interação e intercâmbio cultural entre diferentes povos. A literatura, por exemplo, é uma das formas pelas quais essa diversidade se manifesta. Escritores de várias tradições — árabe, persa, curda, turca, judaica — contribuíram para uma rica tapeçaria de expressões culturais, retratando tanto as experiências compartilhadas quanto as diferenças culturais (Rørbæk, 2019).

O Oriente Médio é, portanto, um mosaico de identidades culturais e étnicas, onde a interação e a coexistência entre diferentes grupos têm sido ao mesmo tempo fonte de grande enriquecimento cultural e de tensões políticas. Essa diversidade, longe de ser um simples aspecto cultural, desempenha um papel crucial nas dinâmicas de poder, tanto dentro dos estados quanto nas relações internacionais. Como apontam vários estudiosos, a compreensão da complexidade étnica e cultural da região é essencial para analisar seus conflitos e alianças geopolíticas (Hourani, 1991; Yazdani, 2019).

1.3 Importância Estratégica e Geopolítica

A localização geográfica do Oriente Médio, que conecta três continentes — Ásia, Europa e África — confere à região uma relevância estratégica e geopolítica inegável. Desde a Antiguidade, o Oriente Médio tem sido um ponto crucial em rotas comerciais importantes, como a famosa Rota da Seda, que facilitou o intercâmbio de bens e culturas entre o Oriente e o Ocidente. No entanto, foi no século XX que a região passou a adquirir uma importância geopolítica global, especialmente após a descoberta de vastas reservas de petróleo e gás natural, que rapidamente se tornaram pilares da economia mundial (Dorraj e English, 2012).

Com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, a região passou a desempenhar um papel central na

gestão dos mercados globais de energia. Países como Arábia Saudita, Irã, Catar e Kuwait controlam uma parte significativa das reservas globais de petróleo, o que lhes confere um grande poder de influência no cenário internacional. As decisões da OPEP, particularmente em relação à produção e ao preço do petróleo, frequentemente afetam as economias globais, gerando impactos diretos tanto em países consumidores quanto produtores (Evron, 2018). A dependência global do petróleo e gás natural do Oriente Médio tornou essa região o foco de interesse para grandes potências, que buscam assegurar seu acesso a esses recursos vitais, consolidando ainda mais o papel estratégico da região (Yergin, 1991).

Além dos recursos energéticos, o Oriente Médio abriga rotas de navegação essenciais para o comércio internacional, incluindo o Estreito de Hormuz e o Estreito de Bab el-Mandeb. O Estreito de Hormuz, por exemplo, é responsável pela passagem de cerca de 20% do petróleo mundial, tornando-o uma das vias marítimas mais estratégicas e disputadas globalmente. Qualquer interrupção no trânsito dessas rotas pode resultar em crises energéticas globais e aumento nos preços do petróleo, criando pressões econômicas internacionais. A segurança e o controle sobre esses pontos estratégicos são, portanto, questões críticas da geopolítica regional, influenciando a presença militar de potências globais, como os Estados Unidos e a China, no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho (Ehteshami, 2018).

Historicamente, o Oriente Médio também foi palco de rivalidades globais, como a disputa por influência entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria. A região, rica em recursos naturais e em posições estratégicas, tornou-se uma arena crucial na disputa pelo controle e influência no mundo bipolar, especialmente em áreas de conflito, como a

Guerra do Yom Kippur e a Guerra Irã-Iraque. Embora a Guerra Fria tenha terminado, as potências globais continuam a desempenhar papéis importantes na política da região. Atualmente, além dos Estados Unidos, a Rússia tem fortalecido sua presença, particularmente na Síria, onde apoia o regime de Bashar al-Assad, enquanto a China emerge como um novo ator econômico e estratégico relevante, sobretudo através de sua Iniciativa do Cinturão e Rota (Yetiv e Lu, 2007).

A crescente influência da China é visível na expansão das suas conexões econômicas e energéticas no Oriente Médio. Pequim, motivada por suas necessidades energéticas crescentes e interesses econômicos, estabeleceu parcerias com países como a Arábia Saudita e o Irã, ao mesmo tempo em que investe em infraestrutura e tecnologia na região. A iniciativa chinesa está remodelando as dinâmicas tradicionais de poder, proporcionando novas oportunidades econômicas, mas também criando desafios para o equilíbrio geopolítico regional, anteriormente dominado pelas potências ocidentais (Ahmed, 2024).

Figura 2. Estreito de Hormuz.

Fonte: Tradewinds (2023).

A importância geopolítica do Oriente Médio vai além dos recursos naturais. Questões como o conflito árabe-israelense, a ascensão de grupos extremistas, como o Estado Islâmico (ISIS), e as guerras civis em países como a Síria e o Iêmen continuam a moldar a política global e a segurança internacional. Esses conflitos, além de afetarem diretamente a estabilidade regional, têm repercussões globais, influenciando as políticas de segurança, migração e as estratégias de intervenção militar das potências externas. A complexidade dessas questões, muitas vezes enraizadas em dinâmicas internas e rivalidades locais, reforça a necessidade de uma análise geopolítica constante e profunda da região, com ênfase nos interesses divergentes de seus atores internos e externos (Imam, 2024).

Em síntese, a relevância do Oriente Médio no cenário global resulta de uma combinação de fatores geográficos, econômicos e políticos. Sua localização estratégica, o papel central no fornecimento de energia e as complexas dinâmicas geopolíticas e religiosas fazem da região um ponto central nas disputas globais de poder, com implicações que vão muito além de suas fronteiras.

CAPÍTULO 2. HISTÓRIA DO ORIENTE MÉDIO

2.1. Antiguidade

A história do Oriente Médio, especialmente a da antiga Mesopotâmia, é fundamental para a compreensão do desenvolvimento das civilizações que moldaram a sociedade moderna. A região entre os rios Tigre e Eufrates, conhecida como o "Berço da Civilização", foi o lar dos sumérios, que, por volta de 3000 a.C., desenvolveram a escrita cuneiforme, uma das primeiras formas de registro escrito da história humana. Este avanço não apenas facilitou a administração e a comunicação, mas também permitiu a documentação de leis, comércio e eventos sociais, refletindo a complexidade da vida urbana nas cidades-estados como Ur e Uruk (Podany, 2010; Snell, 2001). Os sumérios também foram responsáveis por inovações tecnológicas, como a roda e sistemas de irrigação, que transformaram a agricultura e o transporte na região (Postgate, 1994).

O Império Acádio, fundado por Sargão da Acádia por volta de 2334 a.C., representa um marco significativo na história da Mesopotâmia, sendo considerado o primeiro império semita unificado. Sargão conquistou vastas áreas da Mesopotâmia, estabelecendo um modelo de governança que influenciaria civilizações subsequentes, como os babilônios (Van de Mieroop, 2004). O Código de Hamurabi, criado durante o reinado de Hamurabi (1792-1750 a.C.), é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas, refletindo a importância da legislação na organização social e política da época. A estrutura legal e administrativa desenvolvida pelos babilônios foi fundamental para a manutenção da ordem e da justiça, estabelecendo precedentes que perdurariam por milênios (Kramer, 1963).

Figura 3. Rio Eufrates (Turquia, Rumkale).

Fonte: Wikipedia (2024).

Com o declínio do Império Acádio, o Império Assírio emergiu como uma potência dominante na Mesopotâmia e no Oriente Médio. Os assírios são conhecidos por sua habilidade militar e pela criação de um dos primeiros exércitos profissionais, que utilizava táticas de cerco e tecnologia avançada para conquistar e controlar vastos territórios. A brutalidade e a eficiência do exército assírio foram essenciais para a expansão do império, que se estendia por regiões que hoje correspondem ao Iraque, Síria, e partes da Turquia e Irã (Kuhrt, 1995). O uso de técnicas de cerco e a construção de cidades fortificadas foram inovações que garantiram a segurança e a estabilidade do império (Michalowski, 2011).

Com o colapso do Império Assírio, a cidade de Babilônia ressurgiu sob o comando de Nabucodonosor II, que governou durante o auge do Império Neobabilônico (626-539 a.C.). Nabucodonosor é frequentemente

lembrado por suas realizações arquitetônicas, incluindo os lendários Jardins Suspensos da Babilônia, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, e por sua política de exílio, que teve um impacto profundo na história do povo israelita. O cativeiro babilônico, que resultou na deportação de muitos israelitas, é um evento crucial que moldou a identidade e a fé do povo hebreu, influenciando suas crenças e práticas religiosas (Oates, 1986).

No século VI a.C., o Império Persa, fundado por Ciro, o Grande, emergiu como a maior potência da região. Ciro é conhecido por sua política de tolerância religiosa e administrativa, que permitiu a diversas culturas e religiões coexistirem sob seu domínio. Essa abordagem facilitou a unificação de vastos territórios, incluindo a Mesopotâmia, Egito e partes da Ásia Central, estabelecendo um modelo de governança que influenciou impérios subsequentes (Broszat, 2002). Sob o governo de Dario I, o Império Persa continuou a prosperar, expandindo suas fronteiras e consolidando seu poder até ser conquistado por Alexandre, o Grande, em 330 a.C. (Burn, 1984).

A conquista de Alexandre não apenas marcou o fim do Império Persa, mas também introduziu a cultura helenística na região, resultando em um intercâmbio cultural significativo que moldou a história do Oriente Médio. Alexandre promoveu a integração de culturas, adotando costumes persas e estabelecendo cidades que se tornaram centros de aprendizado e comércio (Frederiksen, 1968). Essa fusão cultural teve um impacto duradouro, influenciando a arte, a filosofia e a religião na região por séculos (Green, 1993).

As civilizações antigas do Oriente Médio não apenas deixaram um legado cultural e tecnológico, mas também estabeleceram as bases políticas e sociais que influenciariam a região durante milênios. A escrita, a legislação,

a arquitetura e as inovações militares desenvolvidas por essas civilizações moldaram a trajetória histórica do Oriente Médio, influenciando tanto as sociedades contemporâneas quanto as futuras. O estudo dessas civilizações é essencial para compreender as complexidades políticas, sociais e culturais que ainda permeiam a região hoje (Wallerstein, 2011).

2.2 O Período Clássico e a Chegada do Islã

Após a queda do Império Persa, o Oriente Médio tornou-se um campo de batalha entre o Império Romano e o Império Sassânida, que sucedeu ao Império Aquemênida na Pérsia. A rivalidade entre esses dois impérios durou séculos, moldando as dinâmicas políticas e culturais da região. O Império Sassânida, que existiu de 224 a 651 d.C., é frequentemente reconhecido como o último grande império persa antes da ascensão do Islã. Este império destacou-se por sua cultura refinada e por um sistema administrativo eficiente, que influenciou não apenas a civilização islâmica posterior, mas também os estados vizinhos. A religião oficial do Império Sassânida era o zoroastrismo, que permeava muitos aspectos da governança e da vida cotidiana (Khalifa-Zadeh, 2023).

Entretanto, o Império Sassânida enfrentou desafios significativos, incluindo guerras contínuas com Roma e conflitos internos que acabaram por enfraquecê-lo. As Guerras Romano-Sassânidas, especialmente, foram marcadas por batalhas intensas e mudanças territoriais que abalaram a estabilidade da região (Pozo, 2022). A pressão militar externa, somada às tensões internas, contribuiu para a vulnerabilidade do império frente a novas forças emergentes.

Figura 4. Ruínas do Palácio de Ctesifonte, também conhecido como Taq-e Kasra.

Fonte: Wikipedia (2024).

A chegada do Islã, no início do século VII, com as revelações recebidas pelo profeta Maomé em 610 d.C., representou uma mudança crucial na história do Oriente Médio. Maomé unificou as tribos árabes sob a bandeira do Islã, promovendo uma nova identidade religiosa e cultural. Após sua morte, em 632 d.C., seus sucessores, conhecidos como califas, lideraram uma rápida expansão do império muçulmano, conquistando a Pérsia Sassânida e partes do Império Bizantino, além de avançar pela África do Norte até a Península Ibérica (Khaerunnisa, 2023). Essa expansão não apenas transformou o mapa político da região, mas também facilitou a disseminação do Islã e da cultura árabe, que se tornaram dominantes.

Os califados que sucederam a Maomé desempenharam um papel fundamental na consolidação do Islã. O Califado Rashidun (632-661) é conhecido por suas conquistas iniciais, que estabeleceram as bases do império muçulmano. Já o Califado Omíada (661-750), com capital em Damasco,

expandiu o império tanto para o oeste, alcançando Al-Andalus (Espanha), quanto para o leste, até a Índia, promovendo um período de intenso intercâmbio cultural e econômico (Khaerunnisa, 2023). O Califado Abássida (750-1258), com sede em Bagdá, representou o auge da civilização islâmica, especialmente nas áreas de ciência, filosofia e arte. Bagdá tornou-se um centro intelectual e cultural, atraindo estudiosos de diversas partes do mundo (Renterghem, 2021).

A queda de Bagdá, em 1258, após a invasão mongol, marcou o fim do poder centralizado dos abássidas e o início de uma nova era de fragmentação política no Oriente Médio. A invasão mongol resultou não apenas em destruição em larga escala, mas também teve implicações duradouras para a cultura e a estrutura política da região. A destruição de Bagdá simbolizou o colapso de um dos maiores centros de conhecimento da época, levando à dispersão de intelectuais e ao declínio da produção cultural (Karim, 2018; Biran, 2022). A fragmentação política subsequente resultou em uma multiplicidade de reinos locais e dinastias, que dominaram diferentes partes do Oriente Médio, alterando de forma duradoura a paisagem política e cultural da região.

2.3 O Império Otomano

O Império Otomano (1299-1922) foi a última grande potência islâmica a dominar o Oriente Médio, deixando um legado que ainda influencia a região contemporânea. Fundado por Osman I no final do século XIII, o império expandiu-se rapidamente, conquistando vastas áreas da Europa, Ásia e África. A captura de Constantinopla em 1453 pelo sultão Mehmet II não apenas marcou o fim do Império Bizantino, mas também consolidou a

ascensão do Império Otomano como uma das principais potências globais. Esse evento é frequentemente considerado um ponto de virada na história europeia e islâmica, simbolizando a transição da era medieval para uma nova era de dominação otomana.

Durante o reinado de Solimão, o Magnífico (1520-1566), o Império Otomano atingiu seu auge territorial e cultural.

Figura 5. O Império Otomano no auge de sua expansão sob o governo de Solimão, o Magnífico (1520-1566).

Fonte: Wikipedia (2024).

Neste período, os otomanos estenderam seus domínios do Cáucaso ao norte da África e do Iraque até os Bálcãs. Solimão implementou reformas administrativas e militares que fortaleceram o império, promovendo um sistema de governo relativamente tolerante. Esse sistema permitia que

diferentes comunidades religiosas, incluindo judeus, cristãos e muçulmanos, vivessem sob o sistema millet, que oferecia certo grau de autonomia a essas comunidades (SUÁREZ, 2012). Essa abordagem não apenas facilitou a convivência pacífica entre grupos diversos, mas também contribuiu para a estabilidade do império em um período de grande diversidade cultural e religiosa.

Contudo, o declínio do Império Otomano começou no final do século XVII, enfrentando uma série de desafios internos e externos. Fatores como corrupção, ineficiência administrativa e a incapacidade de acompanhar os avanços tecnológicos e militares da Europa contribuíram para esse declínio. Derrotas em batalhas cruciais, como a Batalha de Viena em 1683, marcaram o início do recuo territorial otomano e a perda de influência na Europa. A crescente interferência das potências europeias, especialmente do Reino Unido e da França, e os movimentos nacionalistas internos também desempenharam um papel significativo na desestabilização do império durante o século XIX.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o golpe final para o Império Otomano. Aliado à Alemanha, o império foi derrotado, resultando na divisão de seus territórios sob o Acordo Sykes-Picot de 1916, que redistribuiu grandes porções de terras otomanas entre as potências ocidentais. Esse acordo não apenas desmantelou o império, mas também lançou as bases para muitos dos conflitos que ainda persistem na região, uma vez que as novas fronteiras criadas desconsideraram as realidades étnicas e culturais locais.

Em 1922, o Império Otomano foi oficialmente dissolvido, e a República da Turquia foi estabelecida sob a liderança de Mustafa Kemal Atatürk,

encerrando séculos de domínio otomano sobre o Oriente Médio. A transição para a república representou uma ruptura significativa com o passado imperial, promovendo reformas que buscavam modernizar e secularizar a sociedade turca. Contudo, o legado otomano permanece evidente em muitos aspectos da cultura, política e arquitetura do Oriente Médio moderno, e sua queda teve um impacto profundo na formação dos Estados-nação contemporâneos da região.

CAPÍTULO 3. RELIGIÃO E IDENTIDADE

3.1 O Islã e suas Divisões

O Islã é a religião predominante no Oriente Médio e desempenha um papel central na vida política, cultural e social da região. Fundado pelo profeta Maomé no século VII, o Islã se espalhou rapidamente a partir da Península Arábica, transformando a estrutura política e cultural do Oriente Médio e além. O Islã é baseado no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, e nos ensinamentos de Maomé, conhecidos como a Sunnah.

3.1.1 Os Pilares do Islã

Os cinco pilares do Islã são considerados as práticas fundamentais que orientam a vida de todo muçulmano, servindo como a base da fé e da prática religiosa. Cada um desses pilares desempenha um papel crucial na formação da identidade islâmica e na prática comunitária, refletindo a essência da crença e da devoção (Esposito, 2011).

O primeiro pilar, a Shahada, é a declaração de fé que afirma a unicidade de Deus (Alá) e a profecia de Maomé. Esta profissão de fé é não apenas uma crença interna, mas também um ato público que define a identidade muçulmana e é frequentemente recitada em momentos significativos da vida de um crente, como em cerimônias de nascimento e conversão. A Shahada é fundamental, pois estabelece a base sobre a qual todos os outros pilares se sustentam, enfatizando a centralidade de Alá na vida do muçulmano (Armstrong, 2002).

O segundo pilar, o Salat, refere-se às cinco orações diárias que são realizadas em momentos específicos ao longo do dia. Essas orações não

apenas servem como um meio de comunicação direta com Deus, mas também promovem a disciplina e a regularidade na vida do crente. A prática do Salat é um lembrete constante da presença de Deus e da importância da espiritualidade na vida cotidiana, reforçando a conexão entre o indivíduo e a comunidade muçulmana (Esposito, 2011).

Figura 6. Fiel cumprindo o segundo pilar da fé islâmica (Salat).

Fonte: Getty (2024).

O terceiro pilar, o Zakat, é a doação obrigatória que visa ajudar os necessitados e promover a justiça social. Este ato de caridade é visto como uma forma de purificação da riqueza e um meio de redistribuição de recursos dentro da comunidade. O Zakat não apenas ajuda a aliviar a pobreza, mas também fortalece os laços sociais e a solidariedade entre os muçulmanos, refletindo a responsabilidade coletiva que cada crente tem em relação ao bem-estar dos outros (Kennedy, 2016).

O quarto pilar, o Sawm, refere-se ao jejum durante o mês sagrado do Ramadã. Este ato de abstinência não é apenas físico, mas também espiritual,

promovendo o autocontrole e a reflexão. O jejum é uma oportunidade para os muçulmanos se concentrarem em sua fé, em suas orações e em sua relação com Deus, além de ser um momento de empatia com os menos afortunados (Armstrong, 2002; Jafri, 1979).

Por fim, o quinto pilar, o Hajj, é a peregrinação a Meca que todo muçulmano deve realizar pelo menos uma vez na vida, desde que tenha condições físicas e financeiras para fazê-lo. O Hajj é um evento de grande importância espiritual e comunitária, reunindo muçulmanos de diversas origens e culturas em um ato de adoração e submissão a Deus. A experiência do Hajj é rica em simbolismo e rituais que reforçam a unidade da ummah (comunidade muçulmana) e a devoção a Alá (Esposito, 2011; Armstrong, 2002).

3.1.2 Divisão entre Sunitas e Xiitas

A principal divisão no Islã, ocorrida logo após a morte do profeta Maomé em 632 d.C., constitui um marco crucial na história da religião, com profundas implicações políticas, sociais e teológicas. Essa cisão surgiu de disputas sobre a sucessão do profeta, levando à formação das duas maiores correntes islâmicas: os sunitas e os xiitas.

3.1.2.1 Sunitas

Os sunitas constituem a maior corrente dentro do Islã, representando entre 85% e 90% da população muçulmana global. Sua denominação provém da palavra "Sunna," que se refere aos ensinamentos e práticas do profeta Maomé. A principal característica do sunismo é a crença de que a

liderança da comunidade muçulmana (ummah) após a morte de Maomé deveria ser escolhida por consenso, e não determinada por laços sanguíneos. Assim, a sucessão deveria recair sobre o membro mais capacitado entre seus seguidores, com base em sua piedade, liderança e proximidade com o profeta (Esposito, 2011).

Abu Bakr, amigo íntimo e conselheiro de Maomé, foi escolhido como o primeiro califa após a morte do profeta em 632 d.C. A escolha de Abu Bakr refletiu o princípio do consenso (ijma), sendo visto como alguém que poderia garantir a continuidade da liderança islâmica e manter a unidade da ummah. Sua escolha, porém, foi marcada por controvérsias entre aqueles que acreditavam que a sucessão deveria seguir a linhagem familiar de Maomé (Shia), o que deu origem à divisão histórica entre sunitas e xiitas (Lippman, 1995).

Uma característica distintiva do sunismo é sua flexibilidade em termos de interpretação da Sharia (lei islâmica), a qual é baseada tanto no Alcorão quanto na Sunna (os ditos e ações de Maomé). Ao longo da história, essa tradição desenvolveu quatro grandes escolas de jurisprudência, conhecidas como Hanafi, Maliki, Shafi'i e Hanbali. Cada uma delas oferece diferentes interpretações e abordagens sobre como a Sharia deve ser aplicada na vida dos muçulmanos, variando em suas abordagens sobre questões de direito, ritual e governança (Nasr, 2006).

A escola Hanafi, por exemplo, é a mais antiga e geralmente reconhecida como a mais flexível e adaptável em relação às interpretações da lei islâmica, prevalecendo em regiões como Turquia, Síria, e Ásia Central. Já a escola Hanbali, praticada na Arábia Saudita, é mais literalista, enfatizando a interpretação estrita dos textos sagrados. Essa diversidade de interpretação dentro do

sunismo permitiu que a tradição sobrevivesse e se adaptasse às variadas realidades culturais e políticas do mundo islâmico (Esposito, 2011; Nasr, 2006).

Apesar de divergências internas em relação à jurisprudência e à prática religiosa, os sunitas compartilham a crença central de que o califa é o líder temporal e espiritual da ummah, mas ele não possui a infalibilidade religiosa. Isso contrasta diretamente com a visão xiita, onde o imame é visto como um guia divinamente designado e infalível (Nasr, 2006).

3.1.2.2 Xiitas

Os xiitas acreditam que a liderança da comunidade muçulmana (ummah) deveria permanecer dentro da família do profeta Maomé, especificamente através de seu primo e genro, Ali. De acordo com a tradição xiita, Maomé teria designado Ali como seu sucessor espiritual e político, conferindo-lhe uma posição de liderança especial que se estenderia também a seus descendentes, conhecidos como imames. Para os xiitas, os imames são figuras sagradas, detentoras de autoridade divina e infalibilidade, capazes de interpretar corretamente a vontade de Deus e guiar a ummah (Momen, 1985).

A primeira divisão formal entre sunitas e xiitas ocorreu após o assassinato de Ali, em 661 d.C., e o subsequente estabelecimento da dinastia omíada, que os xiitas consideravam ilegítima. Esse cisma gerou conflitos que reverberam até hoje, com a disputa entre ambas as tradições desempenhando um papel importante em muitas das tensões políticas e religiosas contemporâneas no Oriente Médio (Keddie, 2003).

Os xiitas representam cerca de 10% a 15% da população muçulmana mundial e são predominantes em países como Irã, Iraque, Bahrein, e

Líbano. No Irã, o xiismo tornou-se a religião oficial do Estado durante a dinastia safávida, no século XVI, e hoje o país é visto como o centro da tradição xiita global. No Líbano, o grupo militante e político Hezbollah, uma organização xiita, exerce grande influência tanto na política local quanto regional (Keddie, 2003).

Um dos rituais mais significativos do xiismo é a celebração de Ashura, que marca o martírio de Husayn, neto de Maomé e filho de Ali, na Batalha de Karbala em 680 d.C. Husayn morreu lutando contra as forças do califa omíada Yazid I, e seu sacrifício é visto pelos xiitas como um símbolo da luta contra a injustiça e a opressão.

Figura 7. Celebração de Ashura.

Fonte: Orienttrips (2024).

O evento de Karbala é considerado o ponto central na formação da identidade xiita, com Ashura sendo um período de luto e reflexão espiritual, onde os xiitas relembram o martírio de Husayn por meio de procissões e dramatizações (Momen, 1985; Esposito, 2011).

Enquanto sunitas e xiitas compartilham muitas crenças e práticas, como a adesão aos Cinco Pilares do Islã, as diferenças na sucessão e no papel do imame criaram tradições jurídicas e religiosas distintas. Por exemplo, no xiismo, o imame desempenha um papel de mediação entre Deus e a comunidade, uma ideia que não é compartilhada pelo sunismo, que se apoia no consenso da ummah e nos califas como líderes temporais (Nasr, 2006).

3.1.2.3 Diferenças Teológicas e Práticas

As diferenças entre sunitas e xiitas são complexas e multifacetadas, refletindo não apenas a questão da sucessão após a morte de Maomé, mas também divergências teológicas, práticas religiosas e estruturas de liderança que moldaram a história do Islã. A seguir, uma análise detalhada dessas diferenças, com suporte de referências acadêmicas pertinentes.

Questões Teológicas. Sunitas e xiitas possuem abordagens teológicas distintas que influenciam sua prática religiosa e entendimento do Islã. Os sunitas enfatizam a importância do consenso da comunidade (ijma) e dos Hadith — ditos e práticas do profeta Maomé — na formação da jurisprudência islâmica (Sharia). Para os sunitas, a autoridade religiosa é descentralizada, baseada na interpretação coletiva dos textos sagrados, permitindo a existência de diversas escolas de pensamento, como as escolas Hanafi, Maliki, Shafi'i e Hanbali (Esposito, 2011).

Em contraste, os xiitas conferem uma autoridade significativa aos imames, que são considerados líderes espirituais infalíveis e guias da comunidade. Os xiitas acreditam que os imames são descendentes diretos de Maomé e Ali, possuindo um conhecimento divinamente inspirado que os capacita a interpretar a lei islâmica e guiar a comunidade. A crença na

infalibilidade dos imames é central à teologia xiita e constitui uma das principais diferenças em relação aos sunitas (Nasr, 2006).

Práticas Religiosas. As práticas religiosas entre sunitas e xiitas também apresentam diferenças notáveis. Um exemplo claro é a forma de oração. Enquanto os sunitas realizam suas orações em cinco momentos específicos do dia, os xiitas frequentemente combinam algumas dessas orações, realizando-as em três momentos. Além disso, durante a oração, os xiitas costumam colocar uma pequena pedra ou um pedaço de terra da cidade sagrada de Karbala na testa, simbolizando a humildade diante de Deus e a ligação com o martírio de Husayn (Momen, 1985).

Outra prática distinta é a observância do mês de Muharram, especialmente o dia de Ashura. Para os xiitas, Ashura é um dia de luto que marca a morte de Husayn, neto de Maomé, na Batalha de Karbala em 680 d.C. Este evento é fundamental para a identidade xiita e é lembrado com rituais intensos de luto, incluindo procissões, recitações de poemas e, em alguns casos, demonstrações de dor física, como a autoflagelação. Esses rituais simbolizam solidariedade com Husayn e sua luta contra a opressão e a injustiça (Keddie, 2003).

Estruturas de Liderança. As estruturas de liderança também diferem significativamente entre sunitas e xiitas. Entre os sunitas, a liderança religiosa é exercida por estudiosos e líderes comunitários, conhecidos como ulama, que são respeitados por seu conhecimento e são escolhidos pela comunidade. Essa estrutura permite uma flexibilidade maior e adaptações às necessidades locais (Esposito, 2011).

Nos círculos xiitas, a liderança é mais hierárquica, com papéis centrais desempenhados pelos imames e, após a morte do décimo segundo imã,

pelos aiatolás, líderes religiosos de alto escalão que guiam a comunidade. Essa estrutura de liderança confere uma maior coesão dentro da comunidade xiita, mas também pode gerar tensões em contextos políticos, especialmente quando os xiitas vivem como minorias em sociedades predominantemente sunitas (Nasr, 2006).

3.1.2.4 Conflitos e Tensões entre Sunitas e Xiitas

A divisão entre sunitas e xiitas teve um impacto profundo nas relações políticas e sociais do Oriente Médio. O confronto entre esses dois grupos é frequentemente exacerbado por rivalidades geopolíticas, como a disputa por influência entre Arábia Saudita (sunita) e Irã (xiita). As tensões sectárias também contribuíram para conflitos violentos, como na Síria, no Iêmen e no Iraque, onde o sectarismo alimenta a instabilidade política e social.

3.2 Judaísmo

O judaísmo é uma das mais antigas religiões monoteístas do mundo, com origens que remontam ao Oriente Médio, especificamente à antiga Canaã (Finkelstein e Silberman, 2001). A narrativa histórica do judaísmo é profundamente interligada à aliança entre os hebreus e Yahweh (Deus), sendo o Templo de Jerusalém o símbolo central dessa relação. Construído originalmente por Salomão no século X a.C., o templo foi o coração espiritual e religioso da fé judaica, onde eram realizados sacrifícios e importantes festividades religiosas, como o Yom Kipur e a Páscoa Judaica (Passover), reforçando a coesão social e religiosa da comunidade hebraica (Schama, 2014).

No entanto, com a destruição do Segundo Templo pelos romanos em 70 d.C., como parte das guerras judaico-romanas, o judaísmo enfrentou um dos maiores desafios de sua história. O evento marcou o início da Diáspora Judaica, quando grande parte da população foi exilada da Palestina, espalhando-se por várias regiões do Império Romano e além (Sachar, 2007). Durante esse período, o judaísmo se adaptou a novos contextos culturais e geográficos, desenvolvendo-se em comunidades diversificadas e resilientes em locais como a Europa, o Oriente Médio e o Norte da África. Embora dispersos, os judeus mantiveram Jerusalém como um símbolo central de sua fé, expressando sua esperança de retorno através de orações e práticas religiosas, como a recitação da frase "Next year in Jerusalem" durante a celebração do Pessach (Johnson, 1976).

Com o passar dos séculos, o judaísmo continuou a evoluir em meio a pressões externas, incluindo a perseguição e o antissemitismo, mas manteve sua identidade religiosa e cultural. No final do século XIX, em resposta ao crescente antissemitismo na Europa Oriental e às limitações impostas aos judeus em diversas regiões, surgiu o sionismo, um movimento nacionalista que defendia o retorno dos judeus à Palestina, sua terra ancestral. O sionismo, liderado por figuras como Theodor Herzl, procurava estabelecer um Estado judeu que oferecesse um lar seguro e garantisse os direitos e a dignidade dos judeus (Herzl, 1988). Herzl, em sua obra O Estado Judeu (1896), argumentava que a criação de um Estado judeu era a única solução viável para o problema do antissemitismo.

O sionismo foi formalmente apoiado pela Declaração de Balfour de 1917, em que o governo britânico manifestou seu apoio à criação de um "lar nacional para o povo judeu" na Palestina (Zahreddine e Pires, 2021).

Essa declaração intensificou o movimento migratório de judeus para a região, resultando em tensões crescentes entre os colonos judeus e a população árabe local, que via essa imigração como uma ameaça à sua identidade e à posse da terra. Os anos seguintes foram marcados por conflitos e negociações que culminariam na partição da Palestina em 1947 e, posteriormente, na criação do Estado de Israel em 1948 (Schlaim, 2000).

A fundação de Israel, após o trauma do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial, representou a realização do projeto sionista, mas também desencadeou uma série de conflitos com a população árabe local, particularmente os palestinos, que se viram deslocados por conta da criação do novo Estado. O conflito árabe-israelense emergiu como uma questão geopolítica central, com eventos como a Guerra da Independência de 1948, a Guerra dos Seis Dias de 1967 e a Guerra do Yom Kipur em 1973 consolidando a divisão entre judeus e árabes na região (Morris, 2001).

O conflito árabe-israelense continua a ser um ponto de grande tensão no Oriente Médio. A questão palestina, com sua demanda por autodeterminação e o retorno dos refugiados, permanece no cerne desse conflito. A ocupação israelense dos territórios palestinos e a expansão dos assentamentos judeus na Cisjordânia são fontes contínuas de disputa e alimentam as tensões entre as duas comunidades. Esse embate é simbolizado pela luta dos palestinos por um Estado independente, com organizações como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat, desempenhando um papel crucial no cenário político (Said, 2001).

Apesar das inúmeras tentativas de paz, como os Acordos de Oslo em 1993 e o Acordo de Camp David em 1978, as negociações falharam em alcançar uma solução definitiva para o conflito. A luta por reconhecimento,

segurança e direitos continua a moldar a vida política e social em Israel e nos territórios palestinos, impactando profundamente as dinâmicas regionais e internacionais (Stephan, 2012).

3.3 Cristianismo

O cristianismo, como uma das principais religiões monoteístas do mundo, está profundamente enraizado no contexto geográfico, cultural e histórico do Oriente Médio, particularmente na região da Galileia, onde Jesus Cristo, sua figura central, nasceu e iniciou seu ministério. O nascimento e o ministério de Jesus, datados do século I, foram influenciados por um cenário de tensões políticas sob o domínio romano e de expectativas messiânicas entre os judeus (Brown, 1989). Para os cristãos, Jesus não apenas pregou o amor, o perdão e a justiça, mas também realizou milagres e ofereceu uma nova interpretação da lei judaica, que, para seus seguidores, culminaria em sua identificação como o Filho de Deus e o Messias prometido.

A crucificação de Jesus em Jerusalém, por volta do ano 30 d.C., é um evento central para a fé cristã. Sua morte, interpretada como um sacrifício pela redenção da humanidade, é seguida pela crença em sua ressurreição, que, segundo o Novo Testamento, teria ocorrido três dias depois (Brown, 1989). Esse episódio consolidou a ideia de salvação, um dos pilares fundamentais do cristianismo. Conforme observado por Macculloch (2011), a ressurreição não apenas fortaleceu a fé dos primeiros seguidores de Jesus, mas também foi um fator decisivo para a expansão do cristianismo dentro e fora das comunidades judaicas, transformando-se em uma religião universal.

Nos primeiros séculos após a morte de Jesus, o cristianismo passou por um processo intenso de disseminação. Inicialmente, ele foi difundido

entre os judeus da Palestina, mas logo alcançou os gentios (não judeus) nas diversas regiões do Império Romano. A pregação dos apóstolos foi fundamental nesse processo, com destaque para Paulo de Tarso, cuja teologia e cartas epistolares desempenharam um papel crucial na adaptação da mensagem cristã a diferentes culturas e contextos (Horsley, 1998). Paulo foi particularmente eficaz em transformar o cristianismo de uma seita judaica em uma fé com apelo universal, adaptando suas mensagens para audiências diversas e argumentando que a fé em Cristo deveria ser acessível a todos, independentemente de suas origens étnicas ou religiosas.

A consolidação do cristianismo como uma religião oficial no Império Romano foi marcada por uma série de eventos cruciais. O primeiro grande marco foi o Édito de Milão, promulgado pelo imperador Constantino em 313 d.C., que garantiu a liberdade religiosa aos cristãos, permitindo que a religião florescesse publicamente (MacCulloch, 2011). Constantino foi um patrono significativo do cristianismo, convocando o Concílio de Nicéia em 325 d.C., que buscou resolver disputas doutrinárias e unificar as crenças cristãs, resultando no Credo Niceno, um documento teológico que estabeleceu os fundamentos da fé cristã, incluindo a divindade de Cristo e a Trindade.

A ascensão do cristianismo como religião dominante no Império Romano também alterou profundamente a sociedade. A institucionalização da Igreja proporcionou à fé uma estrutura organizada e influente, que sobreviveu ao colapso do Império Ocidental no século V e se expandiu para além das fronteiras romanas. A Igreja, como uma nova força cultural e política, também influenciou a vida e as instituições do período medieval, moldando o pensamento filosófico, teológico e social do Ocidente.

O cristianismo, portanto, desde seu início no contexto cultural e religioso da Palestina, até sua consolidação como religião oficial do Império Romano, passou por profundas transformações. Essas mudanças não só

permitiram a expansão da religião em todo o Mediterrâneo e além, mas também moldaram a trajetória das civilizações ocidentais e orientais.

3.3.1 Cristianismo no Oriente Médio Hoje

Atualmente, o cristianismo é praticado por diversas comunidades minoritárias no Oriente Médio, com destaque para países como Líbano, Síria, Egito, Israel e Palestina. Entre essas comunidades, os cristãos árabes e os coptas do Egito têm um papel relevante, com raízes que remontam ao primeiro século d.C. (Kamil, 2002). A Igreja Ortodoxa Copta do Egito, uma das mais antigas tradições cristãs do mundo, é especialmente significativa. Fundada por São Marcos, o Evangelista, esta tradição tem resistido a séculos de mudanças políticas e perseguições, mantendo sua identidade religiosa e cultural (Meyendorff, 1989). A teologia copta destaca-se pela veneração dos mártires, onde o sofrimento é interpretado como uma forma de comunhão espiritual com Cristo.

A partir da chegada do Islã no século VII, o cristianismo passou a coexistir com o islamismo por meio do sistema dhimmi, que garantia proteção às comunidades não muçulmanas mediante o pagamento de impostos especiais, como a jizya. Embora esse sistema tenha permitido a sobrevivência de comunidades cristãs, como os coptas, ele também impôs restrições e períodos de discriminação (Hourani, 2005). Apesar desses desafios, as comunidades cristãs no Oriente Médio conseguiram preservar suas práticas e tradições ao longo dos séculos.

O Egito é um exemplo onde os coptas, que constituem a maior comunidade cristã no Oriente Médio, enfrentam dificuldades, mas continuam desempenhando um papel significativo na vida religiosa e cultural do país.

No entanto, em tempos mais recentes, essas comunidades têm enfrentado episódios de violência e marginalização, especialmente após a Revolução Egípcia de 2011 e a ascensão de grupos radicais. Esse cenário reflete as tensões entre identidade religiosa, política e social na região (Kamil, 2002).

Desafios

As comunidades cristãs no Oriente Médio enfrentam hoje desafios sem precedentes. A Revolução Egípcia de 2011 e a subsequente ascensão de grupos extremistas religiosos aumentaram a vulnerabilidade das minorias, particularmente dos cristãos coptas, que sofreram ataques a igrejas e a membros da comunidade (Kirkpatrick, 2013). A ascensão de grupos como o Estado Islâmico (ISIS) no Iraque e na Síria exacerbou a situação, com muitos cristãos sendo forçados a fugir de suas casas para evitar perseguições. Essas pressões contribuíram para a emigração em massa, resultando em uma significativa redução da população cristã na região (Marr, 2016).

Segundo Jenkins (2008), o cristianismo, que já foi a religião dominante em muitas partes do Oriente Médio, agora enfrenta o risco de extinção em algumas áreas devido à migração e à violência. O desaparecimento dessas comunidades não afeta apenas a diversidade religiosa, mas também a riqueza cultural que os cristãos contribuíram ao longo dos séculos. No entanto, há esforços em curso para preservar essa herança. Iniciativas de diálogo inter-religioso e a defesa da liberdade religiosa são vistas como essenciais para garantir a sobrevivência das comunidades cristãs e para promover uma coexistência pacífica com as populações muçulmanas da região (Sullivan, 2015).

O futuro das comunidades cristãs no Oriente Médio permanece incerto, apesar dos esforços de preservação e proteção por parte de organizações internacionais, como a Santa Sé, e grupos de defesa de direitos humanos. A perseguição religiosa, as tensões políticas, e os conflitos contínuos complicam a sobrevivência dessas comunidades que, por séculos, fizeram parte da história da região. A Igreja Católica, juntamente com outras denominações cristãs, tem desempenhado um papel crucial na mediação de conflitos e na promoção de iniciativas de paz. No entanto, conforme argumenta Jenkins (2008), o êxodo contínuo de cristãos, impulsionado pela instabilidade política e econômica, levanta preocupações sobre o futuro dessa presença religiosa.

A capacidade de adaptação dessas comunidades será fundamental para sua sobrevivência. A migração de cristãos para a diáspora, principalmente para países ocidentais, pode criar um desafio para a preservação de seu patrimônio cultural e espiritual nas suas terras de origem. No entanto, organizações religiosas e de direitos humanos estão trabalhando para garantir que os cristãos remanescentes possam viver em paz, preservando suas tradições religiosas e culturais.

Além disso, o fortalecimento do diálogo inter-religioso continua a ser uma das principais estratégias para promover a coexistência pacífica. Como destaca Sullivan (2015), garantir a igualdade de direitos para todas as minorias religiosas é essencial para a estabilidade e a paz a longo prazo no Oriente Médio. Iniciativas que promovam o respeito mútuo entre diferentes grupos religiosos podem ajudar a mitigar o êxodo cristão e preservar o equilíbrio religioso na região.

3.4 Yazidismo

Os yazidis são uma minoria religiosa que reside principalmente no norte do Iraque, especialmente na região de Sinjar. O yazidismo é uma religião sincrética que incorpora elementos do zoroastrismo, islamismo e cristianismo, refletindo uma rica tapeçaria de influências culturais e espirituais. Os yazidis acreditam em um Deus criador e veneram uma figura divina conhecida como Melek Taus, o "Anjo Pavão", que ocupa uma posição central em sua cosmologia e práticas religiosas (Allison, 2017; Ibrahim et al., 2018).

3.4.1 Perseguições e Genocídio

A ascensão do Estado Islâmico (ISIS) trouxe consequências devastadoras para a comunidade yazidi. Em agosto de 2014, o ISIS lançou um ataque sistemático contra os yazidis em Sinjar, resultando em massacres em larga escala, sequestros e a escravização de milhares de mulheres e crianças. Esses ataques foram marcados por extrema brutalidade, com os yazidis sendo alvo de genocídio, já que o ISIS buscava eliminar sua presença na região (Mohammed, 2022; Taha et al., 2021; Taha e Sijbrandij, 2021). Estima-se que cerca de 3.100 yazidis foram mortos e 6.800 sequestrados durante esses ataques, gerando uma crise humanitária significativa (Taha et al., 2021; Taha e SijbrandiJ, 2021).

Historicamente, os yazidis já enfrentavam discriminação e perseguições, e a violência do ISIS agravou drasticamente sua situação. Muitas vezes mal interpretados e rotulados como "adoradores do diabo" devido às suas crenças únicas, os yazidis são alvo frequente de estigmatização e violência (Allison, 2017). A resposta internacional ao genocídio yazidi foi inicialmente

lenta, mas, com o tempo, passou a ganhar mais atenção, destacando a necessidade de proteção e apoio a essa comunidade vulnerável (Mohammed, 2022; Kizilhan, 2019).

3.4.2 Deslocamento e Desafios Contemporâneos

Após os ataques do ISIS, mais de meio milhão de yazidis foram deslocados, muitos buscando refúgio em campos de deslocados internos na região do Curdistão iraquiano. A vida nesses campos apresenta desafios significativos, como acesso limitado a serviços de saúde, educação e emprego (Tran et al., 2021; M.S et al., 2022). Além disso, as mulheres yazidis que sobreviveram à escravidão sexual e à violência de gênero enfrentam traumas profundos e estigmas sociais, dificultando sua reintegração na sociedade (Ibrahim et al., 2018; Grossman et al., 2018).

Os yazidis enfrentam um futuro incerto, com muitos ainda vivendo em condições precárias e lutando para reconstruir suas vidas após a devastação causada pelo ISIS. A comunidade busca apoio internacional e reconhecimento de seu status como vítimas de genocídio, algo crucial para garantir justiça e reparação (Shawi e Hassen, 2021; Mohammed, 2022). Além disso, a luta pela preservação de sua identidade cultural e religiosa é uma prioridade para os yazidis, que desejam manter suas tradições e práticas em meio à adversidade (Kizilhan et al., 2023; Ali, 2019).

3.3 Drusos

Os drusos são uma comunidade religiosa esotérica que se originou no século X, no contexto do islamismo ismaelita, mais especificamente durante a dinastia fatímida no Egito.

Figura 8. Família drusa.

Fonte: Wikipedia (2024).

Embora se identifiquem como muçulmanos, suas crenças e práticas são profundamente distintas, incorporando elementos da filosofia grega, neoplatonismo e misticismo, o que reflete uma rica tradição de pensamento que transcende as doutrinas islâmicas convencionais (Ghabar, 2013). Essa singularidade teológica é um dos fatores que tornam o drusismo uma religião fascinante e complexa.

3.3.1 Estrutura e Práticas Religiosas

Os drusos habitam principalmente o Líbano, Síria e Israel, formando uma sociedade secreta e fechada que mantém suas práticas religiosas ocultas dos não iniciados. Essa característica de exclusividade serviu como uma defesa contra a perseguição histórica que a comunidade enfrentou, especialmente em contextos de sectarismo e conflito no Oriente Médio (Schiocchet, 2012). A religião drusa é marcada por um forte senso de identidade comunitária, com uma estrutura social que enfatiza a solidariedade e a proteção mútua entre seus membros.

As práticas religiosas dos drusos são esotéricas, e os rituais são realizados em locais sagrados acessíveis apenas aos iniciados, conhecidos como uqqal (os sábios). A religião drusa é caracterizada pela crença na reencarnação e na busca pela verdade espiritual, considerada um caminho para a união com o divino (Ghabar, 2013). Além disso, os drusos mantêm um compromisso ético e moral profundo, que guia tanto a vida comunitária quanto individual. A ênfase na sabedoria espiritual e no aprendizado contínuo é central para sua prática, o que os distingue de outras comunidades religiosas da região.

3.3.2 Contexto Histórico e Social

Historicamente, os drusos desempenharam um papel importante na política e na sociedade do Líbano e da Síria, sobretudo durante o período otomano. Reconhecidos como guerreiros habilidosos, os drusos conquistaram posições de poder e prestígio dentro da hierarquia social, o que lhes permitiu manter uma certa autonomia em relação a outras comunidades religiosas e ao Estado central (Schiocchet, 2012). Essa posição privilegiada

ajudou a comunidade a influenciar a política local e a garantir sua sobrevivência em tempos de incerteza.

Entretanto, a história dos drusos também é marcada por períodos de conflito e perseguição. Durante a guerra civil libanesa (1975-1990), a comunidade drusa enfrentou desafios significativos que afetaram sua identidade e coesão social. O líder druso Kamal Jumblatt desempenhou um papel político central, mas sua morte em 1977 provocou divisões internas e reavaliações dentro da comunidade. A guerra exacerbou as divisões sectárias no país, e a memória coletiva desempenhou um papel crucial na resiliência e na reconstrução da identidade drusa durante e após o conflito (Neto, 2007).

3.3.3 Desafios Contemporâneos

Atualmente, os drusos continuam a enfrentar desafios em um contexto de crescente sectarismo e instabilidade no Oriente Médio. A preservação de sua identidade religiosa e cultural é uma preocupação central, especialmente diante das pressões externas e das transformações sociais que afetam a região. A comunidade drusa busca equilibrar sua herança esotérica com as realidades contemporâneas, mantendo suas tradições enquanto navega por um mundo em constante mudança.

Além disso, a diáspora drusa, que se espalhou por diversas partes do mundo, incluindo as Américas e a Europa, trouxe novas dinâmicas à comunidade. Os drusos no exterior frequentemente enfrentam o desafio de se adaptar às novas culturas enquanto tentam preservar suas tradições e identidades únicas (Ghabar, 2013). Essa tensão entre modernidade e tradição é um tema recorrente na vida contemporânea dos drusos, que continuam a lutar pela sobrevivência e coesão de sua comunidade em contextos globalizados.

3.4 Zoroastrismo

O zoroastrismo é uma das religiões monoteístas mais antigas do mundo, tendo suas origens na antiga Pérsia, por volta do século VI a.C., com os ensinamentos do profeta Zaratustra (ou Zoroastro). Esta religião é centrada na adoração de Ahura Mazda, o deus supremo, que simboliza a verdade, a luz e a ordem, em oposição a Angra Mainyu (ou Ahriman), que personifica o caos, a mentira e a escuridão. O zoroastrismo é conhecido por sua forte ênfase na dualidade entre o bem e o mal, bem como na importância das escolhas morais que os indivíduos fazem ao longo de suas vidas, pois cada ação contribui para o equilíbrio cósmico (Boyce, 2001).

3.4.1 Influência Histórica e Cultural

Embora o zoroastrismo tenha perdido grande parte de seus seguidores ao longo dos séculos, especialmente após a ascensão do islamismo no século VII d.C., ele ainda é praticado por pequenas comunidades, principalmente no Irã e na Índia, onde os seguidores são conhecidos como parsis. Os parsis migraram para a Índia, especialmente para a região de Gujarat, no século X, para escapar da perseguição islâmica no Irã, e desde então preservaram suas tradições e práticas religiosas, mantendo viva a herança zoroastrianas (Nanavati e Manek, 1977).

O zoroastrismo teve um impacto profundo em várias tradições religiosas, incluindo o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Conceitos centrais, como o de um céu e inferno, a ressurreição dos mortos e a ideia de um julgamento final, foram influenciados por ensinamentos zoroastrianos. A concepção de um julgamento no qual as almas são avaliadas com base em suas ações durante a vida ecoa nas doutrinas do judaísmo e cristianismo sobre o juízo divino (Duchesne-Guillemin, 1979). Além disso, a crença zoroastrianas em um Messias que traria a renovação do mundo também influenciou a escatologia cristã (Boyce, 1979).

3.4.2 Práticas e Crenças

As práticas zoroastrianas incluem rituais de purificação, orações diárias e a celebração de festivais, como o Nawruz, o Ano Novo persa, que simboliza a renovação e a vitória da luz sobre as trevas. Esse festival, amplamente celebrado no Irã e em outras partes da Ásia Central, remonta às antigas tradições zoroastrianas e é uma manifestação da crença na renovação cíclica da vida e da natureza (Modi, 1922).

O culto ao fogo é outro aspecto central da prática zoroastrianas, com o fogo simbolizando a presença de Ahura Mazda. O fogo é considerado sagrado, e templos zoroastrianos (Atash Behram) mantêm fogos que são continuamente alimentados e reverenciados, simbolizando a pureza e a verdade (Boyce, 2001). Além disso, a ética zoroastrianas é baseada em três princípios fundamentais: "Humata, Hukhta, Hvarshta" – "Bom Pensamento, Boa Palavra e Boa Ação" – que orientam os seguidores a viverem de forma virtuosa e a lutarem contra o mal em suas vidas diárias (Dhalla, 1938).

3.4.3 Desafios Contemporâneos

Atualmente, o zoroastrismo enfrenta desafios significativos, como a diminuição do número de seguidores e a assimilação cultural. As comunidades zoroastrianas no Irã sofrem discriminação e restrições à prática religiosa, especialmente sob o governo islâmico, que impõe limitações às minorias religiosas (Firestone, 2016). No entanto, o patrimônio cultural zoroastriano continua sendo uma parte integral da identidade nacional iraniana, e esforços estão sendo feitos para revitalizar a religião e aumentar a conscientização sobre sua rica história e suas contribuições culturais (Kellens, 2010).

Os parsis na Índia também enfrentam desafios, com uma população em declínio devido à baixa taxa de natalidade e à assimilação nas sociedades contemporâneas. Mesmo assim, eles continuam a desempenhar um papel importante na preservação da religião zoroastrianas. A educação e a promoção de sua cultura e tradições são vistas como essenciais para a sobrevivência da religião e para a manutenção de sua identidade comunitária. Instituições culturais e religiosas, como a Associação Zoroastriana dos Parsis da Índia, têm desempenhado um papel fundamental na transmissão do conhecimento zoroastriano para as novas gerações (Mody, 2005).

3.5 Bahá'í

A fé bahá'í surgiu no Irã no século XIX, especificamente em 1863, quando Bahá'u'lláh declarou sua missão como o mais recente de uma série de mensageiros divinos.

Figura 9. Mírzá Husayn-'Alí (Bahá'u'lláh).

Fonte: Wikipedia (2024).

A religião bahá'í é fundamentada nos ensinamentos de Bahá'u'lláh, que enfatizam a unidade de todas as religiões e a igualdade entre os seres humanos. Os bahá'ís acreditam que Bahá'u'lláh é o sucessor de figuras religiosas anteriores, como Maomé, Jesus, Buda e outros profetas, e que sua mensagem representa uma continuação e culminação das revelações divinas anteriores (Smith, 2008).

3.5.1 Princípios Fundamentais

Os princípios centrais da fé bahá'í incluem a crença na unidade de Deus, na unidade da humanidade e na unidade das religiões. Os bahá'ís sustentam que todas as religiões são manifestações de um único Deus e que, apesar de diferenças em práticas e crenças, todas compartilham o propósito comum de promover paz, justiça e harmonia entre os seres humanos. Essa ênfase na unidade reflete-se na visão bahá'í de que a diversidade cultural e religiosa deve ser celebrada e respeitada, e não vista como uma fonte de divisão (Effendi, 1954).

Outro princípio importante é a igualdade de gênero, com os bahá'ís defendendo a eliminação de todos os tipos de preconceitos e a promoção da educação universal. Para os bahá'ís, a educação é essencial para o progresso da sociedade, e todos devem ter acesso a oportunidades educacionais, independentemente de seu gênero ou origem social. Esses valores têm atraído seguidores em todo o mundo, contribuindo para o crescimento da comunidade bahá'í global (Warburg, 2006).

3.5.2 Perseguições no Irã

Apesar de sua mensagem de paz e unidade, a comunidade bahá'í enfrenta severas perseguições no Irã, onde é considerada herética pelo

governo. Desde a Revolução Islâmica de 1979, os bahá'ís têm sido alvos de discriminação, prisões e violência. O governo iraniano não reconhece a fé bahá'í como uma religião legítima, e seus seguidores são frequentemente impedidos de acessar educação, empregos e serviços públicos (Moini, 2020). Organizações de direitos humanos têm documentado detenções arbitrárias, tortura e execuções de bahá'ís, destacando a vulnerabilidade dessa comunidade no Irã (Hrw, 2021).

3.5.3 Comunidade Global

Apesar da perseguição no Irã, a fé bahá'í se expandiu para muitos países, com comunidades ativas na América do Norte, Europa, África e Ásia. Os bahá'ís estão envolvidos em atividades sociais, educacionais e de desenvolvimento comunitário, promovendo os princípios de sua fé e trabalhando pela construção de sociedades mais justas e pacíficas. A comunidade bahá'í é conhecida por seu compromisso com o diálogo inter-religioso e a promoção da paz, buscando construir pontes entre diferentes culturas e tradições religiosas (Smith, 2008).

CAPÍTULO 4. GEOPOLÍTICA E CONFLITOS

4.1 Descolonização e Criação de Estados Modernos

O Oriente Médio moderno começou a tomar forma após a Primeira Guerra Mundial, especialmente com o colapso do Império Otomano. Antes da guerra, o Império controlava vastas regiões que incluíam grande parte do Oriente Médio, governando com uma estrutura descentralizada, baseada em províncias autônomas, que permitiam certo grau de pluralismo religioso e étnico (Rogan, 2010). No entanto, a derrota otomana na guerra e o subsequente Acordo Sykes-Picot de 1916, um tratado secreto entre o Reino Unido e a França, resultaram na divisão dos territórios árabes do império em zonas de influência europeia. Este acordo não apenas delineou novas fronteiras artificiais, muitas vezes ignorando as divisões étnicas e religiosas locais, mas também estabeleceu um novo paradigma de controle europeu na região. Esse controle foi formalizado através da implementação de mandatos pela Liga das Nações (Aslanmirza, 2021; Tusan, 2010).

4.1.1 O Sistema de Mandatos

O Sistema de Mandatos da Liga das Nações, implementado após a Primeira Guerra Mundial, foi uma política que redistribuiu o controle de territórios ex-otomanos e outros entre as potências vencedoras, particularmente o Reino Unido e a França. Sob o argumento de que essas regiões não estavam prontas para a autogovernança, o sistema funcionava como um "disfarce" para prolongar o imperialismo europeu, conforme argumenta Albert Hourani (1991). Embora fosse oficialmente uma preparação para a

independência, na prática, os mandatos serviram para fortalecer o controle colonial europeu sob uma fachada legalmente sancionada.

O Reino Unido recebeu mandatos sobre a Palestina, o Iraque e a Transjordânia, enquanto a França ficou encarregada da Síria e do Líbano. O impacto dessa política foi significativo em cada um desses territórios, pois, ao invés de facilitar uma transição pacífica para a autonomia, os mandatos exacerbaram tensões locais. No Iraque, por exemplo, a administração britânica enfrentou resistência desde o início. A Revolta Iraquiana de 1920, liderada por tribos xiitas e sunitas, foi uma resposta direta à tentativa britânica de estabelecer um governo sob o rei imposto, Faiçal (foto ao lado). A repressão da revolta pelos britânicos, que incluía bombardeios aéreos, mostrou que, em vez de promover o progresso político, os mandatos perpetuavam a dominação imperialista e a instabilidade (Tripp, 2007).

Na Síria e no Líbano, administrados pela França, o contexto foi igualmente desafiador. A Revolta Drusa de 1925 destacou a insatisfação com o controle francês, que utilizou táticas repressivas para manter o domínio. A revolta foi liderada por comunidades drusas, mas acabou ganhando apoio mais amplo em todo o território sírio, revelando a fragilidade do controle francês (Khoury, 1987). A política francesa, assim como a britânica,

frequentemente ignorava as aspirações nacionais dos povos locais, o que resultou em revoltas e ressentimentos duradouros.

Em suma, os mandatos, longe de funcionarem como ferramentas de emancipação política, consolidaram o domínio europeu e geraram uma resistência que impactaria diretamente a configuração política do Oriente Médio ao longo do século XX.

4.1.2 Consequências Coloniais e Fragmentação Social

As consequências coloniais dos mandatos europeus no Oriente Médio foram profundas, resultando em fragmentação social e instabilidade política. No mandato britânico na Palestina, as tensões entre as promessas contraditórias feitas aos judeus e aos árabes logo se intensificaram. A Declaração de Balfour de 1917, que prometia a criação de um "lar nacional para o povo judeu", entrou em conflito com os direitos e aspirações dos habitantes árabes locais, provocando revoltas e episódios de violência. A Grande Revolta Árabe (1936-1939) foi uma expressão clara desse descontentamento, com árabes palestinos se insurgindo contra a administração britânica e a imigração judaica. As tensões exacerbadas levaram a uma espiral de violência, que estabeleceu as bases para o conflito árabe-israelense no período pós-mandato (Gelvin, 2005).

Na Síria e no Líbano, sob o controle francês, a política colonial agravou as divisões sectárias. A França adotou uma estratégia de "dividir para governar", favorecendo certas comunidades religiosas em detrimento de outras. Esse desequilíbrio alimentou tensões étnicas e religiosas, que continuaram a afetar a política da região muito depois do fim do mandato. A Revolta Drusa de 1925, um dos maiores levantes contra o domínio francês,

demonstrou a resistência generalizada à intervenção estrangeira. Embora a revolta tenha sido reprimida militarmente, ela pavimentou o caminho para futuras lutas pela independência. Como observa Philip Khoury, o legado das políticas coloniais francesas perdurou, moldando a fragmentação e os conflitos internos que ainda afetam esses países hoje (Khoury, 1987).

Os mandatos, portanto, longe de facilitarem a independência, reforçaram o colonialismo e a instabilidade, cujos efeitos reverberam nas dinâmicas políticas contemporâneas do Oriente Médio.

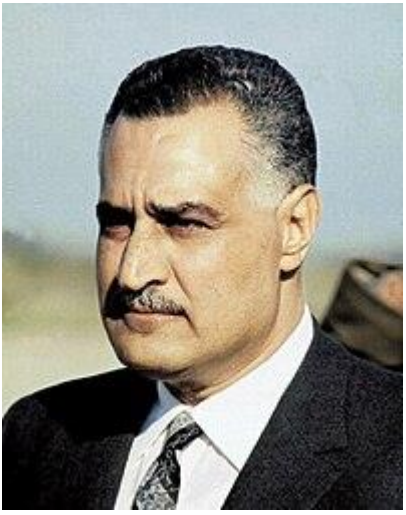
4.1.3 Fragmentação Social e Legados Contemporâneos

A formação de novas fronteiras e a imposição de sistemas administrativos europeus contribuíram significativamente para a fragmentação social e política na região. As fronteiras artificiais criadas pelo Acordo Sykes-Picot e os mandatos ignoraram as realidades culturais e sociais locais, dividindo tribos, comunidades religiosas e grupos étnicos. A divisão da Mesopotâmia em Iraque, Síria e Jordânia, por exemplo, fragmentou sociedades que compartilhavam uma longa história de convivência dentro do império otomano, criando focos de conflito (Çiçek, 2022).

Essa fragmentação política e social ainda ressoa nas tensões contemporâneas do Oriente Médio. Os conflitos sectários e étnicos que persistem em países como o Iraque e a Síria são, em grande parte, legados da imposição colonial de fronteiras e administrações que ignoraram as dinâmicas locais. Como destaca James Gelvin, a interferência europeia através do sistema de mandatos teve um impacto duradouro, contribuindo para a instabilidade crônica da região e para as contínuas disputas por território e poder (Gelvin, 2005).

Em última análise, o sistema de mandatos, embora apresentado como um meio de desenvolvimento e progresso, perpetuou muitas das mesmas dinâmicas de dominação colonial que já existiam antes da Primeira Guerra Mundial. A resistência à administração colonial europeia, tanto no período de mandato quanto nas décadas seguintes, tornou-se uma parte central das lutas por independência e autodeterminação no Oriente Médio, cujos efeitos ainda moldam a geopolítica da região.

4.1.4 A Luta pela Independência



A luta pela independência no Oriente Médio durante o século XX foi marcada por movimentos nacionalistas que buscavam romper com o colonialismo europeu e estabelecer estados soberanos, muitas vezes enfrentando complexas dinâmicas internas e externas. O caso do Egito, sob a liderança de Gamal Abdel Nasser (foto ao lado), é um exemplo claro.

A Revolução de 1952 culminou na derrubada da monarquia e na expulsão dos britânicos do controle estratégico do Canal de Suez. Esse evento posicionou o Egito como um líder regional no movimento panarabista, promovendo o nacionalismo árabe como uma força política central. Nasser, com sua habilidade de unir facções políticas diversas, destacou-se pela promoção da solidariedade árabe e pela oposição ao imperialismo ocidental

(Witty, 2011; Uçaner, 2022). Ele tornou o Egito um símbolo da luta contra o colonialismo e inspirou outros movimentos semelhantes na região (Abou-El-Fadl, 2015).

No Iraque, a independência formal em 1932, marcada pela entrada na Liga das Nações, não significou uma verdadeira autonomia. A monarquia instalada continuou a ser amplamente vista como um instrumento dos interesses britânicos, o que culminou no golpe de 1958. O golpe, liderado por oficiais militares, aboliu a monarquia e instaurou a república, refletindo a insatisfação popular com a interferência estrangeira e as limitações da monarquia no controle político (Cole, 2012). Esse evento foi um marco na ruptura com o domínio europeu e destacou a resistência às influências externas (Jader e Gannaw, 2022).

No Líbano e na Síria, o processo de descolonização também foi tumultuado. A independência da França em 1946 não resultou em uma transição pacífica ou coesa. A imposição de fronteiras artificiais durante o período de mandatos coloniais criou condições para tensões sectárias e políticas que permanecem até hoje. A fragmentação interna, causada pela política colonial francesa de divisão entre diferentes grupos religiosos e étnicos, impediu o desenvolvimento de uma identidade nacional coesa (Ali, 2023; Yoyo, 2018). Como resultado, esses países enfrentaram um legado de instabilidade e conflitos internos, que frequentemente interferiram em sua governabilidade.

A descolonização no Oriente Médio foi, portanto, um processo complexo e muitas vezes incompleto, onde a independência política não trouxe automaticamente estabilidade. As potências ocidentais, motivadas por interesses estratégicos — principalmente o controle de recursos, como o

petróleo —, continuaram a influenciar a região. A interferência estrangeira, combinada com fronteiras artificiais e tensões internas, criou obstáculos significativos para a formação de governos representativos e duradouros (Hitman, 2018; Mirhanoglu, 2023). A luta pela independência no Oriente Médio, assim, não se limitou à libertação do colonialismo, mas também envolveu uma batalha contínua por autodeterminação e construção de identidades nacionais em meio a interferências externas e divisões internas.

4.2 O Conflito Árabe-Israelense

O Conflito Árabe-Israelense é uma das questões geopolíticas mais complexas e duradouras do Oriente Médio, envolvendo várias guerras e uma luta contínua pela soberania e identidade.

4.2.1 A Origem do Conflito

O conflito moderno entre árabes e judeus tem suas raízes no final do século XIX, com o surgimento do movimento sionista, que buscava a criação de um Estado judeu na Palestina, então parte do Império Otomano. O sionismo, liderado por figuras como Theodor Herzl, foi impulsionado pela crescente discriminação e perseguição antissemitas na Europa, especialmente após eventos como o Caso Dreyfus na França e os pogroms no Leste Europeu. Essas experiências levaram muitos judeus a ver a criação de um estado próprio como a única solução viável para garantir sua segurança e sobrevivência (Herzl, 1988; Laqueur, 1972). À medida que o movimento ganhava força, a imigração judaica para a Palestina aumentava significativamente, sobretudo após a Declaração Balfour de 1917, na qual o governo britânico expressava seu apoio à criação de um "lar nacional" para os judeus

na Palestina, desde que os direitos das comunidades árabes locais fossem respeitados (Gelvin, 2005).

Com o fim do mandato britânico na Palestina em 1948 e a subsequente criação do Estado de Israel, a situação se deteriorou rapidamente, resultando em um conflito aberto. A Guerra Árabe-Israelense de 1948, conhecida pelos israelenses como a Guerra da Independência e pelos árabes como a Nakba (Catástrofe), resultou na deslocação massiva de cerca de 700.000 palestinos, que foram forçados a abandonar suas terras e procurar abrigo em países vizinhos como Líbano, Síria e Jordânia (Morris, 2004; Khalidi, 1992). Esse êxodo forçado é um ponto central na narrativa palestina de perda e injustiça, sendo comparado em importância simbólica à Shoá para os judeus (Khalidi, 1997).

Figura 10. Nakba, o êxodo dos palestinos expulsos pelas forças israelenses.

Fonte: Folha de São Paulo (2023).

A criação da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo) em 1949 foi uma resposta direta à crise dos refugiados palestinos. A agência desempenhou um papel crucial ao fornecer assistência humanitária e serviços essenciais a milhões de refugiados palestinos ao longo das décadas. No entanto, a UNRWA tem sido alvo de críticas, com alguns argumentando que sua presença perpetua o status de refugiado e agrava as tensões ao invés de resolvê-las (Rodgers, 2020; Rubin, 2010). Além disso, atores políticos palestinos, como o Hamas, têm sido acusados de instrumentalizar a condição de refugiado para fins políticos e militares, tornando a questão dos refugiados um dos temas mais polêmicos no processo de paz (Shlaim, 2001).

A resistência palestina, tanto na forma de movimentos armados quanto através de estratégias não violentas, tem sido uma resposta direta à ocupação israelense e à busca palestina por autodeterminação. O surgimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob a liderança de Yasser Arafat (foto ao lado), marcou uma nova fase no conflito, em que os palestinos buscaram consolidar sua identidade nacional e afirmar seus direitos territoriais. A Primeira Intifada (1987-1993), uma revolta popular contra a ocupação israelense, e a Segunda Intifada (2000-2005) demonstraram a profundidade do descontentamento palestino e a dificuldade de alcançar uma solução negociada (Khalidi, 1997; Sayigh, 1998).

Além disso, a resistência palestina não se limita ao uso da força armada. Movimentos como o BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), lançados em 2005, têm como objetivo pressionar Israel através de meios pacíficos para que cesse sua ocupação e reconheça os direitos palestinos, incluindo o direito ao retorno dos refugiados (Barghouti, 2011). Esse movimento, embora controverso, é visto por muitos como uma extensão das lutas anticoloniais e dos movimentos de direitos civis globais.

No entanto, os esforços para uma solução pacífica do conflito foram repetidamente frustrados. O Acordo de Oslo de 1993, que prometia uma solução de dois Estados, é frequentemente citado como o ponto alto das tentativas diplomáticas de resolver o conflito. No entanto, a falta de implementação efetiva e o crescimento contínuo de assentamentos israelenses na Cisjordânia minaram a confiança no processo de paz (Rubin, 2010; Beilin, 2004). Assentamentos israelenses, que são considerados ilegais pelo direito internacional, têm exacerbado ainda mais as tensões, com muitos palestinos vendo-os como uma forma de anexação territorial (Peled, 2012).

4.2.2 Interesses Geopolíticos e Regionais

O conflito árabe-israelense foi profundamente influenciado pelos interesses geopolíticos das grandes potências globais, especialmente durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a supremacia e influência no Oriente Médio. Ambos os blocos apoiaram diferentes lados do conflito, transformando a região em um campo de batalha para a rivalidade ideológica e estratégica entre o capitalismo e o comunismo.

Os Estados Unidos, por exemplo, tornaram-se o principal aliado de Israel, fornecendo suporte militar, financeiro e diplomático. Esse apoio

consolidou-se especialmente após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel capturou territórios estratégicos, como a Cisjordânia e as Colinas de Golã, que fortaleceram sua posição no Oriente Médio (Chomsky, 1999). A aliança EUA-Israel foi justificada não apenas por razões geopolíticas e estratégicas, mas também por fatores ideológicos, como a promoção da democracia e a defesa de Israel como um bastião contra o avanço do comunismo na região (Hahn, 2011).

Em contrapartida, a União Soviética apoiava diversos estados árabes e grupos palestinos, como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A União Soviética via o apoio ao nacionalismo árabe como uma maneira de combater a influência ocidental e expandir seu poder no mundo árabe, o que é evidente no apoio fornecido ao Egito, Síria e Iraque durante os conflitos contra Israel (Golan, 2010). O fornecimento de armas soviéticas a esses países durante a Guerra de Yom Kippur de 1973 e outros momentos críticos reforçou a dinâmica de dependência militar entre os países árabes e o bloco soviético.

A importância geoestratégica do Oriente Médio não se limita apenas às questões militares e políticas, mas também à presença de vastas reservas de petróleo, que tornaram a região crucial para a segurança energética mundial. O controle das rotas de abastecimento e o acesso ao petróleo motivaram tanto os EUA quanto a União Soviética a manter um envolvimento contínuo na região, muitas vezes exacerbando o conflito árabe-israelense e ampliando as tensões locais (Yergin, 1991).

Além da rivalidade global, os interesses regionais também desempenharam um papel central na perpetuação do conflito. Estados como o Irã, a Arábia Saudita e a Turquia têm suas próprias agendas geopolíticas,

competindo por influência e poder na região. Após a Revolução Islâmica de 1979, o Irã tornou-se um dos principais apoiadores de grupos anti-Israel, como o Hezbollah e o Hamas, em uma tentativa de fortalecer seu papel como líder do mundo muçulmano e desafiar as potências sunitas, como a Arábia Saudita (Nasr, 2006).

Assim, o conflito árabe-israelense é um exemplo clássico de como interesses locais se entrelaçam com disputas globais, transformando o Oriente Médio em uma arena de rivalidades entre potências globais e regionais. A complexidade das dinâmicas geopolíticas continua a influenciar profundamente os desdobramentos do conflito até os dias atuais.

4.3 Guerras e Acordos

A Guerra dos Seis Dias, ocorrida em junho de 1967, foi um dos conflitos mais decisivos do Oriente Médio, resultando na rápida e contundente vitória de Israel sobre as forças combinadas do Egito, Síria e Jordânia. Em apenas seis dias, Israel conseguiu ocupar a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental, a Península do Sinai e as Colinas de Golã. Esta vitória ampliou significativamente os territórios controlados por Israel e redefiniu as fronteiras regionais. Além disso, a guerra agravou as tensões regionais e internacionais, pois gerou debates intensos sobre a ocupação de territórios árabes e suas implicações para a paz na região (Segev, 2007; Oren, 2002).

4.3.1 Consequências da Guerra dos Seis Dias

A ocupação de áreas como a Cisjordânia e Jerusalém Oriental trouxe à tona questões complexas relacionadas aos direitos dos palestinos e à

legitimidade da presença israelense nessas regiões. A anexação de Jerusalém Oriental, em particular, continua a ser um ponto de discórdia, uma vez que a cidade é sagrada tanto para judeus quanto para muçulmanos e cristãos. Jerusalém, como núcleo espiritual e político, transformou-se em uma peça-chave nas negociações de paz. Israel declarou toda Jerusalém como sua capital "eterna e indivisível", mas a comunidade internacional não reconhece formalmente a anexação de Jerusalém Oriental, que continua a ser um dos obstáculos mais difíceis de superar nas negociações (Goldberg, 2008; Shlaim, 2000).

Figura 11. Guerra dos Seis Dias.

Fonte: Getty images (2024).

A Guerra dos Seis Dias não apenas mudou a geopolítica da região, mas também radicalizou muitos grupos árabes e palestinos, intensificando o sentimento de nacionalismo árabe. O resultado do conflito fez com que a causa palestina ganhasse ainda mais importância no mundo árabe, levando à ascensão de movimentos como a Organização para a Libertação da

Palestina (OLP), que buscava resistir à ocupação israelense através de uma variedade de táticas, incluindo resistência armada (Sayigh, 1998). A guerra também provocou ondas de imigração forçada, com centenas de milhares de palestinos tornando-se refugiados, o que agravou ainda mais a crise humanitária e política na região (Khalidi, 1992).

4.3.2 A Guerra de Yom Kippur

Em 1973, o Oriente Médio foi novamente abalado pela Guerra de Yom Kippur (ou Guerra do Outubro), uma tentativa do Egito e da Síria de recuperar os territórios perdidos para Israel em 1967.

Figura 12. Guerra de Yom Kippur.

Fonte: Getty images (2024).

O conflito foi iniciado em um dos dias mais sagrados do calendário judeu, pegando Israel de surpresa. Apesar de um avanço inicial das forças egípcias e sírias, Israel conseguiu reorganizar suas forças e eventualmente estabilizar suas linhas de defesa. A guerra terminou sem mudanças

territoriais significativas, mas teve um impacto duradouro tanto para Israel quanto para os estados árabes (Herzog, 1975; Patrick, 2002).

Uma das principais consequências da Guerra de Yom Kippur foi o reconhecimento da necessidade de um acordo de paz. Para o Egito, o conflito mostrou que uma solução militar definitiva contra Israel era improvável, levando o presidente egípcio Anwar Sadat a buscar uma via diplomática. A guerra foi o prelúdio para os Acordos de Camp David de 1978, mediados pelo presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Nesse tratado histórico, Israel concordou em devolver a Península do Sinai ao Egito em troca de um tratado de paz, que foi o primeiro acordo de paz formal entre Israel e um país árabe (Dayan, 1981). Este foi um marco significativo nas relações árabe-israelenses, pois rompeu o consenso árabe de não reconhecer o Estado de Israel e estabeleceu uma nova dinâmica de diálogo entre os países (Morris, 2011).

4.3.3 A Paz Incompleta e o Impasse Palestino

Embora os Acordos de Camp David (1978) tenham sido um marco na diplomacia regional, trazendo paz formal entre Israel e o Egito, eles falharam em resolver a questão palestina, um dos principais focos de tensão no Oriente Médio. O acordo mediado pelo presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, levou à retirada israelense do Sinai e à normalização das relações entre Israel e Egito, mas deixou de abordar, de forma significativa, os territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias (1967), incluindo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental (Khalidi, 2007).

O então primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin, resistiu à inclusão de concessões substanciais aos palestinos nos acordos, enquanto o presidente egípcio Anwar Sadat priorizou a recuperação da Península do Sinai, relegando temporariamente a causa palestina a segundo plano (Shlaim, 2001). O acordo garantiu a retirada israelense do Sinai, mas não fez progresso em

questões fundamentais, como a autodeterminação dos palestinos ou a criação de um estado palestino. Esta falha em resolver a questão palestina perpetuou um ciclo de tensões e violência que ainda ressoa na região.

4.3.3.1 Assentamentos e Expansão Israelense

A incapacidade de avançar nas negociações sobre a Cisjordânia e Gaza, aliada à expansão contínua de assentamentos israelenses nos territórios ocupados, agravou ainda mais o conflito. Desde 1967, Israel começou a estabelecer colônias nesses territórios, violando o Direito Internacional, que considera a transferência de população para áreas ocupadas ilegal sob a Quarta Convenção de Genebra (Gordon, 2008). A contínua construção de assentamentos não só enfraqueceu os esforços diplomáticos, como também dificultou a possibilidade de uma solução de dois Estados, proposta em vários fóruns internacionais, incluindo os Acordos de Oslo (1993) (Peled, 2012).

A expansão de assentamentos provocou um aumento da resistência palestina, alimentada pela percepção de que a ocupação israelense seria permanente. A partir dos anos 1980, o movimento islâmico Hamas surgiu como uma resposta à estagnação diplomática e à falta de progresso em relação aos direitos palestinos. Hamas, que ganhou popularidade em Gaza, ofereceu uma alternativa à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que havia iniciado um processo de negociação com Israel (Barghouti, 2011). Além disso, facções já existentes, como a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), também intensificaram suas ações, refletindo a crescente frustração com o processo de paz (Khalidi, 1997).

4.3.4 Reflexos Contemporâneos

As décadas que se seguiram aos Acordos de Camp David (1978) demonstram que o conflito árabe-israelense continua sem uma resolução

duradoura, com as tensões entre israelenses e palestinos profundamente enraizadas e complexas.

Figura 13, O presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin durante os Acordos de Camp David (1978).

Fonte: Wikipedia (2024).

Embora os Acordos de Camp David tenham estabelecido a paz formal entre Israel e Egito, ao devolver a Península do Sinai ao Egito, eles não conseguiram abordar de maneira adequada a questão palestina. A falta de progresso em relação aos territórios ocupados – incluindo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental – perpetuou um ciclo de tensões e violência. O então primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin, resistiu a incluir concessões substanciais aos palestinos nos acordos, enquanto o presidente egípcio Anwar Sadat optou por priorizar a recuperação do Sinai, sacrificando temporariamente a causa palestina (Shlaim, 2001).

A falha em avançar nas negociações para um acordo abrangente, somada à expansão contínua de assentamentos israelenses nos territórios

ocupados, agravou ainda mais o conflito. Desde 1967, Israel estabeleceu uma rede de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, desafiando o direito internacional, que considera a ocupação e colonização de terras ocupadas ilegais sob a Quarta Convenção de Genebra (Gordon, 2008). O crescimento dos assentamentos minou os esforços diplomáticos e tornou a criação de um Estado Palestino cada vez mais difícil, à medida que as áreas disponíveis para esse Estado foram sendo fragmentadas (Finkelstein, 2012).

4.3.4.1 A Radicalização e o Ciclo de Violência

A criação do Hamas e a radicalização de facções palestinas nos anos 1980 intensificaram o conflito, que se tornou cada vez mais violento com a eclosão da Primeira Intifada em 1987. Esta revolta popular palestina, caracterizada por protestos, greves e confrontos com forças israelenses, refletiu o descontentamento generalizado com a ocupação israelense e a falta de progresso em direção à independência palestina (Sayigh, 1998). A Intifada trouxe a questão palestina de volta ao centro da política regional e global, pressionando Israel e a comunidade internacional a buscar soluções mais viáveis para o conflito.

A Primeira Intifada (1987-1993) foi um marco significativo na luta palestina contra a ocupação. Inicialmente um movimento de resistência não violenta, a revolta evoluiu para um confronto mais amplo entre palestinos e forças israelenses, colocando a questão palestina no foco das atenções internacionais (Sayigh, 1998). A Intifada expôs o profundo descontentamento da população palestina com a ocupação e destacou as falhas do status quo imposto por Israel.

As Limitações dos Acordos de Oslo

Os Acordos de Oslo (1993) representaram uma tentativa de romper o impasse diplomático e abrir caminho para uma solução de dois Estados.

Com a mediação de líderes como o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, o então primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e o líder da OLP, Yasser Arafat, os acordos marcaram o reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP, delineando um processo para a criação de um Estado Palestino (Rubin, 2010). No entanto, a implementação dos acordos foi prejudicada por uma série de fatores, incluindo a continuação da construção de assentamentos, o assassinato de Rabin por um extremista israelense em 1995 e a fragmentação política entre os palestinos (Beilin, 2004).

A Segunda Intifada (2000-2005) foi um reflexo direto do fracasso dos Acordos de Oslo em alcançar uma paz duradoura. A visita provocativa do então líder da oposição israelense Ariel Sharon ao complexo da Mesquita de Al-Aqsa desencadeou a revolta, resultando em um período de extrema violência, com milhares de mortes de ambos os lados. A Segunda Intifada marcou um endurecimento das posições israelenses, levando à construção do Muro de Separação na Cisjordânia e ao isolamento ainda maior da população palestina (Finkelstein, 2012).

Fatores que Agravaram o Conflito

A falta de progresso nas negociações e a expansão contínua dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados agravaram ainda mais o conflito. Movimentos islâmicos como o Hamas surgiram nos anos 1980 como resposta à estagnação do processo de paz e à contínua ocupação. O Hamas ofereceu uma alternativa ao Fatah e à OLP, que estavam comprometidos com a negociação diplomática. A ascensão do Hamas, particularmente em Gaza, foi um reflexo da frustração palestina com a falta de avanços significativos em termos de autonomia e direitos territoriais (Barghouti, 2011). Facções já existentes, como a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), também intensificaram o conflito armado e a resistência à ocupação israelense (KhalidI, 1997).

A divisão política entre o Hamas, que controla Gaza, e a Autoridade Palestina, dominada pela OLP na Cisjordânia, contribuiu para a paralisação do processo de paz (Gelvin, 2005). A falta de uma liderança palestina unificada e o compromisso limitado de Israel com a retirada dos territórios ocupados impediram o avanço da solução de dois Estados, perpetuando o conflito.

A Influência das Grandes Potências

O papel das grandes potências, especialmente dos Estados Unidos, foi crucial tanto no avanço quanto no bloqueio das negociações de paz. Historicamente, os EUA têm sido o principal mediador nas negociações entre Israel e os países árabes, além de fornecer apoio militar e diplomático a Israel. Esse apoio, no entanto, tem sido visto como um obstáculo para uma solução equilibrada, já que os Estados Unidos frequentemente defendem posições alinhadas com os interesses israelenses, o que mina a confiança dos palestinos (Goldberg, 2008).

A imparcialidade dos EUA foi ainda mais questionada durante a administração de Donald Trump, especialmente com a mudança da Embaixada dos EUA para Jerusalém em 2018 e o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel, desconsiderando os direitos palestinos sobre a parte oriental da cidade (Huberman, 2024).

O Papel da UNRWA

A assistência humanitária fornecida pela UNRWA (Agência da ONU de Assistência aos Refugiados da Palestina) tem sido essencial para a sobrevivência de milhões de refugiados palestinos. No entanto, essa assistência é criticada por perpetuar o status de refugiado sem oferecer uma solução permanente. A burocratização da questão palestina através da UNRWA tem

sido apontada como uma das razões pelas quais o conflito continua sem solução, uma vez que a comunidade internacional muitas vezes lida com os sintomas da crise em vez de atacar suas causas estruturais (Stephan, 2018).

O Ciclo Contínuo de Violência

As tensões contemporâneas no conflito israelense-palestino continuam intensas, exacerbadas pela radicalização de grupos e pelas ações militares tanto de israelenses quanto de palestinos. A resistência palestina, incluindo formas armadas e não violentas, persiste em desafiar a ocupação israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, enquanto a política interna de Israel, marcada por governos de direita, torna as negociações de paz cada vez mais distantes. O atual governo de Benjamin Netanyahu, fortemente influenciado por partidos de extrema-direita, tem priorizado a expansão de assentamentos e endurecido suas políticas de segurança, agravando ainda mais o ciclo de violência e a ocupação (Peleg, 2023).

O Drama de Gaza

A Faixa de Gaza continua a ser um ponto central de crise humanitária e violência. Desde que o Hamas assumiu o controle do território em 2007, Gaza tem vivido sob um bloqueio imposto por Israel e o Egito, que restringe severamente o movimento de pessoas e mercadorias, contribuindo para uma economia em colapso e condições de vida precárias para seus mais de 2 milhões de habitantes. O bloqueio, aliado aos repetidos conflitos, como o confronto de 11 dias em 2021, intensificou a miséria na região, onde a falta de infraestrutura, eletricidade, água potável e assistência médica de qualidade agrava a situação (Halperin, 2022).

Os ataques aéreos israelenses em resposta ao lançamento de foguetes por parte do Hamas e da Jihad Islâmica têm resultado em destruição

significativa de infraestrutura civil, aumentando o número de deslocados e o sofrimento da população. A reconstrução de Gaza, frequentemente prometida após as hostilidades, tem sido lenta e insuficiente, com milhares de palestinos ainda vivendo em condições de extrema precariedade. A situação em Gaza é descrita como uma "prisão a céu aberto", com a população civil sendo constantemente apanhada em meio aos confrontos entre militantes e as Forças de Defesa de Israel (IDF) (B'tselem, 2023).

Além disso, a crise humanitária em Gaza se agrava pela alta taxa de desemprego, falta de recursos básicos e o colapso do sistema de saúde. As sanções econômicas e a falta de ajuda internacional consistente dificultam os esforços de reconstrução e desenvolvimento, contribuindo para a crescente radicalização de jovens sem perspectivas de futuro. O bloqueio a Gaza e os ataques periódicos continuam a alimentar a resistência armada e a perpetuar o ciclo de violência, sem perspectivas de uma solução pacífica a curto prazo.

Ação Contra o Líbano e Tensão Regional

Em 2023 e 2024, as tensões regionais aumentaram quando Israel lançou operações militares contra o Hezbollah no sul do Líbano, após uma série de ataques de foguetes contra o norte de Israel. O Hezbollah, apoiado pelo Irã e uma das principais forças militantes no Líbano, intensificou seus ataques em resposta às ações israelenses em Gaza e na Cisjordânia, levando a um novo front no conflito. As incursões israelenses no Líbano visaram bases militares e armazéns de armas do Hezbollah, provocando escalada nas fronteiras e receios de uma guerra mais ampla (Schenker, 2024).

Esse novo confronto no Líbano adiciona uma camada extra de complexidade ao cenário de violência no Oriente Médio, com Israel se vendo envolvido em múltiplos fronts: Gaza, Cisjordânia e Líbano. A fronteira

Israel-Líbano tem sido palco de confrontos esporádicos desde a guerra de 2006, e a presença contínua do Hezbollah ao longo da fronteira ameaça a estabilidade regional. Além disso, o apoio contínuo do Irã ao Hezbollah e a outros grupos militantes na Síria e no Iraque intensifica o conflito e amplia as implicações geopolíticas da crise, envolvendo potências internacionais como os Estados Unidos e a Rússia (Hirst, 2024).

4.4 Conflitos Regionais e Potências Locais

Além do conflito árabe-israelense, o Oriente Médio tem sido palco de uma série de conflitos regionais e rivalidades entre potências locais, muitas vezes exacerbados por intervenções de potências globais.

4.4.1 A Guerra Irã-Iraque (1980-1988)

A Guerra entre Irã e Iraque, que ocorreu entre 1980 e 1988, é amplamente considerada um dos conflitos mais devastadores do século XX. O conflito, que resultou em um número alarmante de mortes e destruição econômica significativa para ambos os países, foi iniciado por Saddam Hussein, que buscava expandir o controle iraquiano sobre a rica região petrolífera do Khuzistão e conter a crescente influência da Revolução Islâmica no Irã. Estima-se que a guerra causou mais de 200.000 mortes, além de deixar um legado duradouro de veteranos e feridos, com mais de 400.000 veteranos no Irã (Kachooei et al., 2014). A natureza prolongada do conflito levou a um desgaste econômico e social profundo, afetando as políticas internas e externas de ambos os países (Parasiliti, 2003).

Embora o conflito não tenha resultado em ganhos territoriais significativos para nenhum dos lados, suas consequências foram profundas e

duradouras. A política de Saddam Hussein durante a guerra, que dependia de empréstimos massivos de estados do Golfo e de países ocidentais, resultou em um enfraquecimento do poder do Iraque em relação a seus vizinhos após o conflito (Parasiliti, 2003). Além disso, a guerra afetou significativamente a economia e a sociedade iranianas, com impactos como a redução da desigualdade de renda, devido às perdas econômicas sofridas pelas classes de alta renda, e um efeito devastador sobre a infraestrutura e a produção industrial do país (Farzanegan e Kadivar, 2021).

Figura 14. Guerra Irã-Iraque.

Fonte: Getty images (2024).

A guerra também alterou a dinâmica política da região. No Iraque, o legado do conflito contribuiu para a queda de Saddam Hussein em 2003, quando o governo xiita que sucedeu ao regime mudou o equilíbrio de poder no Oriente Médio a favor do Irã (Sari, 2021; Orhan, 2019). O Irã, por sua vez, emergiu com uma posição mais assertiva na região, consolidando sua influência tanto no Iraque pós-Saddam quanto em outros contextos

geopolíticos, especialmente com o fortalecimento de suas alianças com grupos xiitas.

O impacto da guerra também foi sentido em toda a região do Golfo, onde estados como a Arábia Saudita e o Kuwait passaram a ver tanto o Irã quanto o Iraque como ameaças significativas à sua estabilidade. Essa percepção de ameaça levou a uma aproximação estratégica com os Estados Unidos, que assumiram um papel mais central na segurança regional (Al-Moslemani, 2020). Além disso, a guerra foi um dos fatores que motivaram Saddam Hussein a invadir o Kuwait em 1990, em uma tentativa de recuperar a economia iraquiana devastada pela guerra e reestruturar suas finanças (Hairi, 2023).

Assim, a guerra entre Irã e Iraque não apenas moldou a história dos dois países envolvidos, mas também teve repercussões profundas para a política de segurança regional no Oriente Médio. As divisões sectárias que emergiram durante e após o conflito, assim como as alianças regionais resultantes, continuam a influenciar as tensões geopolíticas atuais, destacando o impacto duradouro desse conflito no cenário internacional.

4.4.2 A Guerra do Golfo (1990-1991)

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 foi um marco crucial na história do Oriente Médio, desencadeando a Guerra do Golfo, também conhecida como Operação Tempestade no Deserto. A invasão foi motivada por uma série de fatores, incluindo a ambição territorial de Saddam Hussein e a necessidade urgente de recuperar a economia iraquiana, que havia sido severamente afetada pela Guerra Irã-Iraque (1979-1988). O Iraque, endividado e com dificuldades econômicas, via no controle dos vastos recursos petrolíferos do Kuwait uma solução para seus problemas financeiros. Hussein também alegou que o Kuwait estava praticando extração excessiva de

petróleo e manipulando os preços de maneira que prejudicava o Iraque (Fandy, 1998; Karsh, 2002).

Figura 15. Guerra do Golfo.

Fonte: Getty images (2024).

A invasão, ocorrida em agosto de 1990, rapidamente atraiu a condenação internacional. A resposta militar à agressão iraquiana foi liderada pelos Estados Unidos, sob a presidência de George H. W. Bush, que formou uma ampla coalizão internacional de mais de 30 nações, com o apoio do Conselho de Segurança da ONU. A operação militar resultante, conhecida como Operação Tempestade no Deserto, começou em janeiro de 1991 e terminou em fevereiro do mesmo ano com a rápida expulsão das tropas iraquianas do Kuwait (Gordon e Trainor, 1995; Freedman e Karsh, 1993).

Consequências Imediatas e a Longo Prazo

Embora a Guerra do Golfo tenha restaurado a soberania do Kuwait, as repercussões para o Iraque foram devastadoras. O país enfrentou severas sanções econômicas impostas pela ONU, com o objetivo de desmantelar

sua capacidade militar e prevenir novas agressões regionais. Essas sanções, que incluíam restrições à importação de bens essenciais e ao comércio de petróleo, provocaram um colapso econômico no Iraque. As sanções afetaram profundamente a população civil, resultando em uma crise humanitária que impactou a saúde pública, a segurança alimentar e a infraestrutura básica (Halliday, 2000). Estima-se que centenas de milhares de iraquianos, incluindo muitas crianças, morreram como resultado da escassez de medicamentos e alimentos durante o período de sanções (Graham-Brown, 1999).

Além disso, o impacto ambiental da guerra foi significativo. Durante a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, poços de petróleo foram incendiados, causando uma catástrofe ambiental sem precedentes, com grandes derramamentos de petróleo no Golfo Pérsico e poluição atmosférica severa. A destruição dos poços de petróleo criou um dos maiores desastres ecológicos do século, e os esforços de biorremediação e recuperação ambiental da região levaram anos para serem implementados (Richardson et al., 1991).

Implicações Geopolíticas e a Nova Ordem Mundial

A Guerra do Golfo foi o primeiro grande conflito internacional após o fim da Guerra Fria, e serviu como um marco na nova ordem internacional que surgia. A operação militar demonstrou o uso avançado de tecnologia militar moderna, como mísseis de cruzeiro, aviões stealth e satélites de comunicação, que revolucionaram a forma como as guerras eram conduzidas. A guerra também destacou a importância da logística e da coordenação entre forças multinacionais, estabelecendo precedentes para operações futuras (Cordesman e Wagner, 1996).

A resposta dos Estados Unidos e seus aliados estabeleceu um novo paradigma de intervenções militares, com o uso de força internacional coordenada para conter ameaças regionais. A intervenção consolidou a posição dos EUA como a principal potência global no cenário pós-Guerra Fria, moldando a política externa americana nas décadas seguintes e influenciando a decisão de invadir o Iraque novamente em 2003 (Corm, 2003). A presença contínua de forças americanas no Oriente Médio após a guerra, com bases militares estabelecidas na Arábia Saudita e em outros países do Golfo, gerou tensões regionais que perduraram por décadas, incluindo a ascensão de movimentos jihadistas, que viam essa presença como uma ocupação (Osman, 2002).

Impacto Regional e Mudança de Dinâmicas no Oriente Médio

A Guerra do Golfo também teve implicações duradouras na dinâmica geopolítica do Oriente Médio. A aliança entre os países do Golfo e os Estados Unidos foi fortalecida, e o Kuwait tornou-se um importante aliado estratégico dos EUA na região. A guerra revelou a vulnerabilidade dos estados do Golfo a agressões externas e levou a um aumento nos gastos militares e na dependência da proteção ocidental (Graham, 1993).

No entanto, a guerra também exacerbou as divisões internas no Iraque, onde o regime de Saddam Hussein enfrentou revoltas de xiitas no sul e curdos no norte após o cessar-fogo. Essas insurreições foram brutalmente reprimidas, mas as sementes para futuras tensões internas já estavam plantadas. A oposição curda ao regime de Hussein, por exemplo, acabou resultando em maior autonomia na década de 1990, com a ajuda de zonas de exclusão aérea impostas pelos EUA e seus aliados (Simons, 1994).

Assim, a invasão do Kuwait e a subsequente Guerra do Golfo tiveram repercussões não apenas imediatas, mas também de longo prazo, alterando

as relações internacionais, o equilíbrio de poder regional e as dinâmicas internas dos países envolvidos. O conflito, suas consequências humanitárias e seus efeitos na segurança e estabilidade da região ainda são sentidos hoje.

4.4.3 Guerra Civil Síria e o Estado Islâmico

A Guerra Civil Síria, que teve início em 2011, tornou-se um dos conflitos mais complexos e devastadores do século XXI, destacando-se pela multiplicidade de atores internos e externos e pela intensificação da violência sectária. Inicialmente, o conflito surgiu como parte dos levantes da Primavera Árabe, em que protestos populares contra o regime autoritário de Bashar al-Assad foram reprimidos com extrema violência. As manifestações, que inicialmente eram pacíficas, logo escalaram para um conflito armado em larga escala, envolvendo diversos grupos de oposição, desde forças moderadas até milícias islâmicas extremistas, como o Estado Islâmico (ISIS) (Leverett, 2013; Phillips, 2016).

Escalada do Conflito e Intervenções Externas

A guerra civil resultou em uma devastação sem precedentes, com estimativas de centenas de milhares de mortos e milhões de deslocados internos e externos, configurando uma das maiores crises de refugiados da história recente (Unhcr, 2020). Cidades como Aleppo, Homs e Raqqa tornaram-se epicentros de destruição e crises humanitárias, marcadas por bombardeios indiscriminados, fome e o colapso dos serviços básicos (Glass, 2016). Além dos combates entre forças leais ao governo de Assad e grupos de oposição, a presença de potências estrangeiras agravou o conflito, transformando a guerra em um palco de disputas geopolíticas (Lister, 2015).

Figura 16. Rua devastada em Aleppo durante a guerra civil.

Fonte: Médicos sem fronteira (2022).

A Rússia e o Irã emergiram como os principais apoiadores do regime de Assad, fornecendo suporte militar e econômico crucial para sua sobrevivência. A intervenção militar da Rússia em 2015, por exemplo, alterou o curso da guerra, permitindo que as forças governamentais retomassem territórios-chave que estavam sob controle rebelde (Phillips, 2016). O Irã, por sua vez, reforçou sua presença militar na Síria através de milícias xiitas e do grupo Hezbollah, o que aumentou as tensões sectárias na região e preocupou países como Arábia Saudita e Israel (Seale, 2020).

Os Estados Unidos, inicialmente hesitantes em intervir diretamente no conflito, concentraram-se no combate ao ISIS, particularmente após a ascensão do grupo em 2014, que controlou grandes porções da Síria e do Iraque. Embora os EUA tenham liderado uma coalizão internacional para combater o ISIS, suas ações acabaram por se entrelaçar com o conflito mais amplo, complicando ainda mais a situação no terreno (Foley, 2018). A presença de curdos sírios, que estabeleceram áreas autônomas no norte do país, adicionou outra camada de complexidade à guerra, especialmente devido à oposição da Turquia à autonomia curda (Gürpinar, 2021).

Violência Sectária e Consequências Regionais

Além das consequências humanitárias e territoriais, a Guerra Civil Síria exacerbou antigas divisões sectárias na região, alimentando conflitos entre sunitas e xiitas e radicalizando várias comunidades (Seale, 2020). O apoio de milícias xiitas e o crescente envolvimento do Irã na guerra geraram uma reação violenta de grupos sunitas, muitos dos quais se radicalizaram em movimentos jihadistas. Essa radicalização não apenas intensificou a violência dentro da Síria, mas também teve repercussões em outros países, como Iraque, Líbano e Iêmen, onde conflitos sectários foram agravados pelo envolvimento de grupos ligados ao conflito sírio (Jenkins, 2020).

A luta por autonomia curda no norte da Síria, liderada pelas Unidades de Proteção Popular (YPG), tornou-se uma questão central no conflito, especialmente após o sucesso militar dos curdos na luta contra o ISIS. No entanto, as aspirações curdas de autonomia foram ferozmente combatidas pela Turquia, que considera a YPG uma extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), classificado como um grupo terrorista por Ancara (Gürpinar, 2021). A intervenção militar turca em 2019 no norte da Síria, sob o pretexto de criar uma "zona de segurança" ao longo da fronteira, exacerbou ainda mais o conflito e criou fluxos de deslocados.

Repercussões Geopolíticas

A Guerra Civil Síria é, assim, muito mais do que um conflito interno; trata-se de um microcosmo das tensões geopolíticas que permeiam o Oriente Médio. A disputa por influência entre potências como Rússia, Irã, Turquia e Estados Unidos moldou os rumos da guerra e tem implicações duradouras para a estabilidade regional. A guerra transformou a Síria em um

campo de batalha para interesses estrangeiros, ampliando o alcance das tensões e influenciando conflitos em outros países da região (Phillips, 2016).

O legado do conflito, marcado por violência sectária, deslocamento em massa e a fragmentação territorial, continua a impactar não apenas a Síria, mas toda a região. A falta de uma resolução política duradoura e a permanência de divisões internas tornam improvável um retorno à estabilidade a curto prazo, com as repercussões regionais do conflito ainda sendo sentidas em outros países, como Líbano e Iraque.

4.4.4 A Rivalidade entre Arábia Saudita e Irã

A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã é um dos principais fatores que moldam a dinâmica política e social do Oriente Médio contemporâneo, com profundas repercussões em conflitos regionais e alianças internacionais. Esta rivalidade, intensificada após a Revolução Islâmica no Irã em 1979, é frequentemente vista sob uma lente sectária, que opõe a Arábia Saudita como defensora do islamismo sunita ao Irã, que se posiciona como o líder do islamismo xiita (Chulov, 2017; Ghobarah et al., 2003). Embora as diferenças sectárias sejam um aspecto importante, essa rivalidade é impulsionada também por questões geopolíticas e econômicas, principalmente a busca por influência sobre o Oriente Médio e o controle de recursos estratégicos.

Guerra Civil no Iémen: Um Campo de Batalha por Procuração

Um dos exemplos mais visíveis dessa rivalidade é a Guerra Civil no Iémen, que começou em 2014, quando os rebeldes Huthis, de orientação xiita, tomaram a capital Sana'a. A guerra se intensificou em 2015, quando a

Arábia Saudita, temendo o fortalecimento de um grupo alinhado com o Irã em sua fronteira sul, lançou uma intervenção militar em apoio ao governo iemenita (Goodarzi, 2020). Os Huthis, apoiados pelo Irã, são vistos como uma extensão da influência iraniana na Península Arábica, enquanto o conflito no Iémen tornou-se um símbolo da guerra por procuração entre Teerã e Riad. O conflito não só agravou a crise humanitária no Iémen, mas também intensificou o papel da rivalidade sectária na política regional, com os sauditas enxergando a ascensão dos Huthis como uma ameaça direta à sua segurança nacional (Singer, 2021).

Líbano: Hezbollah e a Luta por Influência

O Líbano é outro palco significativo dessa rivalidade. O Hezbollah, grupo xiita apoiado pelo Irã, desempenha um papel central na política libanesa e tem uma forte influência militar na região. A Arábia Saudita, por sua vez, apoia facções políticas sunitas e cristãs que se opõem ao Hezbollah, exacerbando as divisões sectárias no país. Esse jogo de influência no Líbano reflete a disputa mais ampla entre Irã e Arábia Saudita pelo controle sobre os equilíbrios de poder no Oriente Médio (Hirst, 2010). O Hezbollah, além de ser um ator chave na política interna libanesa, também desempenha um papel militar fora do Líbano, particularmente na Guerra Civil Síria, onde luta ao lado das forças de Bashar al-Assad, apoiadas pelo Irã, contra facções rebeldes apoiadas pela Arábia Saudita e outras potências regionais (Norton, 2014).

Iraque: A Nova Dinâmica Pós-Saddam

A queda de Saddam Hussein em 2003 transformou o Iraque em outro campo de competição entre Teerã e Riad. Com a ascensão de um governo

de maioria xiita em Bagdá, apoiado pelo Irã, a influência iraniana no Iraque cresceu significativamente, preocupando a Arábia Saudita e outros vizinhos sunitas (Tocci, 2019). O Irã consolidou sua presença no Iraque por meio do apoio a milícias xiitas, que desempenharam um papel fundamental na luta contra o Estado Islâmico (ISIS), mas também reforçaram a dependência de Bagdá em relação a Teerã (Sleiman, 2021). Essa crescente influência xiita no Iraque é vista pela Arábia Saudita como uma ameaça à sua hegemonia regional e como um elemento desestabilizador que afeta o equilíbrio de poder no Golfo Pérsico (Gordon, 2021).

Implicações Geopolíticas e Alianças Globais

A rivalidade entre Arábia Saudita e Irã não apenas alimenta conflitos locais e regionais, mas também tem implicações globais. A guerra por procuração entre os dois países influencia diretamente as alianças internacionais, com Estados Unidos, Rússia e potências europeias tomando lados ou agindo como mediadores em diferentes cenários (Maloney, 2019). A Arábia Saudita, historicamente aliada aos EUA, fortaleceu seus laços com as potências ocidentais, especialmente em termos de cooperação militar e econômica, enquanto o Irã, que enfrenta sanções ocidentais, tem buscado estreitar suas relações com Rússia e China (Dehghanpisheh, 2021).

Esse jogo de poder entre as duas potências regionais também afeta diretamente questões como o acordo nuclear iraniano e as sanções econômicas internacionais contra o Irã, que influenciam a balança de poder no Oriente Médio. Além disso, o papel de movimentos jihadistas, muitos dos quais se alimentam das divisões sectárias entre xiitas e sunitas, complica ainda mais o panorama regional e impede a resolução de conflitos (Taliaferro, 2018).

Em síntese, a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã é um fator central na configuração dos conflitos contemporâneos no Oriente Médio, refletindo uma luta pelo poder e pela influência regional que transcende as fronteiras sectárias e envolve também interesses econômicos e geopolíticos. Essa competição molda a política externa dos dois países e alimenta a instabilidade em países como Iêmen, Líbano e Iraque, além de influenciar as relações com potências globais. Com a falta de uma resolução clara para os principais conflitos da região e a crescente militarização das disputas, essa rivalidade continua a ser uma das forças mais disruptivas e determinantes para o futuro da segurança regional e da paz global.

CAPÍTULO 5. ECONOMIA E RECURSOS NATURAIS

5.1 A Economia do Petróleo

O Oriente Médio é mundialmente reconhecido como uma das regiões mais ricas em petróleo e gás natural, e esses recursos têm desempenhado um papel central na economia da região desde o início do século XX. Países como Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e os Emirados Árabes Unidos estão entre os maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, e o petróleo tornou-se o principal motor econômico de muitos desses países.

5.1.1 A História da Exploração do Petróleo

A descoberta de petróleo no Oriente Médio no início do século XX foi um dos eventos mais significativos na transformação da economia global e das dinâmicas geopolíticas da região. O Irã foi o primeiro país da região a produzir petróleo comercialmente em 1908, quando a Anglo-Persian Oil Company iniciou as operações, seguida pelas descobertas em Bahrein em 1932 e na Arábia Saudita em 1938 (Yergin, 1991). Essas descobertas colocaram o Oriente Médio no centro da geopolítica global, criando uma dependência mundial desse recurso e impulsionando o desenvolvimento econômico e social dos países produtores (Owen e Pamuk, 1999). O petróleo rapidamente se tornou o principal recurso estratégico, mudando a configuração econômica e política da região e atraindo o interesse das grandes potências mundiais (Hertog, 2011).

Figura 17. Anglo-Persian Oil Company no Irã.

Fonte: Wikimedia (2024).

Expansão Pós-Segunda Guerra Mundial

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a exploração de petróleo no Oriente Médio se expandiu exponencialmente. Esse crescimento foi impulsionado pela crescente demanda global por energia e pela busca das grandes potências por garantir acesso a esses recursos. Empresas petrolíferas internacionais, como a Standard Oil, a British Petroleum e a Royal Dutch Shell, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da infraestrutura de extração e no aumento das exportações de petróleo da região (Wilson, 2012). Países como Arábia Saudita, Irã, Kuwait e Iraque experimentaram um rápido desenvolvimento econômico, à medida que as receitas do petróleo foram canalizadas para a construção de infraestrutura e a modernização de suas economias (Owen e Pamuk, 1999).

O Papel da OPEP

A criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960 representou um marco fundamental na história econômica do Oriente Médio. Composta inicialmente por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, a OPEP foi estabelecida com o objetivo de coordenar e unificar as políticas de produção de petróleo entre seus membros, garantindo preços estáveis e justos no mercado internacional. Até então, o mercado de petróleo era amplamente dominado por grandes companhias ocidentais, como a Standard Oil e a British Petroleum, que controlavam a produção e determinavam os preços, impondo uma relação desigual com os países produtores (Gualiari, 2010; Yergin, 1991).

A formação da OPEP simbolizou uma resposta direta a esse domínio das sete irmãs (as principais companhias petrolíferas multinacionais), oferecendo aos países produtores uma maior capacidade de controlar seus recursos e exercer soberania sobre suas políticas energéticas. Ao unir esforços, os países membros da OPEP conseguiram reverter a dinâmica de poder no mercado de petróleo, colocando-se em posição de influenciar diretamente a oferta global e os preços internacionais de petróleo (Yergin, 1991).

Choques Petrolíferos de 1973 e 1979

A OPEP rapidamente se consolidou como um ator chave na economia global, particularmente durante os choques petrolíferos de 1973 e 1979. O primeiro choque petrolífero, em 1973, foi uma consequência direta da Guerra do Yom Kippur, quando os países árabes da OPEP impuseram um embargo sobre os países ocidentais que apoiaram Israel no conflito. Esse embargo resultou em uma redução significativa na oferta de petróleo e em um aumento drástico dos preços, com o barril quadruplicando de valor em apenas alguns meses (Owen e Pamuk, 1999). A crise energética subsequente

levou a uma recessão global, com países ocidentais enfrentando escassez de energia e inflação galopante (Yergin, 1991).

O segundo choque petrolífero, em 1979, foi precipitado pela Revolução Islâmica no Irã, que interrompeu a produção e exportação de petróleo iraniano, um dos maiores produtores da OPEP. Mais uma vez, a queda na oferta resultou em um aumento acentuado dos preços no mercado global, exacerbando as dificuldades econômicas nos países consumidores de petróleo. Este segundo choque reforçou a percepção global da dependência extrema do petróleo do Oriente Médio, além de destacar o poder da OPEP como reguladora do mercado energético global (Wilson, 2012).

O Impacto Duradouro da OPEP

Os choques petrolíferos dos anos 1970 demonstraram a influência da OPEP não apenas sobre o mercado de petróleo, mas também sobre a economia global. Esses eventos forçaram os países ocidentais a reavaliar suas políticas energéticas, levando à adoção de medidas como a diversificação de fontes de energia e o aumento da eficiência energética. Além disso, os altos preços do petróleo proporcionaram receitas extraordinárias para os países membros da OPEP, particularmente os do Golfo, que utilizaram essas receitas para modernizar suas infraestruturas e consolidar seu poder geopolítico (Hertog, 2011; Gualiari, 2010).

No entanto, a capacidade da OPEP de controlar os preços globais de forma duradoura foi limitada por uma série de fatores, incluindo a descoberta de novas reservas de petróleo fora da OPEP, como no Mar do Norte e no Alasca, e o desenvolvimento de novas tecnologias de exploração e extração. Esses avanços permitiram que países não membros da OPEP aumentassem sua participação no mercado, desafiando o domínio da organização. Além disso, as tensões internas entre os membros da OPEP, muitas

vezes com interesses divergentes, dificultaram a formulação de políticas unificadas (Maloney, 2019).

Relevância Atual

Embora o poder da OPEP tenha se reduzido em comparação com seu apogeu nos anos 1970, a organização continua a desempenhar um papel fundamental no equilíbrio do mercado de petróleo. A ascensão de novos atores energéticos, como a produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos, e as pressões globais pela transição para energias renováveis representam novos desafios para a organização. No entanto, os países membros da OPEP, em particular os do Golfo, continuam a ser protagonistas centrais na geopolítica do petróleo, influenciando a oferta global e os preços internacionais (Ross, 2012).

A OPEP tem sido forçada a adaptar suas estratégias para lidar com as mudanças no mercado energético global, incluindo a cooperação com países não membros, como a Rússia, no chamado formato OPEP+, que visa estabilizar os preços do petróleo em tempos de volatilidade. Assim, a OPEP permanece uma força relevante no sistema econômico global, mas sua capacidade de moldar o futuro do mercado energético dependerá de sua habilidade de se ajustar aos novos desafios impostos pela transição energética e pelas novas tecnologias (Kilian, 2010; Yergin, 2020).

Benefícios e Vulnerabilidades Econômicas

Os altos preços do petróleo na década de 1970 proporcionaram receitas imensas para os países produtores, permitindo investimentos em infraestrutura, educação e saúde. Países como a Arábia Saudita e o Kuwait aproveitaram essas receitas para diversificar suas economias e melhorar os padrões

de vida de suas populações (Luciani, 1990). O petróleo transformou rapidamente as economias desses países, ajudando-os a se modernizar e a projetar sua influência no cenário regional e global (Hertog, 2011). Contudo, essa dependência do petróleo também criou vulnerabilidades significativas.

A literatura sugere que as economias rentistas, ou seja, aquelas que dependem fortemente da exportação de recursos naturais como o petróleo, tendem a ser vulneráveis às flutuações nos preços globais. Nos momentos de alta, esses países prosperam, mas as quedas nos preços do petróleo frequentemente levam a crises econômicas e sociais, como ocorreu nas décadas de 1980 e 2010 (Ross, 2012). A dependência excessiva de um único recurso também impede a diversificação econômica, deixando esses países expostos a choques externos. Além disso, a volatilidade dos preços do petróleo afeta diretamente as variáveis macroeconômicas, como inflação e crescimento econômico (Barsky e Kilian, 2004).

5.1.2 Impacto Global e Relevância Contemporânea

A interconexão entre o mercado de petróleo e a economia global permanece um dos fatores mais determinantes nas relações internacionais contemporâneas. A geopolítica do petróleo influencia diretamente as políticas econômicas tanto dos países exportadores quanto dos importadores. Para os países exportadores de petróleo no Oriente Médio, o controle da produção e dos preços globais continua sendo uma ferramenta estratégica essencial para garantir estabilidade econômica e projetar influência geopolítica. Para os países importadores, como Estados Unidos, Europa e China, o acesso contínuo ao petróleo da região é fundamental para manter o crescimento econômico e a segurança energética (Maloney, 2019).

A exploração de petróleo no Oriente Médio não apenas transformou profundamente a economia regional, mas também reconfigurou as dinâmicas geopolíticas globais. A descoberta e produção em larga escala de petróleo na região criaram centros de poder econômico, como a Arábia Saudita, que, por meio da OPEP, se tornou um dos principais reguladores do mercado global de petróleo. A influência econômica destes países transformou-se em poder político, permitindo que os países produtores desempenhassem papéis cruciais nas negociações internacionais e nas políticas energéticas globais (Owen e Pamuk, 1999).

A OPEP, fundada em 1960, ainda desempenha um papel fundamental na manutenção do equilíbrio do mercado de petróleo. A organização tem sido capaz de coordenar políticas de produção e influenciar diretamente o preço global do petróleo, o que, por sua vez, impacta economias de todo o mundo. No entanto, desafios contemporâneos estão surgindo, especialmente com a crescente pressão pela transição para energias renováveis e a diminuição gradual da demanda global por petróleo. A transição energética, impulsionada por preocupações com as mudanças climáticas e o esgotamento de recursos fósseis, coloca a sustentabilidade econômica dos países produtores de petróleo em xeque, à medida que eles precisam diversificar suas economias para enfrentar o futuro pós-petróleo (Yergin, 2020; Luciani, 1990).

Além disso, a crescente independência energética dos Estados Unidos, impulsionada pelo desenvolvimento da extração de petróleo e gás de xisto, tem alterado as relações geopolíticas e diminuído a dependência americana do Oriente Médio, ao mesmo tempo em que China e Índia emergem como os maiores consumidores de petróleo da região (Maloney, 2019). Essa

mudança no equilíbrio de poder no mercado global de energia está forçando os países produtores a reconsiderarem suas políticas econômicas e a buscarem parcerias estratégicas que lhes garantam estabilidade no longo prazo (Hertog, 2011).

O futuro do Oriente Médio e sua relevância na economia global dependerão da sua capacidade de adaptar-se às novas realidades do mercado de energia. O desafio para os países da região será encontrar formas de manter sua influência em um contexto global em que o petróleo pode perder gradualmente seu papel central como principal fonte de energia. A diversificação econômica e o investimento em tecnologias de energia limpa serão essenciais para garantir a estabilidade econômica e geopolítica da região nas próximas décadas (Yergin, 2020; El-Katiri, 2014).

5.1.3 Volatilidade e Dependência

A dependência do petróleo tornou as economias do Oriente Médio altamente vulneráveis às variações nos preços globais do petróleo, com impactos profundos nas receitas dos Estados e na estabilidade econômica da região. A volatilidade dos preços tem efeitos diretos sobre a política fiscal dos países produtores. Durante períodos de queda significativa nos preços, como o colapso do mercado petrolífero entre 2014 e 2016, muitos desses países enfrentaram déficits orçamentários crescentes, forçando cortes de gastos públicos em áreas essenciais como educação e saúde, além de gerarem crises econômicas generalizadas (Hertog, 2011; Maloney, 2019).

Essa volatilidade evidenciou a fragilidade estrutural das economias excessivamente dependentes de um único recurso. Os choques nos preços do petróleo tendem a desestabilizar o planejamento econômico a longo prazo, uma vez que a dependência das receitas petrolíferas impede que os

governos mantenham políticas econômicas consistentes em tempos de baixa no mercado global de petróleo (Ross, 2012). Além disso, o colapso de 2014-2016 demonstrou a necessidade urgente de diversificação econômica nos países do Golfo e em outras nações exportadoras de petróleo, à medida que a transição energética global avança e a demanda por combustíveis fósseis diminui gradualmente (Yergin, 2020).

A concentração da riqueza nas indústrias de petróleo e gás contribuiu para o surgimento do que os economistas chamam de economias rentistas. Nesses modelos, grande parte da riqueza nacional é gerada a partir da exploração de recursos naturais, como o petróleo, mas não é distribuída de forma equitativa entre a população. Essa distribuição desigual da riqueza cria profundas desigualdades sociais e reforça a dependência do Estado em relação às receitas provenientes das exportações de petróleo (Luciani, 1990). Ao invés de promover inovação tecnológica ou fomentar o crescimento de outros setores produtivos, as economias rentistas tendem a desincentivar a diversificação econômica, resultando em baixa competitividade e baixo dinamismo econômico (Hertog, 2011).

Além disso, essa dependência do petróleo impõe desafios significativos ao crescimento econômico sustentável a longo prazo. A incapacidade de desenvolver setores alternativos da economia expõe os países produtores a choques externos, como as flutuações nos preços do petróleo ou mudanças nas políticas energéticas globais, que podem comprometer a estabilidade fiscal e o desenvolvimento socioeconômico dessas nações (Ross, 2012). A longo prazo, sem reformas estruturais profundas e um planejamento estratégico para a diversificação econômica, muitos países exportadores de petróleo podem enfrentar crises econômicas e sociais à medida que a demanda por petróleo diminui globalmente (Maloney, 2019; Yergin, 2020).

5.2 Desafios Econômicos

À medida que as economias globais se afastam dos combustíveis fósseis em direção a energias renováveis, os países do Oriente Médio enfrentam o desafio urgente de diversificar suas economias. A transição para um futuro menos dependente do petróleo é difícil, especialmente para Estados que construíram suas infraestruturas sociais e políticas em torno das receitas petrolíferas.

5.2.1 Diversificação Econômica

Alguns países do Oriente Médio têm implementado planos ambiciosos para diversificar suas economias e reduzir a dependência do petróleo, em resposta à volatilidade do mercado energético e à crescente pressão pela transição para fontes renováveis. Um exemplo notável é a Arábia Saudita, que lançou o plano Visão 2030, projetado para diminuir a dependência das receitas do petróleo e desenvolver setores alternativos, como turismo, tecnologia e energias renováveis. Sob a liderança do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, o país tem promovido iniciativas de modernização econômica e políticas destinadas a atrair investimentos estrangeiros. Entre os principais projetos dessa estratégia está a megacidade futurística NEOM, que visa transformar a economia saudita e criar um hub global de tecnologia e sustentabilidade (Hamid, 2017; Al-Khatib, 2020).

Outro exemplo de sucesso na diversificação econômica na região é os Emirados Árabes Unidos (EAU). O país tem investido substancialmente em setores como turismo, serviços financeiros e aviação, transformando Dubai em um centro global de comércio e turismo. A Emirates Airlines e o desenvolvimento de uma robusta infraestrutura turística ajudaram a solidificar a posição dos EAU como um dos destinos mais dinâmicos do

mundo, especialmente no setor de luxo e conferências internacionais (Hertog, 2011). O Catar também seguiu uma estratégia semelhante de diversificação, com pesados investimentos em esportes internacionais, culminando na Copa do Mundo de 2022, que trouxe grande visibilidade ao país e destacou seu papel emergente no cenário global (Maloney, 2019).

Apesar dessas iniciativas e do progresso de alguns países, muitos estados do Oriente Médio continuam fortemente dependentes das receitas do petróleo. A falta de diversificação econômica torna essas nações vulneráveis às oscilações dos preços das commodities, como demonstrado pelas crises econômicas resultantes da queda dos preços do petróleo em 2014-2016. A dependência de um único recurso também complica o desenvolvimento sustentável a longo prazo, limitando as opções desses países para promover crescimento em setores não relacionados à energia (Luciani, 1990). A resiliência econômica no futuro dependerá da capacidade desses países de realizar reformas estruturais que permitam atrair investimentos e diversificar suas bases produtivas (Ross, 2012).

Esses esforços de diversificação, embora promissores, ainda enfrentam desafios significativos, incluindo a resistência interna a mudanças políticas e sociais e a falta de capital humano qualificado em áreas tecnológicas e de inovação. A longo prazo, o sucesso desses projetos dependerá da habilidade dos governos de equilibrar as demandas de uma economia global em transição com as pressões internas por crescimento e modernização (Yergin, 2020).

5.2.2 Desemprego e Desigualdade Social

Outro desafio significativo para a região do Oriente Médio é o desemprego, especialmente entre os jovens. Países como Egito, Jordânia e Tunísia enfrentam níveis crônicos de desemprego juvenil, refletindo as

limitações dos seus mercados de trabalho em absorver a crescente força de trabalho. Mesmo em nações ricas em petróleo, como a Arábia Saudita, o desemprego entre os jovens é uma preocupação grave. Esse problema é agravado por um mercado de trabalho que depende fortemente de trabalhadores expatriados tanto para empregos qualificados quanto para ocupações de baixa qualificação (Hertog, 2011). A presença dominante de expatriados nos setores de serviços, construção e tecnologia limita as oportunidades para os cidadãos locais, exacerbando o descontentamento entre a juventude.

Além disso, a região é marcada por desigualdade social entre as elites econômicas e as populações mais pobres. Embora os países ricos em recursos, como os produtores de petróleo, gerem receitas substanciais, essas riquezas frequentemente beneficiam apenas uma pequena parcela da população, principalmente as elites políticas e empresariais. A maior parte da classe trabalhadora enfrenta dificuldades para acessar serviços essenciais como saúde, educação e empregos formais bem remunerados (Luciani, 1990). A concentração de riqueza e o descontentamento com as condições sociais são fatores que têm alimentado tensões sociais e econômicas na região.

As disparidades sociais e a falta de oportunidades econômicas foram algumas das principais motivações por trás da Primavera Árabe de 2010-2011, quando protestos em massa eclodiram em várias nações árabes. Manifestantes se posicionaram contra a corrupção, a opressão política e a falta de perspectivas de emprego (Maloney, 2019). Países como Tunísia, Egito e Líbia viram grandes mobilizações populares que desafiaram regimes autoritários de longa data, com a expectativa de mudanças econômicas e políticas significativas.

Embora alguns países, como Marrocos e Jordânia, tenham introduzido reformas limitadas em resposta aos protestos, a maior parte das

economias do Oriente Médio continua a enfrentar desafios estruturais profundos. O fracasso em implementar reformas mais abrangentes resultou em poucos avanços na promoção de desenvolvimento econômico inclusivo. Os desafios de criar oportunidades de emprego, melhorar a distribuição de riqueza e garantir transparência política permanecem como obstáculos para o crescimento e a estabilidade de longo prazo na região (Yergin, 2020; Ross, 2012).

Esses fatores refletem a necessidade urgente de reformas estruturais que não apenas abordem as questões econômicas, mas também promovam justiça social e melhorias nas políticas públicas voltadas para a criação de empregos e a redução das desigualdades. A falha em enfrentar esses problemas pode gerar novas ondas de instabilidade e crises sociais, como aquelas vistas durante a Primavera Árabe.

5.3 O Papel dos Recursos Naturais na Geopolítica

O controle dos recursos naturais, especialmente o petróleo e o gás, continua a ser um dos fatores centrais na política externa do Oriente Médio. O poder que os recursos energéticos conferem aos países da região moldou suas relações internacionais e as tornou objeto de interesse para as grandes potências globais.

5.3.1 Geopolítica do Petróleo

O petróleo não é apenas uma commodity vital para o desenvolvimento econômico, mas também uma ferramenta estratégica de poder político. O uso do petróleo como arma política ficou claro durante o embargo petrolífero de 1973, quando os países árabes da OPEP impuseram um embargo aos Estados Unidos e seus aliados em resposta ao apoio militar dado

a Israel na Guerra do Yom Kippur. Este evento provocou uma crise energética global, levando a um aumento drástico dos preços do petróleo e expondo a dependência do Ocidente dos recursos energéticos provenientes do Oriente Médio (Yergin, 1991). O embargo de 1973 também marcou um ponto de virada nas relações internacionais, demonstrando a capacidade dos países exportadores de petróleo de influenciar a política global por meio do controle da produção e dos preços.

A segurança dos estreitos estratégicos, como o Estreito de Hormuz, é outro fator que reforça a importância geopolítica do petróleo. Aproximadamente 20% do petróleo comercializado mundialmente passa pelo Estreito de Hormuz, o que o torna um ponto crucial para a economia global e uma prioridade para as potências ocidentais e regionais (Cordesman, 2014). As tensões geopolíticas na região, particularmente entre o Irã e os Estados Unidos, têm mantido o estreito como um foco de potenciais conflitos. O Irã, que exerce influência sobre o estreito, frequentemente ameaça bloquear o trânsito de petróleo como resposta a sanções internacionais ou ações militares ocidentais, gerando preocupações sobre a estabilidade do fornecimento energético global (Maloney, 2019).

A segurança do Estreito de Hormuz não é apenas uma questão de interesse regional, mas uma preocupação global, já que uma interrupção significativa no fluxo de petróleo através do estreito teria consequências devastadoras para as economias dependentes do petróleo, especialmente nos Estados Unidos, Europa e Ásia (Klare, 2012). Isso explica o envolvimento contínuo de potências como os Estados Unidos, que mantêm uma presença militar significativa na região para garantir a livre navegação e proteger seus interesses energéticos (Yergin, 2020).

A política energética no Oriente Médio continua a ser um fator central na configuração das relações internacionais e na estratégia de segurança

global. O petróleo, por sua importância econômica e geopolítica, molda as alianças, os conflitos e as intervenções externas na região. Além disso, a interdependência entre o Oriente Médio e as potências ocidentais em termos de energia e segurança reforça a centralidade do petróleo na geopolítica contemporânea (ROSS, 2012).

5.3.2 O Futuro das Energias Renováveis

À medida que o mundo se move em direção a fontes de energia mais limpas, muitos países do Oriente Médio estão começando a investir em energias renováveis, como a solar e a eólica, para diversificar suas economias e reduzir a dependência do petróleo. Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita estão entre os países que lideram essa transição. Os Emirados, por exemplo, implementaram projetos ambiciosos como a Usina Solar Noor Abu Dhabi, uma das maiores usinas solares do mundo, com capacidade de gerar 1,17 gigawatts de eletricidade, capaz de abastecer aproximadamente 90 mil lares (Maloney, 2019). A Arábia Saudita, por sua vez, lançou o Plano Visão 2030, que inclui investimentos maciços em energias renováveis e o desenvolvimento de megaprojetos, como a cidade futurística NEOM, que pretende ser alimentada 100% por energia limpa (Al-Khatib, 2020).

No entanto, a transição para energias renováveis será gradual e desafiante. A infraestrutura existente e as dependências econômicas no petróleo e gás natural fazem com que os combustíveis fósseis continuem sendo uma peça central na geopolítica e na economia da região por muitas décadas. Mesmo com o crescente interesse por fontes limpas, o petróleo ainda desempenha um papel fundamental na economia global, e a capacidade dos países do Oriente Médio de controlar os preços e ajustar a produção seguirá

sendo uma ferramenta importante na manutenção de sua influência geopolítica (Yergin, 2020). Além disso, enquanto alguns países estão avançando rapidamente na transição, outros enfrentam desafios estruturais e financeiros que podem dificultar a implementação eficaz de projetos de energia renovável (Hertog, 2011).

Figura 18. Usina solar Noor Abu Dhabi.

Fonte: Wikimedia (2024).

A adaptação das economias do Oriente Médio às novas realidades energéticas globais será crucial para garantir sua estabilidade econômica a longo prazo. Embora a diversificação para fontes de energia renováveis seja promissora, muitos países da região ainda dependem fortemente das receitas do petróleo para sustentar seus orçamentos governamentais e programas de bem-estar social (Ross, 2012). A transição para uma economia mais sustentável exige investimentos em infraestrutura e reformas estruturais profundas para criar indústrias e capacitar a mão de obra local para competir em setores emergentes (Maloney, 2019).

Essas mudanças também terão implicações geopolíticas significativas. A diminuição da dependência global do petróleo do Oriente Médio pode alterar os equilíbrios de poder na região e reduzir a capacidade de alguns países de exercerem influência sobre as potências ocidentais e asiáticas por meio do controle de seus recursos energéticos. No entanto, aqueles que conseguirem liderar a transição para energias limpas terão a oportunidade de se posicionar como líderes globais na economia verde, capitalizando sobre seu potencial solar e eólico (Yergin, 2020).

CAPÍTULO 6. CULTURA E SOCIEDADE

6.1 A Vida Cotidiana no Oriente Médio

A vida cotidiana no Oriente Médio é profundamente influenciada por tradições culturais e sociais, moldadas por normas familiares e religiosas. Embora existam diferenças significativas entre os diversos países e grupos sociais, alguns aspectos comuns podem ser observados em toda a região.

6.1.1 A Estrutura Familiar

A família é a unidade social mais importante no Oriente Médio, desempenhando um papel central na organização da vida social, política e econômica. Os laços familiares extensos, que incluem não apenas pais e filhos, mas também avós, tios, tias e primos, são fundamentais para a estrutura de apoio social e econômico na região (Barakat, 1993). A interdependência entre os membros da família reflete um modelo de solidariedade familiar, onde o coletivo é valorizado acima do individualismo (Joseph, 2000).

Patriarcalismo

A maioria das sociedades do Oriente Médio segue um modelo patriarcal, no qual os homens, especialmente os mais velhos, ocupam posições de liderança tanto dentro da família quanto na sociedade. Patriarcalismo refere-se à dominância masculina, onde o chefe da família, geralmente o pai ou o irmão mais velho, detém a autoridade sobre decisões importantes, como o casamento dos filhos, a administração dos bens e a condução das interações externas da família (Joseph, 2000). O conceito de "wasta", ou

influência familiar, também desempenha um papel importante nas interações sociais e políticas, muitas vezes vinculadas à rede de relações familiares (Barakat, 1993).

Essa estrutura patriarcal impõe uma divisão de papéis de gênero bastante rígida, onde as responsabilidades dos homens e das mulheres são diferenciadas, com os homens geralmente encarregados de sustentar financeiramente a família e as mulheres responsáveis pelo cuidado doméstico e pela manutenção da honra familiar (RUGH, 2002). No entanto, esse modelo tem sido progressivamente desafiado, especialmente nas áreas urbanas, com o aumento da escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho.

Casamentos e Arranjos Matrimoniais

O casamento é uma instituição central e um dos eventos mais significativos na vida das pessoas no Oriente Médio. Historicamente, a maioria dos casamentos era arranjada pelas famílias, baseando-se em considerações econômicas, sociais e culturais, e não apenas em questões pessoais. O arranjo matrimonial visa manter a coerência social e econômica dentro do grupo familiar, consolidando alianças entre famílias estendidas e garantindo a preservação do patrimônio (Joseph, 2000). De acordo com estudos, esse tipo de casamento ajuda a fortalecer os laços familiares e contribui para a estabilidade da estrutura social (Kraidy, 2010).

Contudo, com o avanço da modernização e da urbanização, especialmente em grandes cidades como Beirute, Cairo e Dubai, observa-se uma crescente aceitação de casamentos baseados no amor, particularmente entre os jovens. Embora os casamentos arranjados ainda sejam comuns em muitas partes do Oriente Médio, as gerações mais novas estão questionando

essas tradições e buscando maior autonomia nas decisões sobre o casamento (Barakat, 1993).

Honra e Reputação Familiar

O conceito de honra familiar é um dos pilares mais importantes da cultura social do Oriente Médio, sendo um elemento central que rege comportamentos individuais e coletivos. O comportamento de cada membro da família reflete diretamente na reputação da família como um todo. Em sociedades patriarcais, a manutenção da honra familiar está frequentemente ligada ao controle sobre o comportamento das mulheres, que são vistas como guardiãs da pureza e da moralidade familiar (Joseph, 2000).

A honra feminina, em particular, está ligada à conformidade com normas sociais que regem a conduta sexual, o recato e o papel das mulheres no espaço público e privado. Casamentos fora da aprovação familiar, relacionamentos extraconjugais ou até mesmo a expressão pública de opiniões contrárias às normas culturais podem ser vistas como ameaças à honra da família, resultando em conflitos familiares e, em alguns casos, até mesmo em violência (Sabra, 1987). A ideia de "honra" e "vergonha" é central nas sociedades do Oriente Médio, onde se espera que os membros da família, principalmente as mulheres, preservem e protejam a reputação da família em suas ações públicas e privadas (Joseph, 2000).

Essas normas têm sido contestadas nas últimas décadas, com movimentos de direitos humanos e ativistas feministas desafiando a associação da honra familiar exclusivamente com a conduta feminina. No entanto, a tensão entre tradição e modernidade ainda é uma característica predominante nas sociedades do Oriente Médio, refletindo as mudanças sociais e culturais em andamento (Kraidy, 2010).

Dinâmicas de Gênero

As normas de gênero no Oriente Médio são amplamente influenciadas por tradições religiosas, culturais e costumes sociais, refletindo as estruturas patriarcais presentes em muitas sociedades da região. No entanto, essas normas variam consideravelmente entre os países, dependendo de fatores como classe social, nível de urbanização e políticas governamentais. Embora as normas de gênero no Oriente Médio sejam frequentemente percebidas como rígidas, é importante reconhecer a diversidade das experiências femininas na região e os esforços crescentes de movimentos feministas e reformas legais que estão desafiando essas estruturas tradicionais (Joseph, 2000; Moghadam, 2003).

Papel das Mulheres

Em muitos países do Oriente Médio, as mulheres ainda enfrentam restrições legais e sociais que limitam sua liberdade de movimento, expressão e participação na vida pública. Essas restrições podem ser observadas em leis que regulam o direito de família, o acesso ao divórcio, a custódia dos filhos, e a herança, que em muitos casos favorecem os homens (Joseph, 2000). Por exemplo, até 2018, as mulheres na Arábia Saudita não tinham o direito de dirigir, um símbolo de sua exclusão da esfera pública e de sua dependência dos homens para sua mobilidade (Al-Rasheed, 2013). As leis de tutela sauditas também impuseram uma série de restrições sobre as escolhas das mulheres, exigindo a permissão de um parente masculino para tomar decisões importantes.

Em contrapartida, países como o Líbano, Jordânia e Egito apresentam maior diversidade na participação feminina na vida pública e na força

de trabalho. Embora as restrições legais e sociais também existam nesses países, há mais flexibilidade e oportunidades para as mulheres em áreas como educação e emprego (Moghadam, 2003). Em grandes cidades como Beirute e Cairo, as mulheres desempenham papéis cada vez mais visíveis em setores como mídia, política e academia. No Líbano, por exemplo, as mulheres têm uma presença significativa em profissões liberais, como o direito e a medicina, apesar de ainda enfrentarem barreiras culturais no acesso a posições de poder político (Joseph, 2000).

Movimentos Feministas e Reformas Legais

Nos últimos anos, tem havido esforços significativos para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e na política. Países como Tunísia e Marrocos se destacam por terem implementado reformas legais que ampliaram os direitos das mulheres. Em Tunísia, a revolução de 2011 abriu espaço para um debate mais amplo sobre direitos das mulheres, levando a uma constituição que garante igualdade de gênero em muitas áreas da vida pública (Charrad, 2001). Em Marrocos, o Código de Família (Moudawana), reformado em 2004, foi um marco importante na ampliação dos direitos das mulheres, concedendo-lhes maior proteção legal em questões de divórcio e custódia de filhos (SadiqI, 2006).

Os movimentos feministas na região, embora muitas vezes desafiados por estruturas patriarcais profundamente enraizadas, têm crescido em força e influência. Esses movimentos desempenham um papel crucial na promoção de mudanças sociais, desafiando as normas tradicionais de gênero e lutando por uma maior inclusão das mulheres na vida pública e econômica. Em países como o Egito, por exemplo, o ativismo feminista foi

fundamental durante os protestos da Primavera Árabe, destacando questões de igualdade de gênero e violência contra as mulheres (Moghadam, 2013).

Apesar desses avanços, muitas das reformas legais e sociais enfrentam resistência de setores conservadores da sociedade, que veem essas mudanças como uma ameaça às normas culturais e religiosas. No entanto, a pressão por igualdade de gênero continua a crescer, impulsionada por movimentos da sociedade civil, organizações internacionais e uma crescente conscientização sobre a importância da justiça de gênero para o desenvolvimento econômico e social da região (Joseph, 2000; Moghadam, 2003).

6.2 Educação e Ciência

O Oriente Médio tem uma rica história de aprendizado e inovação científica, que remonta à Era Dourada do Islã (séculos VIII ao XIII). Durante esse período, cidades como Bagdá, Damasco e Cairo foram centros de aprendizado, onde filósofos, matemáticos, astrônomos e médicos faziam grandes avanços em ciência, literatura e arte.

6.2.1 A Era Dourada do Islã

A Era Dourada do Islã, que se estendeu aproximadamente entre os séculos VIII e XIII, foi um período de grande avanço cultural, científico e intelectual no mundo islâmico. Durante esse tempo, o Califado Abássida estabeleceu Bagdá como o centro cultural e acadêmico do mundo islâmico, abrigando a famosa Casa da Sabedoria. Fundada no século IX, essa

instituição tornou-se um dos principais centros de aprendizado do mundo, atraindo estudiosos de diversas regiões e tradições culturais (Sabra, 1987). A Casa da Sabedoria serviu como um ponto de encontro intelectual onde textos de filosofia grega, ciência persa e matemática indiana foram traduzidos para o árabe, e novas teorias foram desenvolvidas por estudiosos muçulmanos.

Avanços Intelectuais e Científicos

Os avanços nas ciências, como a matemática, astronomia, medicina e filosofia, foram alguns dos marcos mais notáveis da Era Dourada. Al-Khwarizmi (780–850 d.C.), um matemático persa, é amplamente reconhecido como o "pai da álgebra". Seu livro "Al-Kitab al-Mukhtasar fi Hisab al-Jabr wal-Muqabala" introduziu métodos sistemáticos de resolução de equações lineares e quadráticas, que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento da matemática no Ocidente. O termo "álgebra" deriva diretamente do título de sua obra (RAGEP, 2007). Além disso, Al-Khwarizmi também contribuiu significativamente para a astronomia e a geografia, influenciando a cartografia islâmica e europeia (Kennedy, 1996).

Outro grande estudioso da Era Dourada foi Avicena (Ibn Sina) (980–1037 d.C.), um filósofo e médico persa cuja obra "O Livro da Cura" e "O Cânone da Medicina" tiveram uma profunda influência tanto no mundo islâmico quanto na Europa medieval. Avicena sintetizou o conhecimento médico grego, romano e islâmico, tornando-se uma referência fundamental na medicina ocidental até o Renascimento. Seus tratados sobre filosofia e lógica também estabeleceram uma conexão vital entre o pensamento aristotélico e a filosofia islâmica (Gutas, 2001). Sua abordagem da medicina,

focada na integração de ciência prática e teoria filosófica, permaneceu influente nas universidades europeias até o século XVII.

Tradução e Preservação do Conhecimento

Um dos aspectos mais notáveis da Era Dourada foi o papel da tradução no intercâmbio de conhecimentos. A Casa da Sabedoria abrigava traduções de obras fundamentais de autores gregos, como Platão e Aristóteles, além de textos científicos de origem persa e indiana. Esses textos foram traduzidos por estudiosos como Hunayn ibn Ishaq, um cristão nestoriano que traduziu centenas de obras médicas e filosóficas gregas para o árabe (Dhanani, 1994). Esse esforço de preservação e expansão do conhecimento não apenas revitalizou o pensamento científico e filosófico islâmico, mas também assegurou que esses textos fossem transmitidos à Europa através da Espanha islâmica e das Cruzadas, ajudando a moldar o Renascimento Europeu.

Influência no Ocidente

Os trabalhos de estudiosos islâmicos como Avicena e Al-Khwarizmi influenciaram profundamente o desenvolvimento da ciência, medicina e filosofia no Ocidente. Durante a Idade Média, universidades europeias começaram a traduzir textos árabes de volta para o latim, e muitos dos avanços científicos e médicos dos árabes foram incorporados ao currículo acadêmico das universidades europeias (Sabra, 1987). O impacto duradouro desse período foi tão significativo que a ciência islâmica é frequentemente reconhecida como uma das pontes intelectuais mais importantes entre o mundo antigo e o mundo moderno (Hill, 1993).

6.2.2 Educação Moderna e Desafios

O sistema educacional no Oriente Médio enfrenta uma série de desafios, mas também está passando por transformações significativas. Muitos países da região têm avançado consideravelmente na promoção da educação, com iniciativas voltadas para o aumento das taxas de alfabetização, a ampliação do acesso ao ensino superior e o desenvolvimento da ciência e tecnologia. No entanto, questões como desigualdade social, conflitos armados e censura educacional continuam a representar obstáculos importantes para o progresso educacional da região.

Taxas de Alfabetização

Os países ricos em petróleo, como os Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita, têm investido fortemente no setor educacional, o que resultou em altas taxas de alfabetização e um aumento significativo nas matrículas universitárias. Esses países têm aproveitado suas receitas do petróleo para construir infraestruturas educacionais de ponta e atrair universidades estrangeiras, com o objetivo de se tornarem centros regionais de conhecimento e inovação (Rugh, 2002). Em contraste, países como o Iêmen e a Síria, devastados por conflitos prolongados, apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas e sistemas educacionais precários. A guerra e a instabilidade política têm dificultado o acesso à educação e a manutenção de infraestruturas básicas nesses países (Barakat, 1993).

Educação Feminina

A educação para mulheres tem mostrado uma melhoria significativa em muitos países do Oriente Médio. No Irã, as mulheres representam uma

grande parcela dos estudantes universitários, com algumas estatísticas sugerindo que mais de 60% das matrículas em universidades são de mulheres. Esse fenômeno reflete não apenas a crescente valorização da educação feminina, mas também uma mudança nas atitudes culturais em relação ao papel das mulheres na sociedade (Joseph, 2000). Nos Emirados Árabes Unidos, as mulheres também são maioria nas universidades, uma tendência que se alinha com os esforços do governo para promover a participação feminina no mercado de trabalho e em posições de liderança (Kraidy, 2010).

Desigualdade no Acesso à Educação

Apesar dos avanços, a desigualdade no acesso à educação continua a ser um desafio significativo, especialmente entre as áreas urbanas e rurais. Em muitos países da região, as áreas rurais ainda sofrem com a falta de infraestrutura educacional e a escassez de recursos, o que limita o acesso à educação de qualidade. Além disso, as crises econômicas e políticas exacerbam essa disparidade, dificultando o progresso em zonas mais remotas (Rugh, 2002). Em contextos de governos autoritários, o conteúdo educacional também pode ser submetido à censura, com currículos controlados para promover narrativas nacionais que sustentam a legitimidade do regime (Sakr, 2013).

Desenvolvimentos Recentes em Ciência e Tecnologia

Nos últimos anos, vários países do Oriente Médio têm feito investimentos substanciais em ciência e tecnologia como parte de seus esforços para diversificar suas economias e reduzir a dependência do petróleo. Os Emirados Árabes Unidos destacaram-se ao lançar sua própria agência espacial e enviar a sonda Hope para Marte em 2021, um feito que simboliza o

compromisso do país em se tornar um centro de inovação científica e tecnológica na região (Sabra, 1987). Esse avanço reflete a busca por uma economia mais baseada no conhecimento e na tecnologia.

Além disso, a ciência da saúde também se desenvolveu significativamente, com a pandemia de COVID-19 estimulando a colaboração internacional e o desenvolvimento de capacidades de saúde pública. A pandemia destacou a necessidade de sistemas de saúde mais robustos e de investimentos em pesquisas médicas, levando alguns países da região a aprimorar suas infraestruturas de saúde e suas respostas emergenciais (El-Katiri, 2014).

6.3 Mídia e Cultura Pop

A mídia no Oriente Médio tem desempenhado um papel cada vez mais central na sociedade, impulsionada pela expansão da televisão por satélite, do cinema e, mais recentemente, das redes sociais. Esses meios de comunicação não apenas refletem as transformações sociais em curso na região, mas também têm moldado ativamente o cenário político e cultural.

6.3.1 Televisão e Cinema

A televisão é um dos meios mais influentes no Oriente Médio, com canais como Al Jazeera e Al Arabiya desempenhando um papel crucial na transformação do consumo de informações na região. Esses canais oferecem uma alternativa às narrativas tradicionais controladas pelos governos, proporcionando aos espectadores uma cobertura mais diversificada de eventos locais e globais. Al Jazeera, fundada em 1996 no Catar, destacou-se por seu jornalismo independente e por suas coberturas críticas de regimes

autoritários, especialmente durante a Primavera Árabe, quando a rede ganhou visibilidade mundial por sua postura crítica em relação a governos autocráticos da região (Kraidy, 2010). A Al Arabiya, com sede na Arábia Saudita, também desempenha um papel importante na mídia regional, mas suas coberturas são frequentemente vistas como mais alinhadas aos interesses governamentais da península arábica.

O cinema árabe, particularmente a indústria cinematográfica do Egito, conhecida como a "Hollywood do Oriente Médio", também é uma das pedras angulares da cultura popular na região. Desde o século XX, o cinema egípcio tem influenciado gerações de espectadores em todo o mundo árabe, abordando temas como política, amor e os desafios da vida cotidiana. Diretores egípcios, como Youssef Chahine, ganharam reconhecimento internacional, com filmes que exploram desde questões sociais até debates políticos complexos, e que refletem as tensões e as aspirações da sociedade árabe (Sakr, 2013). Além disso, as indústrias cinematográficas do Líbano e Marrocos também têm se destacado, com produções que retratam as tensões políticas e sociais vividas nesses países, muitas vezes com uma abordagem mais intimista e crítica da vida contemporânea árabe (Joseph, 2000).

6.3.2 Redes Sociais e Mudanças Sociais

Nos últimos anos, as redes sociais emergiram como uma força poderosa de transformação social e política no Oriente Médio. Durante a Primavera Árabe (2010-2011), plataformas como Facebook e Twitter foram usadas para organizar e mobilizar protestos, permitindo que os cidadãos compartilhassem informações em tempo real e desafiassem a censura governamental. Essas redes possibilitaram uma nova forma de comunicação e resistência,

conectando ativistas de diferentes países e criando um movimento regional contrarregimes autoritários. As redes sociais continuam sendo um espaço essencial de discussão política, ativismo e expressão cultural, especialmente entre os jovens da região, que veem nessas plataformas uma via de participação democrática e de mobilização social em um ambiente onde a mídia tradicional é frequentemente controlada pelos governos (Kraidy, 2010).

Além de suas implicações políticas, essas plataformas têm permitido que a cultura pop se difunda de maneira inédita. Música, moda e outras formas de cultura popular agora atravessam fronteiras com rapidez, conectando a juventude do Oriente Médio a tendências globais. Celebridades regionais, como músicos e influenciadores digitais, usam plataformas como Instagram para promover causas sociais, como os direitos das mulheres e a conscientização sobre mudanças climáticas, contribuindo para a mobilização pública em torno de questões de relevância global. Esses influenciadores desempenham um papel cada vez mais importante na disseminação de novas ideias e na promoção de debates sobre modernidade, identidade e justiça social no contexto árabe contemporâneo (Joseph, 2000).

6.3.3 Censura

No entanto, a liberdade de expressão e o acesso irrestrito à mídia continuam sendo severamente limitados em muitos países do Oriente Médio. Governos autoritários impõem rígidas restrições ao conteúdo transmitido pela televisão e às informações publicadas nas redes sociais. A censura estatal é uma realidade constante, com as plataformas de mídia social sendo monitoradas de perto, enquanto as autoridades buscam controlar a narrativa pública e suprimir dissidências. Em muitos casos, ativistas e dissidentes

enfrentam represálias graves, incluindo prisão e violência, por expressarem opiniões contrárias aos governos ou por denunciarem abusos de poder. Essa repressão evidencia o delicado equilíbrio entre o crescente poder das redes sociais como ferramentas de mobilização social e o desejo dos regimes de manter controle sobre o discurso público e político (Sakr, 2013).

A relação entre a mídia e o poder político no Oriente Médio reflete a tensão entre modernização tecnológica e repressão autoritária. Embora as redes sociais tenham permitido maior liberdade de expressão e acesso à informação, esses ganhos são frequentemente restringidos pelos governos, que temem a perda de controle sobre suas populações. Esse paradoxo entre conectividade e censura tem moldado a dinâmica política e social na região, onde os avanços tecnológicos coexistem com práticas repressivas tradicionais, criando desafios contínuos para o futuro da liberdade de expressão e dos direitos humanos (Joseph, 2000).

CAPÍTULO 7. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

7.1 Reformas Políticas e Movimentos Democráticos

Nas últimas décadas, o Oriente Médio passou por períodos de agitação política, com crescentes demandas por reformas democráticas, especialmente após a Primavera Árabe de 2010-2011. No entanto, os resultados desses movimentos variaram significativamente de um país para outro, com algumas nações experimentando transições políticas limitadas e outras mergulhando em conflitos e repressão.

7.1.1 A Primavera Árabe: Um Estopim para Mudanças

A Primavera Árabe teve início na Tunísia em 2010, desencadeada pela autoimolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua cuja morte gerou uma onda de protestos contra a pobreza, a corrupção e a repressão política. Esses protestos rapidamente se espalharam por outros países do Oriente Médio e do Norte da África, como o Egito, Líbia, Síria e Iêmen, onde populações insatisfeitas se uniram em exigências pelo fim de regimes autocráticos e pela promoção de reformas democráticas (Gana, 2013).

Tunísia

A Tunísia é amplamente considerada o caso mais bem-sucedido da Primavera Árabe. Após a queda do presidente Zine El Abidine Ben Ali, o país conseguiu realizar uma transição relativamente pacífica para a democracia, adotando uma nova constituição em 2014 e realizando eleições livres. Apesar disso, a Tunísia continua a enfrentar desafios econômicos significativos, como alto desemprego e instabilidade política. Esses problemas,

exacerbados por tensões sociais e econômicas, continuam a testar a resiliência das instituições democráticas tunisianas (Sadiki, 2015).

Egito

No Egito, a queda do presidente Hosni Mubarak após 30 anos de governo foi um momento marcante da Primavera Árabe. No entanto, a transição para a democracia foi tumultuada. Em 2012, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana, foi eleito presidente, mas seu governo enfrentou forte oposição e foi deposto em um golpe militar em 2013, liderado pelo general Abdel Fattah el-Sisi, que restabeleceu um regime autoritário. O Egito, desde então, tem enfrentado repressão política e limitações à liberdade de expressão, além de uma crescente desigualdade econômica (Brownlee et al., 2015).

Figura 19. Protesto massivo, na Praça Tahrir, no Cairo, exigindo a renúncia de Hosni Mubarak (2011).

Fonte: Wikimedia (2024).

Líbia e Síria

Líbia e Síria foram devastadas por guerras civis após a Primavera Árabe. Na Líbia, a intervenção militar da OTAN, com o objetivo de apoiar os rebeldes contra o regime de Muammar Gaddafi, resultou na queda de Gaddafi em 2011. No entanto, a falta de um governo central forte mergulhou o país no caos, com facções armadas competindo pelo poder e o surgimento de grupos extremistas. A instabilidade política e a fragmentação territorial continuam a afetar a Líbia, que ainda não conseguiu estabelecer um governo funcional e unificado (Vandewalle, 2012).

Na Síria, o regime de Bashar al-Assad respondeu com extrema violência aos protestos populares, levando a uma guerra civil prolongada. O conflito, que envolveu potências externas como Rússia, Irã e Estados Unidos, além de vários grupos jihadistas, resultou em centenas de milhares de mortes e milhões de deslocados. A guerra síria continua a ser um dos conflitos mais brutais do século XXI, sem um fim claro à vista, enquanto Assad permanece no poder, apoiado por aliados internacionais (Phillips, 2016).

A Busca por Reformas

A busca por reformas durante e após a Primavera Árabe resultou em respostas mistas por parte dos governos de países como Marrocos, Jordânia e os Emirados Árabes Unidos. Nesses países, as demandas populares por mudanças levaram a reformas limitadas, que incluíam concessões políticas pontuais e algumas melhorias nas liberdades civis. No entanto, essas reformas raramente desafiaram as estruturas de poder profundamente enraizadas, preservando o controle dos regimes sobre o aparato estatal e as esferas política e econômica (Yom, 2016).

Em Marrocos, o rei Mohammed VI respondeu aos protestos com uma revisão constitucional em 2011, que prometia aumentar o papel do parlamento e do primeiro-ministro. No entanto, as reformas mantiveram o monarca com grande parte do poder, incluindo a autoridade sobre as forças armadas e a religião. A monarquia marroquina conseguiu, assim, conter os protestos enquanto preservava sua influência central na política do país (Ottaway, 2011).

Na Jordânia, o rei Abdullah II também anunciou reformas constitucionais em resposta às demandas populares, incluindo mudanças no sistema eleitoral e uma maior independência do judiciário. No entanto, a oposição argumenta que as reformas não foram suficientes para alterar significativamente o equilíbrio de poder, com o rei mantendo o controle sobre a nomeação de ministros e outras decisões-chave (Ryan, 2018).

Nos Emirados Árabes Unidos, as reformas foram ainda mais limitadas. O governo respondeu ao aumento das pressões regionais por mudanças com um controle mais rigoroso sobre a mídia e repressão a qualquer forma de dissidência. Os Emirados mantiveram sua estrutura política altamente centralizada, com o poder concentrado nas mãos das famílias governantes, enquanto promoveram uma imagem externa de modernização e progresso econômico (Davidson, 2012).

Juventude e Participação Política

A longo prazo, a demanda por maior participação política e governança transparente continua a crescer, especialmente entre os jovens, que constituem uma parte significativa da população no Oriente Médio. A juventude, em particular, tem expressado frustração com a falta de

oportunidades econômicas e a repressão política, sendo muitas vezes o motor por trás de protestos e demandas por reformas. No entanto, a resiliência dos regimes autoritários na região, que mantêm forte controle sobre a mídia, restringem as liberdades políticas e reprimem movimentos populares, tem dificultado uma transição genuína para a democracia (Bellin, 2012).

Embora as reformas superficiais tenham sido implementadas em resposta às demandas populares, a ausência de uma democratização real em grande parte da região sugere que as estruturas de poder autoritárias permanecem amplamente intactas. A governança centralizada e a falta de pluralismo político continuam a ser características predominantes dos regimes do Oriente Médio, reforçadas por estratégias que combinam concessões limitadas com a repressão política (Brownlee et al., 2015).

7.2 Mudanças Climáticas e Sustentabilidade

As mudanças climáticas representam uma ameaça crescente para o Oriente Médio, uma das regiões mais vulneráveis do mundo em termos de escassez de água, desertificação e aumento das temperaturas. O impacto das mudanças climáticas agrava os desafios existentes, como a falta de segurança alimentar, a migração forçada e os conflitos por recursos naturais.

Escassez de Água e Desertificação

A escassez de água é uma das crises mais graves e urgentes que o Oriente Médio enfrenta. Países como Jordânia, Iêmen e Arábia Saudita possuem alguns dos níveis mais baixos de disponibilidade de água per capita do mundo. A má gestão dos recursos hídricos, o aumento da demanda e as mudanças climáticas estão exacerbando essa crise, levando a tensões

regionais e desafios ambientais significativos. A desertificação e a degradação dos recursos naturais são problemas recorrentes, que afetam não apenas a economia, mas também a estabilidade social e política da região (Allan, 2012).

Síria e a Seca Pré-Guerra

Antes do início da Guerra Civil Síria em 2011, o país já enfrentava uma seca severa entre 2006 e 2010, que afetou profundamente as regiões agrícolas do país. A seca provocou a migração em massa de populações rurais para as cidades, exacerbando a pobreza e o descontentamento social. Muitos analistas consideram essa crise hídrica como um dos fatores contribuintes para os protestos que desencadearam a revolta durante a Primavera Árabe. De acordo com Gleick (2014), a seca e a má gestão dos recursos hídricos na Síria foram fundamentais para a instabilidade social que se seguiu, demonstrando como a crise hídrica pode se tornar um catalisador de conflitos maiores.

Guerra por Recursos Hídricos

A disputa pelo controle dos recursos hídricos é um tema central nas tensões regionais do Oriente Médio, particularmente em relação aos rios Tigre e Eufrates, que são vitais para a Síria, o Iraque e a Turquia. A construção de barragens pela Turquia, especialmente o Projeto do Sudeste da Anatólia (GAP), tem reduzido significativamente o fluxo de água para os países rio abaixo, causando disputas e tensões diplomáticas (Kolars e Mitchell, 1991). O Iraque, já vulnerável por décadas de conflito e instabilidade, depende fortemente desses rios para a irrigação e o abastecimento de água, e a diminuição do fluxo tem agravado a crise hídrica no país (Daoudy, 2020).

Essas disputas transfronteiriças por água têm potencial para escalar em conflitos, especialmente em um contexto em que as mudanças climáticas estão aumentando a frequência de secas e a competição pelos recursos hídricos está se intensificando. A região precisa urgentemente de mecanismos de cooperação internacional e acordos de gestão de águas que ajudem a mitigar esses riscos e garantir o acesso sustentável à água para todos os países envolvidos.

Energia Renovável e Sustentabilidade

Com a crescente pressão global para reduzir o uso de combustíveis fósseis e adotar energias renováveis, os países do Oriente Médio, historicamente dependentes do petróleo e gás natural, começaram a explorar alternativas mais sustentáveis. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos estão à frente dessa transição, investindo massivamente em energia solar e eólica como parte de suas estratégias de diversificação econômica e combate às mudanças climáticas (Kumetat, 2012; Krane, 2019).

Tecnologias de Dessalinização

Além dos investimentos em energias renováveis, vários países do Oriente Médio estão investindo em tecnologias de dessalinização como uma solução para a escassez de água, um dos maiores desafios enfrentados pela região. Países como Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos lideram o uso de plantações de dessalinização para transformar água do mar em água potável. No entanto, apesar de ser uma solução viável, a dessalinização envolve altos custos energéticos e pode ter impactos ambientais, como o descarte de salmoura, que pode afetar a biodiversidade marinha (Jones et al., 2019).

Desafios e Oportunidades

Embora a energia renovável e a dessalinização ofereçam soluções parciais para os desafios ambientais e econômicos da região, esses avanços também trazem desafios consideráveis. O alto custo energético envolvido, especialmente na dessalinização, e os impactos ambientais associados, como o consumo de energia e a produção de resíduos, são barreiras significativas que precisam ser superadas para que essas tecnologias sejam mais amplamente adotadas. Contudo, o futuro sustentável do Oriente Médio dependerá cada vez mais da capacidade de equilibrar esses desafios com o imperativo de adaptação às novas realidades energéticas globais (Richter, 2016; Van de Graaf, 2017).

Segurança Alimentar

A segurança alimentar é um desafio central no Oriente Médio, uma região amplamente caracterizada por terras áridas e recursos hídricos limitados, que dificultam a produção agrícola em larga escala. A dependência das importações para suprir a demanda interna por alimentos torna muitos países da região vulneráveis a choques externos, como aumento dos preços globais de alimentos, crises econômicas e interrupções no comércio internacional (Woertz, 2013).

Investimentos em Terras Agrícolas no Exterior

Uma das estratégias adotadas por países ricos em petróleo, como os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Catar, tem sido a aquisição de terras agrícolas no exterior, especialmente na África e Ásia, para garantir um abastecimento contínuo de alimentos. Este fenômeno, conhecido como land

grabbing, envolve investimentos em grandes extensões de terras aráveis, que são utilizadas para produzir alimentos destinados ao consumo interno desses países do Golfo (GRAIN, 2012; Zoomers, 2010). Essa prática tem gerado debates sobre soberania alimentar e as implicações sociais e ambientais nos países de destino, onde as comunidades locais, muitas vezes, enfrentam deslocamentos e perda de acesso a recursos naturais (Margulis, 2014).

Iniciativas para Promover a Autossuficiência Alimentar

Nos últimos anos, vários países do Oriente Médio têm buscado alternativas tecnológicas para reduzir a dependência de importações. O Catar, por exemplo, investiu em tecnologias de agricultura sustentável e de controle climático, como fazendas verticais e estufas de alta tecnologia, para aumentar a produção local de alimentos (Brown, 2019). A Arábia Saudita, com seu plano Visão 2030, também está explorando inovações agrícolas, incluindo projetos de desalinização da água para uso agrícola e cultivo de alimentos em áreas desérticas (Burch, 2020).

O Impacto das Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas agravam a vulnerabilidade alimentar na região. A diminuição da precipitação e o aumento das temperaturas comprometem ainda mais a produção agrícola local, enquanto as secas recorrentes exacerbam a pressão sobre os já escassos recursos hídricos (Chatham House, 2021). A insegurança hídrica também afeta diretamente a segurança alimentar, uma vez que a agricultura é o setor que mais consome água. Países como o Iraque e a Síria são particularmente afetados, pois as crises hídricas intensificam a insegurança alimentar e agravam os conflitos locais (Sowers et al., 2011).

7.3 O Futuro das Relações Internacionais

As dinâmicas globais e regionais estão constantemente moldando o futuro do Oriente Médio. Potências globais, como Estados Unidos, Rússia e China, mantêm interesses estratégicos na região, enquanto potências regionais, como Arábia Saudita, Irã e Turquia, continuam a competir por influência e controle.

7.3.1 Estados Unidos e o Recuo Estratégico

Por décadas, os Estados Unidos desempenharam um papel central na política do Oriente Médio, apoiando aliados estratégicos como Israel, Arábia Saudita e o Egito, e intervindo em conflitos como a Guerra do Golfo e a Invasão do Iraque. No entanto, nos últimos anos, os EUA têm demonstrado sinais de recuo estratégico da região, com o foco sendo direcionado para a Ásia e o enfrentamento da crescente influência da China.

Mesmo com esse recuo, os EUA continuam a manter uma presença militar significativa, particularmente em países como Catar, Kuwait e Bahrein. A prioridade americana agora está voltada para a segurança energética, a contenção do Irã e a luta contra o terrorismo jihadista.

7.3.2 O Crescimento da Influência da China e da Rússia

A crescente presença de China e Rússia no Oriente Médio tem reconfigurado as dinâmicas geopolíticas da região, refletindo suas ambições de aumentar sua influência em áreas estratégicas globais.

A Expansão Chinesa: A Iniciativa do Cinturão e Rota

A China tem desempenhado um papel cada vez mais central na economia do Oriente Médio, principalmente através da Iniciativa do Cinturão e

Rota (Belt and Road Initiative, BRI). Lançada em 2013, essa iniciativa visa conectar a Ásia, a África e a Europa por meio de uma vasta rede de infraestrutura, promovendo o comércio global. A China é atualmente o maior importador de petróleo do Oriente Médio, consolidando parcerias econômicas com países como Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos. Pequim tem investido em projetos de infraestrutura, como portos, rodovias e ferrovias, além de iniciativas de energia renovável, o que aumenta sua importância como parceiro econômico estratégico para os Estados do Golfo (Zhang, 2019; Fulton, 2020).

No entanto, a China tem mantido uma política de não-intervenção em assuntos políticos e militares na região, buscando evitar o envolvimento direto em disputas internas ou conflitos entre Estados. Essa abordagem de não interferência tem permitido à China se posicionar como um parceiro confiável, que promove o desenvolvimento econômico sem se envolver nas complexidades políticas locais. Esse pragmatismo garante que Pequim continue a fortalecer suas relações econômicas sem comprometer sua posição diplomática com os diferentes atores regionais (Fulton, 2020; Scobell e Nader, 2016).

A Influência Russa: Intervenção na Síria e Relações Geopolíticas

Por outro lado, a Rússia tem buscado expandir sua influência política e militar na região, particularmente através de sua intervenção na Síria. Desde 2015, a intervenção militar russa tem sido um fator crucial para a sobrevivência do regime de Bashar al-Assad durante a guerra civil síria. A Rússia estabeleceu bases militares na Síria e tem usado sua presença no país para fortalecer sua posição geopolítica no Oriente Médio, assegurando seu papel como mediador em futuros acordos políticos na região (Trenin, 2018; Allison, 2013).

Além da Síria, a Rússia mantém boas relações com Irã, um importante aliado na região, com quem coopera em diversas questões, incluindo o

desenvolvimento de projetos de energia e defesa. A Turquia também tem se aproximado da Rússia nos últimos anos, apesar de pertencer à OTAN. A compra do sistema de defesa aérea S-400 pela Turquia, por exemplo, evidenciou a complexidade das relações geopolíticas na região, com a Rússia atuando como uma peça-chave no equilíbrio de poder entre o Ocidente e o Oriente (Aron, 2016).

A política russa no Oriente Médio é caracterizada por uma abordagem pragmática, em que Moscou busca equilibrar seus interesses com diferentes atores, evitando o isolamento. A Rússia cultiva relações tanto com Israel quanto com o Irã, apesar das suas divergências no cenário regional, e mantém uma posição estratégica em sua cooperação com a Arábia Saudita na gestão dos mercados de petróleo através da OPEP+ (Deyermond, 2016).

Impacto Geopolítico

A crescente influência de China e Rússia no Oriente Médio está transformando o equilíbrio de poder na região. Enquanto a China prioriza o desenvolvimento econômico e evita envolvimentos militares, a Rússia segue uma estratégia de presença militar e mediação política. Ambos os países estão preenchendo um espaço geopolítico que, em décadas anteriores, era dominado pelos Estados Unidos e potências ocidentais. Essa mudança de poder sugere que a política externa do Oriente Médio nos próximos anos será definida por uma dinâmica multipolar, com a presença crescente desses dois atores globais (Mabon, 2019).

7.3.3 Conflitos Regionais e Rivalidades Locais

Os conflitos regionais e rivalidades locais no Oriente Médio continuam a moldar profundamente a geopolítica da região. A rivalidade entre

Arábia Saudita e Irã é uma das mais proeminentes, refletindo divisões sectárias, com os sauditas representando o islamismo sunita e o Irã promovendo o islamismo xiita. Esta rivalidade se expressa em uma série de conflitos por procuração em toda a região, sendo o exemplo mais notável a guerra no Iêmen, onde os huthis, um grupo xiita zaidita, recebem apoio iraniano, enquanto a Arábia Saudita lidera uma coalizão militar que apoia o governo iemenita reconhecido internacionalmente (Byman, 2017).

A Guerra no Iêmen

O conflito no Iêmen exemplifica a luta por influência entre Riad e Teerã. Desde 2015, a Arábia Saudita lidera uma campanha militar no Iêmen para restaurar o governo de Abdrabbuh Mansur Hadi, enquanto o Irã apoia os huthis, que controlam a capital, Sanaa. O conflito, que gerou uma das piores crises humanitárias do mundo, tem raízes na instabilidade política local, mas foi amplificado pela rivalidade regional entre sauditas e iranianos, que veem o Iêmen como uma peça central na luta por controle sobre o Golfo Pérsico (Alkire, 2020; Juneau, 2020).

A Ascensão da Turquia sob Erdoğan

A Turquia, sob a liderança do presidente Recep Tayyip Erdoğan, também busca reafirmar sua influência regional, com ações militares e diplomáticas em várias frentes. Desde a guerra civil síria, a Turquia tem mantido uma presença militar significativa no norte da Síria, ostensivamente para combater grupos curdos, mas também como parte de uma estratégia mais ampla de influência no Oriente Médio. Além disso, a Turquia tem se envolvido militarmente na Líbia, apoiando o Governo de União Nacional (GNA), e ampliou sua presença no Cáucaso ao apoiar o Azerbaijão no

conflito contra a Armênia em 2020 (Zürcher, 2020; Altunışık, 2021). Essas ações refletem a visão de Erdoğan de transformar a Turquia em uma potência regional influente, explorando lacunas deixadas pelo recuo de outras potências tradicionais.

Os Acordos de Abraão e a Nova Geopolítica Regional

A normalização das relações entre Israel e vários países árabes, como os Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos, sob os chamados Acordos de Abraão (2020), está remodelando a geopolítica regional. Esses acordos, mediado pelos Estados Unidos, têm sido interpretados como uma tentativa de conter a crescente influência do Irã na região, particularmente no contexto das tensões em torno do seu programa nuclear e das suas alianças regionais (Pardo e Peters, 2021).

A normalização das relações com Israel quebra décadas de consenso árabe que condicionava o reconhecimento de Israel à resolução do conflito palestino. Embora os Acordos de Abraão tragam benefícios econômicos e estratégicos para os países signatários, eles também reconfiguram alianças de longa data no Oriente Médio, enfraquecendo a posição do Irã e da Síria enquanto fortalecem a cooperação entre Israel e os Estados do Golfo em áreas como tecnologia, defesa e comércio (Riedel, 2020).

Impacto na Geopolítica Regional

Esses desenvolvimentos refletem uma crescente complexidade nas alianças regionais. A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita continua a ser um fator de instabilidade, com o envolvimento de outros atores como Turquia, Israel e as potências ocidentais e russas moldando os desdobramentos dos

conflitos. A Turquia, sob Erdoğan, tem se destacado como um ator revisionista, buscando expandir sua influência tanto no Oriente Médio quanto no Mediterrâneo e no Cáucaso, desafiando as potências estabelecidas na região (Altunışık, 2021).

Com a ascensão da China e a intervenção crescente da Rússia, especialmente na Síria, o equilíbrio de poder no Oriente Médio está em constante transformação. A combinação de rivalidades sectárias, disputas territoriais e alianças em evolução tornam o Oriente Médio uma das regiões mais voláteis e geopoliticamente estratégicas do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro foi concebido como uma introdução abrangente às dinâmicas históricas, culturais, econômicas e políticas do Oriente Médio, com o objetivo de proporcionar ao leitor uma visão geral estruturada dos aspectos mais relevantes da região. Dada a vastidão e a complexidade dos temas tratados, a natureza introdutória da obra implica necessariamente em algumas limitações. Em muitos casos, foi necessário simplificar questões que, na realidade, são extremamente multifacetadas e envolvem uma série de nuances regionais e locais.

O Oriente Médio é uma das regiões mais complexas do mundo, e este livro não pretende fornecer respostas definitivas ou esgotar os debates que envolvem sua história e contemporaneidade. Em vez disso, o objetivo foi apresentar os temas principais e as forças que moldam a região, de forma a permitir que o leitor, ao entrar em contato com essas questões, possa compreender os principais desafios e oportunidades que o Oriente Médio enfrenta. Essa abordagem permite que o leitor construa uma base sólida de conhecimento e explore, a partir daqui, as temáticas que mais lhe interessem de forma mais profunda.

Reconhecemos que, por ser uma obra de introdução, algumas áreas exigem uma exploração mais detalhada. Conflitos regionais, como a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã, as implicações do petróleo para a geopolítica mundial, e o papel das potências externas como China e Rússia, foram abordados de maneira geral para oferecer uma primeira compreensão. Da mesma forma, temas como a transição energética, a segurança alimentar e

os desafios ambientais, que exigem análises complexas, foram tratados em seus contornos mais amplos.

A intenção principal, no entanto, foi oferecer ao leitor uma visão panorâmica sobre o Oriente Médio, com o cuidado de incluir aspectos históricos e contemporâneos, de modo a facilitar um entendimento mais contextualizado e acessível. O leitor que percorreu as páginas deste livro deverá se sentir preparado para aprofundar sua análise sobre os tópicos que mais lhe chamaram a atenção, tendo agora uma compreensão bem estruturada dos principais temas que definem a região.

Por fim, ao longo desta obra, procuramos abordar as complexidades do Oriente Médio com um equilíbrio entre a análise histórica e os desafios atuais, reconhecendo que a região continuará a desempenhar um papel fundamental na política e economia global nas próximas décadas. Que este livro possa servir como um ponto de partida para futuras reflexões e debates mais profundos sobre essa região vital e fascinante.

REFERÊNCIAS

AHMED, T. China ties with Iran and Saudi Arabia: a critical analysis of changing dynamics in Persian Gulf. *Research Journal for Societal Issues*, v. 6, n. 2, p. 375-391, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.56976/rjsi.v6i2.235. Acesso em: 30 set. 2024.

ALI, M. Aspirations for ethnonationalist identities among religious minorities in Iraq: the case of Yazidi identity in the period of Kurdish and Arab nationalism, 1963–2003. *Nationalities Papers*, v. 47, n. 6, p. 953-967, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1017/nps.2018.20. Acesso em: 10 out. 2024.

AL-KHATIB, M. The future of economic diversification in Saudi Arabia: Vision 2030 and beyond. *Middle East Review of Economics and Finance*, 2020.

ALKIRE, S. Iranian Influence in the Arabian Peninsula. *Journal of Middle Eastern Studies*, 2020.

ALLAN, J. A. *The Middle East Water Question: Hydropolitics and the Global Economy*. London: I.B. Tauris, 2012.

ALLISON, C. The Yazidis. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199340378.013.254. Acesso em: 10 out. 2024.

AL-RASHEED, Madawi. *A Most Masculine State: Gender, Politics, and Religion in Saudi Arabia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ALTUNIŞIK, M. Turkey's Strategic Realignment in the Middle East: Shifting Regional Dynamics. *Middle East Policy*, 2021.

ARON, L. The Putin Doctrine: Russia's Quest to Rebuild the Soviet State. *Foreign Affairs*, 2016.

BARAKAT, Halim. *The Arab world: society, culture, and state*. Berkeley: University of California Press, 1993.

BARKSY, R. B.; KILIAN, L. Oil and the macroeconomy since the 1970s. *Journal of Economic Perspectives*, v. 18, n. 4, p. 115-134, 2004.

BELLIN, Eva. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Lessons from the Arab Spring. *Comparative Politics*, 44(2), 2012.

BIRAN, M. Baghdād under Mongol rule. In: *Handbook of Oriental Studies*. p. 285-315, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004513372_012. Acesso em: 10 out. 2024.

BROSZAT, Martin. *The Persian Empire*. New York: HarperCollins, 2002.

BROWNLEE, Jason; MASOUD, Tarek; REYNOLDS, Andrew. *The Arab Spring: Pathways of Repression and Reform*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BURCH, S. Vision 2030 and the Future of Agriculture in Saudi Arabia. *Middle East Agricultural Review*, 32(4), 2020.

BURN, A. R. *Persia and the Greeks*. Stanford: Stanford University Press, 1984.

BYCZKOWSKI, T. *Geopolitical Concepts of the Middle East*. Leiden: Brill, 2022.

BYMAN, D. Saudi Arabia and Iran: Friends or Foes? *Brookings Institution*, 2017.

CHARRAD, Mounira M. *States and Women's Rights: The Making of Postcolonial Tunisia, Algeria, and Morocco*. Berkeley: University of California Press, 2001.

CHATHAM HOUSE. *Climate Change and Food Security in the Middle East*. London: Chatham House, 2021.

CHATHAM HUSE. *Energy Transitions in the Gulf*. London: Chatham House, 2020.

DAOUDY, Marwa. *The Origins of the Syrian Conflict: Climate Change and Human Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

DAVIDSON, Christopher M. *After the Sheikhs: The Coming Collapse of the Gulf Monarchies*. London: Hurst & Company, 2012.

DEYERMOND, R. The Uses of Sovereignty in Twenty-First Century Russian Foreign Policy. *Europe-Asia Studies*, 68(6), 2016.

DHANANI, Alnoor. *The Physical Theory of Kalam: Atoms, Space, and Void in Basrian Mu'tazili Cosmology*. Leiden: Brill, 1994.

DORRAJ, M.; ENGLISH, J. China's strategy for energy acquisition in the Middle East: potential for conflict and cooperation with the United States. *Asian Politics e Policy*, v. 4, n. 2, p. 173-191, 2012. Disponível em:

https://doi.org/10.1111/j.1943-0787.2012.01335.x. Acesso em: 15 mar. 2024.

EHTESHAMI, A. Gold at the end of the rainbow? The BRI and the Middle East. *Global Policy*, v. 9, n. 3, p. 387-397, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1758-5899.12552. Acesso em: 2 jan. 2024.

EL-KATIRI, L. *Energy sustainability in the Gulf States: The why and the how*. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies, 2014.

EVRON, Y. Implications of China's Belt and Road Initiative for Japan's involvement in the Middle East. *Contemporary Review of the Middle East*, v. 5, n. 3, p. 199-214, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2347798918776712. Acesso em: 10 abr. 2024.

EVRON, Y. *The Geopolitics of Energy in the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FREDERIKSEN, M. W. *Greek and Roman Civilization*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

FULTON, J. China's Changing Role in the Middle East. *Brookings Doha Center*, 2020.

GANA, Nouri (Ed.). *The Making of the Tunisian Revolution: Contexts, Architects, Prospects*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

GHABAR, N. Najat Zahreddine, a voz do druzismo em solo brasileiro. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, v. 13, n. 1, p. 213, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.21724/rever.v13i1.16135. Acesso em: 10 out. 2024.

GLEICK, Peter H. Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria. *Weather, Climate, and Society*, 6(3), 2014.

GRAIN. Land Grabbing and Food Security: The Middle East's Foreign Agricultural Investments. *Agrarian Studies Review*, 21(1), 2012.

GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356–323 B.C.: A Historical Biography*. Berkeley: University of California Press, 1993.

GROSSMAN, E.; SHRIRA, A.; KEDAR, M.; BEN-EZRA, M.; DINNAYI, M.; KOREN, L.; ZIVOTOFSKY, A. Complex PTSD and its correlates amongst female Yazidi victims of sexual slavery living in post-ISIS camps. *World Psychiatry*, v. 17, n. 1, p. 112-113, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1002/wps.20475. Acesso em: 15 ago. 2024.

GUALIARI, L. *OPEC and the politics of oil*. London: Routledge, 2010.

GUTAS, Dimitri. *Avicenna and the Aristotelian Tradition: Introduction to Reading Avicenna's Philosophical Works*. Leiden: Brill, 2001.

HAMID, S. Mohammed bin Salman and the future of Saudi Arabia. *Brookings Institution*, 2017.

HERTOG, S. *Princes, brokers, and bureaucrats: Oil and the state in Saudi Arabia*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

HILL, Donald R. *Islamic Science and Engineering*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1993.

IBRAHIM, H.; ERTL, V.; CATANI, C.; ISMAIL, A.; NEUNER, F. Trauma and perceived social rejection among Yazidi women and girls who survived enslavement and genocide. *BMC Medicine*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12916-018-1140-5. Acesso em: 30 set. 2024.

IMAM, M. China's growing role in the Middle East: regional geopolitics and US policy. *Journal of Global Social Sciences*, v. 5, n. 18, p. 32-38, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.58934/jgss.v5i18.263. Acesso em: 21 ago. 2024.

JADER, A.; GANNAW, M. *The Iraqi State and the 1958 Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

JENKINS, Philip. *The Lost History of Christianity: The Thousand-Year Golden Age of the Church in the Middle East, Africa, and Asia—and How It Died*. HarperOne, 2008.

JONES, E.; QADIR, M.; van VLIET, M.; SMAKHTIN, V.; KANG, S. The State of Desalination and Brine Production: A Global Outlook. *Science of the Total Environment*, 657, 2019.

JOSEPH, Suad (Ed.). *Gender and citizenship in the Middle East*. Syracuse: Syracuse University Press, 2000.

JUNE, T. *Iran's Policy in Yemen and the Proxy War Narrative*. *International Affairs*, 2020.

KAMIL, Jill. *Christianity in the Land of the Pharaohs: The Coptic Orthodox Church*. Routledge, 2002.

KARIM, M. Baghdad's fall and its aftermath: contesting the Central Asian political background and the emergence of Islamic Mongol dynasties. *Al-Jami'ah Journal of Islamic Studies*, v. 56, n. 1, p. 187-224, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14421/ajis.2018.561.187-224. Acesso em: 2 jan. 2024.

KENNEDY, E. S. *Mathematical Geography and Cartography in Islam and Their Continuation in the Occident*. Beirut: American University of Beirut Press, 1996.

KHAERUNNISA, P. Ottoman Turkey: the sorrowful period of Islam's political journey. *Journal of Emerging Technologies in Education*, v. 1, n. 2, p. 82-93, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55849/jete.v1i2.352. Acesso em: 15 mar. 2024.

KHALIFA-ZADEH, M. Sasanian Adurbadagan and modern Azerbaijan: historical roots and development. *Advances in Historical Studies*, v. 12, n. 2, p. 63-75, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.4236/ahs.2023.122005. Acesso em: 21 ago. 2024.

KILIAN, L. Oil price shocks: Causes and consequences. *Annual Review of Economics*, v. 2, n. 1, 2010.

KIZILHAN, J. Changes in the Yazidi society and religion after the genocide—a growing rapprochement with human rights?. *Open Journal of Social Sciences*, v. 7, n. 7, p. 7-17, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.4236/jss.2019.77002. Acesso em: 2 jan. 2024.

KIZILHAN, J.; BERGER, T.; SENNHAUSER, L.; WENZEL, T. The psychological impact of genocide on the Yazidis. *Frontiers in Psychology*, v. 14, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1074283. Acesso em: 15 mar. 2024.

KLARE, M. *The race for what's left: The global scramble for the world's last resources*. New York: Metropolitan Books, 2012.

KRAIDY, Marwan M. *Reality Television and Arab Politics: Contention in Public Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KRAMER, Samuel Noah. *The Sumerians: Their History, Culture, and Character*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

KRANE, J. Energy Governance in Saudi Arabia: An Assessment of Renewable Energy Policies and Climate Change Commitments. *Journal of Energy Policy*, 130, 2019.

KUHRT, Amélie. *The Ancient Near East, c. 3000–330 BC*. v. 1. Londres: Routledge, 1995.

LUCAS, D. *Geopolitics and the Middle East Energy Markets*. Cambridge: Polity Press, 2013.

LUCIANI, G. *The rentier state: Oil, politics, and development in the Arab world*. Washington, D.C.: Institute for the Study of Diplomacy, 1990.

M.S, F.; KELLEY, M.; CHOI, J.; GARCÍA, M.; CHAI, W.; RASHAWKA, H. "Many people have no idea": a qualitative analysis of healthcare barriers among Yazidi refugees in the Midwestern United States. *International Journal for Equity in Health*, v. 21, n. 1, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12939-022-01654-z. Acesso em: 5 jul. 2024.

MABON, S. *Saudi Arabia and Iran: Power and Rivalry in the Middle East*. I.B. Tauris, 2019.

MALIK, A.; AWADALLAH, B. The economics of the Arab Spring. *World Development*, 2013.

MALONEY, S. *Iran's political economy since the revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

MARGULIS, M. Land Grabbing and Global Food Security. *World Development*, 43, 2014.

MICHALOWSKI, Piotr. *The Correspondence of the Kings of Ur: An Epistolary History of an Ancient Mesopotamian Kingdom*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2011.

MOGHADAM, Valentine M. *Modernizing Women: Gender and Social Change in the Middle East*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2003.

MOGHADAM, Valentine M. *Women, Work, and Economic Reform in the Middle East and North Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013.

MOHAMMED, H. The last genocide against the Yazidi people. *Review of Middle East Studies*, v. 56, n. 1, p. 108-122, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1017/rms.2023.1. Acesso em: 10 out. 2024.

NETO, J. Crise social extrema, processos identificatórios e resistência psíquica: os drusos na guerra do Líbano. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 10, n. 2, p. 274-292, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1415-47142007002006. Acesso em: 10 out. 2024.

OATES, Joan. *Babylon*. Londres: Thames e Hudson, 1986.

OTTAWAY, Marina. *The Moroccan Monarchy: The Promise of Reform and the Reality of Power*. Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

OWEN, R.; PAMUK, S. *A history of Middle East economies in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PARDO, S.; PETERS, J. Israel and the Abraham Accords: Normalization and Its Implications. *Middle East Journal*, 2021.

PHILLIPS, Christopher. *The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East*. New Haven: Yale University Press, 2016.

PODANY, Amanda H. *The Ancient Near East: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

POSTGATE, J. N. *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*. Londres: Routledge, 1994.

POZO, J. Relics, images, and Christian apotropaic devices in the Roman-Persian wars (4th-7th centuries). *Eikon / Imago*, v. 11, p. 57-69, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5209/eiko.76706. Acesso em: 30 set. 2024.

RAGEP, F. J. *Al-Khwarizmi and the Development of Algebra*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

RENTERGHEM, V. Baghdad 600–1500. In: *Encyclopedia of Ancient History*. p. 1-5, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1002/9781119399919.eahaa00387. Acesso em: 5 jul. 2024.

RIEDEL, B. The Israeli-Arab Normalization: What It Means for Iran. *Brookings Institution*, 2020.

RODRIGUES, N. Litígio árabe-israelense: a importância da ONU para a solução do conflito no Oriente Médio. *Conjuntura Global*, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5380/cg.v2i2.35337. Acesso em: 10 out. 2024.

RORBAEK, L. *Ethnic Diversity and Stability in the Middle East*. Leiden: Brill, 2019.

ROSS, M. *The oil curse: How petroleum wealth shapes the development of nations*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

RUGH, William A. Education in the Arab World: Problems and Prospects. *The Middle East Journal*, v. 56, n. 2, p. 254-272, 2002.

RYAN, Curtis R. *Jordan and the Arab Uprisings: Regime Survival and Politics Beyond the State*. Columbia University Press, 2018.

SABRA, A. I. The Appropriation and Subsequent Naturalization of Greek Science in Medieval Islam. *History of Science*, v. 25, p. 223-243, 1987.

SADIQI, Fatima. *Women, Gender, and Language in Morocco*. Leiden: Brill, 2006.

SAKR, Naomi. *Transformations in Egyptian journalism*. Londres: I.B. Tauris, 2013.

SAKR, Naomi. *Transformations in Egyptian Journalism*. Londres: I.B. Tauris,

SCHIOCCHET, L. Capítulo 22 - Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.26512/9788573003628.c22. Acesso em: 10 out. 2024.

SCOBELL, A.; NADER, A. *China in the Middle East: The Wary Dragon*. RAND Corporation, 2016.

SELBY, J. *Water, power and politics in the Middle East: The other Israeli-Palestinian conflict*. London: I.B. Tauris, 2003.

SHAWI, A.; HASSEN, S. Traumatic events, post-traumatic stress disorders, and gender among Yazidi population after ISIS invasion: a post-conflict study in Kurdistan – Iraq. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 68, n. 3, p. 656-661, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0020764021994145. Acesso em: 10 out. 2024.

SNELL, Daniel C. *Life in the Ancient Near East, 3100-332 B.C.*. New Haven: Yale University Press, 2001.

SORJ, B. Geopolítica e cultura: a trajetória de Israel. *História (São Paulo)*, v. 33, n. 2, p. 57-71, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-43692014000200005. Acesso em: 10 out. 2024.

SOWERS, J.; VENGOSH, A.; WEINER, D. Climate Change, Water Resources, and Food Security in the Middle East. *Middle East Environment Studies*, 22(3), 2011.

STEPHAN, C. UNRWA: o compromisso da sociedade internacional com os refugiados palestinos. *Conjuntura Global*, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.5380/cg.v1i2.34637. Acesso em: 10 out. 2024.

SUÁREZ, A. La organización de los no musulmanes en el imperio otomano: millet y taifa. *Collectanea Christiana Orientalia*, v. 9, p. 23-45, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.21071/cco.v9i.14651. Acesso em: 14 set. 2024.

TAHA, P.; SIJBRANDIJ, M. Gender differences in traumatic experiences, PTSD, and relevant symptoms among the Iraqi internally displaced persons. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 18, p. 9779, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph18189779. Acesso em: 2 set. 2024.

TAHA, P.; TAIB, N.; SULAIMAN, H. Posttraumatic stress disorder correlates among internally displaced Yazidi population following Islamic State of Iraq and Syria attacks in Iraq. *BMC Psychiatry*, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-021-03299-8. Acesso em: 21 ago. 2024.

TRAN, V.; FOZOUNI, L.; DENKINGER, J.; ROMETSCH, C.; JUNNE, F.; VINCK, P.; PHAM, P. Factors influencing utilization and perception of health care: a qualitative study among traumatized Yazidi refugees in Germany. *BMC Psychiatry*, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-021-03335-7. Acesso em: 10 out. 2024.

TRENIN, D. *What Is Russia Up To in the Middle East?*. Polity Press, 2018.

VAN DE MIEROOP, Marc. *A History of the Ancient Near East ca. 3000-323 BC*. Oxford: Blackwell, 2004.

VANDEWALLE, Dirk. *A History of Modern Libya*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 2011.

WILSON, D. The history of Middle East oil and its global impacts. *Energy Studies Review*, 2012.

WOERTZ, E. *Oil for Food: The Global Food Crisis and the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

YERGIN, D. *The new map: Energy, climate, and the clash of nations*. New York: Penguin Press, 2020.

YERGIN, D. *The prize: The epic quest for oil, money, and power*. New York: Free Press, 1991.

YETIV, S.; LU, C. China, global energy, and the Middle East. *The Middle East Journal*, v. 61, n. 2, p. 199-218, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.3751/61.2.11. Acesso em: 5 jul. 2024.

ZAHREDDINE, D.; PIRES, G. O Estado de Israel e suas minorias não-judaicas: o desafio da cidadania israelense para a minoria árabe de Israel. *Cupea Cuadernos De Política Exterior Argentina*, n. 134, p. 59-74, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.35305/cc.vi134.121. Acesso em: 10 out. 2024.

ZHANG, C. China's Belt and Road Initiative: Implications for the Middle East. *Journal of Contemporary China*, 2019.

O Oriente Médio: História, Cultura e Geopolítica

Este livro oferece uma introdução clara e abrangente ao Oriente Médio, explorando suas dinâmicas históricas, culturais e geopolíticas. Com uma abordagem didática, os autores Carlos Eduardo Paulino e Alexandre de Araujo Lamattina guiam o leitor pelos principais temas da região, como a diversidade étnica, a importância do petróleo e as rotas comerciais estratégicas.

Voltado para estudantes e interessados, a obra proporciona uma visão panorâmica das questões que moldam o Oriente Médio, incluindo a Primavera Árabe e os conflitos contemporâneos, servindo como uma leitura essencial para quem deseja entender essa região crucial no cenário global.

Editora MultiAtual

ISBN 978-656009119-1

9 786560 091191